

*Cadernos do*  
**LEPAAARQ**

VOL. V Nº.9/10 2008 ISSN 1806-9118



**Textos de  
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**

Instituto de Ciências Humanas  
Universidade Federal de Pelotas

Cadernos do  
*Lepaarq*

*Textos de*

*Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

Vol. V | n°9/10 | 2008 | ISSN 1806 - 9118



## SUMÁRIO

PÁGINA

### EDITORIAL

Cláudio Baptista Carle

6

### ESTILO TECNOLÓGICO E AS INDÚSTRIAS LÍTICAS DO ALTO VALE DO RIO DOS SINOS: VARIABILIDADE ARTEFATUAL ENTRE SISTEMAS DE ASSENTAMENTOS PRÉ-COLONIAIS NO SUL DO BRASIL

Adriana Schmidt Dias

10

### ARQUEOLOGIA EM GRANDES EMPREENDIMENTOS: A IMPORTÂNCIA E O DESAFIO DE MANTER UM CONTROLE DE QUALIDADE CIENTÍFICA

Solange Bezerra Caldarelli

35

### INTERPRETAÇÃO DO PALEOAMBIENTE DO SAMBAQUI DO RECREIO: UMA ANÁLISE GEOFÍSICA E PALEOGEOGRÁFICA

Gustavo Peretti Wagner

64

### POR UMA ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA

Mariana Araújo Neumann

82

### INTERPRETANDO EVIDÊNCIAS ICONOGRÁFICAS DA MULHER ATENIENSE

Fábio Vergara Cerqueira

96

### ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS EM SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO: PROPOSTAS TEÓRICASEINCIDÊNCIA OU REPESCAGEM?

Jonathan Santos Caino

128

### DAS BRENHAS AO ASFALTO - INVESTIGAÇÃO DA FRICÇÃO INTERÉTNICA DAS COMUNIDADES INDÍGENAS TRANSITÓRIAS NA CIDADE DE CRUZ ALTA

Cláudio Baptista Carle

152

### NEVES, EDUARDO GÓES. ARQUEOLOGIA DA AMAZÔNIA. RIO DE JANEIRO: JORGE ZAHAR EDITOR, 2006.

Maurício Schneider

176

### PEREIRA, CLAUDIO CORRÊA. MINUANOS/GUENOAS. OS CERRITOS DA BACIA DA LAGOA MIRIM E AS ORIGENS DE UMA NAÇÃO PAMPIANA. PORTO ALEGRE: FUNDAÇÃO CULTURAL GAÚCHA, 2008.

Rafael Guedes Milheira

179

---

<b>SÍTIO OFICINA LÍTICA EM CAXIAS DO SUL</b> Cláudio Baptista Carle	<b>188</b>
<b>RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE CAMPO DO PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DO CENTRO HISTÓRICO DE PELOTAS-RS/BRASIL (PERÍODO 2006-2007)</b> Fábio Vergara Cerqueira, Estefânia Jaékel Rosa	<b>206</b>
<b>PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA URBANA DE PELOTAS: PRAÇA CEL. PEDRO OSÓRIO, DA CASA 8 E CASA 2</b> Fábio Vergara Cerqueira, Jorge Viana, Luciana Peixoto	<b>240</b>
<b>PLANEJAMENTO DE ESTRUTURAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ENSINO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (LEPAARQ/UFPEL) –ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, METAS E HISTÓRICO DAS AÇÕES</b> Fábio Vergara Cerqueira, Jorge Viana	<b>247</b>

## E D I T O R I A L

O nono e décimo números dos *Cadernos* se faz representar através de estudos concentrados na temática da Interpretação em Arqueologia e Antropologia. A seleção de textos para este número intercalou palestras e artigos tendo em vista a dinâmica de pensamento que esta temática proposta suscitou. Esta interação entre artigos e palestras possibilitou desenvolver um quadro amplo de entendimento sobre vários focos de estudo que hoje marcam a pesquisa antropológica e arqueológica no país. Os autores como Adriana Dias e Solange Caldarelli, que nos forneceram suas palestras ministradas em diferentes encontros nacionais e internacionais de arqueologia, são interpostos aos artigos de Gustavo Wagner & André Barcellos, Mariana Neumann, Fábio Cerqueira e Jonathan Santos Caino e nos conduzem desde períodos bastante remotos da presença humana no Rio Grande do Sul, passando por enfoques atuais da ciência arqueológica, formas de tratamento de coleções arqueológicas, sistemas inovadores e investigação de populações extintas, propostas novas de interpretações de grupos humanos no passado e visões sobre gênero no mundo clássico. No campo antropológico o editor desta revista Cláudio Carle faz um passeio entre a aldeia e a cidade dos índios Kaingang. Cabe então destacar o que vamos ler neste número dos Cadernos.

O texto “Alto Vale do Rio dos Sinos: Variabilidade Artefactual entre Sistemas de Assentamentos Pré-coloniais no Sul do Brasil” de Adriana Schmidt Dias, professora do Dep. de História da UFRGS, é uma palestra que esta apresentou na Argentina, nos faz refletir sobre o estilo tecnológico de grupos humanos muito antigos no Rio Grande do Sul. Os estilos mostram para a autora as identidades sociais ou culturais no registro arqueológico. Adriana Dias analisou líticos da região do alto vale do rio dos Sinos – RS, relacionados à Tradição Umbu, Taquara e Guarani.

Solange Bezerra Caldarelli, diretora e coordenadora de projetos de arqueologia Scientia Consultoria Científica, na palestra “Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica”, apresentado no VI Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Porto Alegre, em outubro de 2008, traz uma discussão sobre como a Scientia atua na pesquisa arqueológica em meio empresarial, conhecida como arqueologia de contrato.

O artigo “Interpretação do Paleoambiente do Sambaqui do Recreio: Uma análise Geofísica e Paleogeográfica” de Gustavo Peretti Wagner, arqueólogo do CEPA-PUCRS, e André Bernardi Bicca de Barcellos, da Geóloga da Georadar Avaliações de Subsuperfície Ltda, nos informam sobre a interpretação do paleoambiente com o qual conviveram os grupos de pescadores-coletores que habitaram o Sambaqui do Recreio com o uso de georadar associado a um modelo evolutivo paleogeográfico. Este estudo demonstra profundas diferenças entre os ambientes do passado e a paisagem atual. A nova tecnologia em benefício do conhecimento arqueológico.

“Por uma Arqueologia Simétrica” a Mestre em história pela UFRGS, apoio CNPq, Mariana Araújo Neumann, analisa as implicações das propostas de Bruno Latour para a teoria arqueológica, ampliando o debate no desenvolvimento de uma Arqueologia Simétrica.

O professor e ex-Diretor do ICH-UFPel, coordenador do LEPAARQ, Fábio Vergara Cerqueira apresenta o seu artigo “Interpretando evidências iconográficas da mulher ateniense” avaliando a iconografia de vasos áticos, de caráter ambíguo na oscilação entre a abordagem realistas e a idealista, com isto avalia a situação da mulher na vida social da sociedade ateniense do período tardo-arcaico e clássico (séc. VI a V AEC).

O licenciado em História, com muitos anos de trabalho em arqueologia Jonathan Caino, hoje aluno do mestrado em Memória e

Patrimônio da UFPel, apresenta o artigo “Arqueologia dos espaços domésticos em Santo Ângelo Custódio; Propostas Teóricas” valendo-se dos conceitos de De Certeau, Beaudry e outros para as pesquisas realizadas por Carle e Tocchetto, entre outras, propõe que o pensamento Guarani era de caráter tático, subvertendo e burlando a estratégia jesuítica de missionarização. Analisa para tanto os novos espaços de sociabilidade ao redor das habitações e pela presença de artefatos indicativos de práticas tradicionais ou de afirmação da etnicidade. O sítio principal de estudo é a redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio.

O artigo “Das Brenhas ao Asfalto - Investigação da Fricção Interétnica das Comunidades Indígenas Transitórias na Cidade de Cruz Alta” de Cláudio Carle é um estudo antropológico, que faz uma homenagem ao Prof. Dr. José Octávio Catafesto de Souza, sendo uma pesquisa sobre a criação da Casa de Passagem do Índio em Cruz Alta, cujo principal beneficiado é o Kaingang retratando a transitoriedade dos índios que saem de suas aldeias nas reservas (as brenhas) e se deslocam para região da cidade de Cruz Alta (asfalto) para desenvolver uma dinâmica social diferente que em suas áreas de origem.

O Caderno traz duas resenhas. A primeira delas foi realizada por Maurício Schneider, aluno do curso de bacharelado em Antropologia da UFPel, sobre os textos organizados por Eduardo Neves na obra “Arqueologia da Amazônia”(Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006). A segunda foi realizada pelo Prof. do curso de Antropologia da UFPEL Rafael Milheira, e versa sobre o livro Minuanos/Guenoa, de autoria de Cláudio Corrêa Pereira.

Quatro relatórios compõem o quadro final do Caderno sendo: “Sítio Oficina Lítica em Caxias do Sul” de Cláudio Baptista Carle; “Planejamento de Estruturação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL) – estratégia de implementação, metas e histórico das ações” do

LEPAARQ; de Fábio Cerqueira e Estefânia da Rosa o “Relatório das atividades de campo do Projeto de Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas-RS/Brasil (Período 2006-2007)”; “Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas: Praça Cel. Pedro Osório, da Casa 8 e Casa 2” do LEPAARQ.

Cláudio Carle, madrugada de 20 de dezembro de 2009.



# Estilo Tecnológico e as Indústrias Líticas do Alto Vale do Rio dos Sinos: Variabilidade Artefactual entre Sistemas de Assentamentos Pré-coloniais no Sul do Brasil

Adriana Schmidt Dias<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O estilo tecnológico é o resultado de escolhas culturalmente determinadas que se refletem na seleção das matérias primas, nas técnicas e seqüências de produção e nos resultados materiais destas escolhas. A comparação de estilos tecnológicos de diferentes indústrias líticas de uma mesma região permite, portanto, antever a possibilidade de distinção entre identidades sociais ou culturais no registro arqueológico. Buscando testar a validade desta premissa teórica para o estudo da variabilidade artefactual das indústrias líticas do sul do Brasil, analisamos de forma comparativa os conjuntos líticos da região do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, relacionados a três distintos sistemas de assentamento, associados aos caçadores coletores da Tradição Umbu e aos horticultores das Tradições Taquara e Guarani.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Caçadores coletores do sul do Brasil, indústrias líticas, estilo tecnológico, sistema de assentamento*

---

**ABSTRACT:** Technological style results from cultural choices reflected in raw materials selection, technical sequences and in the material results of these choices. Therefore, a comparison between technological style of distinct lithic industries of a given area allows to foresee the possibility of distinguishg social and cultural identities in the archaeological record. In search of testing the value of this theoretical assumption for the study of artifact variability in lithic industries in Southern Brazil, we have comparatively analyzed lithic assemblages from the upper dos Sinos river, in Rio Grande do Sul State, related to hunter-gatherer groups from Umbu Tradition and two distinct horticulturalist groups from Taquara and Guarani Traditions.

**KEY-WORDS:** *Southern Brazil hunter-gatherers, lithic industries, technological style, settlement system.*

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Campus do Vale - Avenida Bento Gonçalves, 9500. Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brasil). E-mail: dias.a@uol.com.br.

## Introdução

As Tradições Líticas Umbu e Humaitá foram definidas nas décadas de 1960 e 1970 a partir das atividades no sul do Brasil do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), sendo os sítios líticos identificados distribuídos em 42 fases arqueológicas. A definição destas fases foi pautada pelas distinções morfológicas dos tipos de artefatos e pela distribuição geográfica e cronológica dos sítios líticos que, em muitos casos, ocupavam a mesma região contemporaneamente. Enquanto as pontas de projétil representavam o *fóssil guia* da Tradição Umbu, a Tradição Humaitá foi definida em função da presença de peças bifaciais de grande porte e morfologia variada, destacando-se as de forma bumerangóide, além de *choppers*, *chopping tools*, raspadores plano-convexos e lascas retocadas. Com o desenvolvimento dos estudos arqueológicos ao longo das décadas de 1980 e 1990, vários pesquisadores dedicaram-se ao estudo tecno-tipológico de coleções de ambas as Tradições a fim de avaliar as permanências e descontinuidades sofridas por estas indústrias líticas ao longo do tempo, embora tenham sido raras as propostas interpretativas quanto à variabilidade observada (DIAS, 1999a). Refletindo sobre os resultados destas pesquisas, Dias e Silva (2001), destacam que, se por um lado as indústrias líticas da Tradição Umbu apresentam uma extrema homogeneidade, a diversidade dos conjuntos relacionados à Tradição Humaitá pode ser melhor entendida se observada em relação aos contextos regionais de distribuição dos sítios. Estes, em geral, estão associados a áreas tradicionalmente ocupadas por horticultores, relacionados à Tradição Taquara e a Tradição Guarani, podendo estes sítios líticos fazer parte dos sistemas de assentamento destes grupos ceramistas.

Tal hipótese torna-se consistente se considerarmos que a definição destas Tradições Pré-cerâmicas está associada a duas pré-concepções derivadas do enfoque histórico-cultural: a) que todos os conjuntos líticos de um mesmo grupo devem ser homogêneos, e

que, portanto, distinções entre conjuntos líticos pressupõem grupos culturalmente distintos; e b) que todo sítio lítico é necessariamente relacionado a um grupo caçador coletor. A ausência de estudos regionais, escavações contextualizadas e de estudos tecno-tipológicos centrados na interpretação da variabilidade lítica, contribuíram, ao longo dos anos, para firmar estas pré-concepções e transformar a Tradição Humaitá em um depositário de conjuntos líticos, muitas vezes dispares entre si, que não se encaixavam em conjuntos formais tecnologicamente mais claros, como os da Tradição Umbu. Embora o conceito de Tradição arqueológica corresponda a um expediente de classificação que diagnostica variabilidade entre conjuntos artefatuais, não explica como dois grupos caçadores coletores possam ter compartilhado o mesmo espaço por milhares de anos, inviabilizando qualquer tipo de estratégia interpretativa sobre territorialidade e mobilidade para estas populações.

Partindo destas considerações iniciais, torna-se claro que um primeiro passo necessário para o avanço do conhecimento sobre os modos de vida das sociedades caçadoras coletoras do sul do Brasil está relacionado à revisão crítica dos modelos vigentes até o presente e da validade dos conceitos utilizados em sua construção. Neste sentido, o uso de um referencial analítico orientado pela noção de estilo tecnológico pode nos oferecer bases teóricas mais seguras para discutir as possíveis distinções observadas entre estas indústrias relacionadas às Tradições líticas do sul do Brasil.

### **O Conceito de Estilo Tecnológico como Instrumento para a Interpretação da Variabilidade de Conjuntos Líticos**

O conceito de estilo tecnológico é um instrumento para o entendimento dos conjuntos tecnológicos de diferentes grupos culturais, podendo ser definido como o “modo como as pessoas

realizam os seus trabalhos, incluindo as escolhas feitas por eles no que se refere aos materiais e às técnicas de produção” (REEDY e REEDY, 1994, p. 304). Esta noção permite compreender o estilo como algo que é inerente e subjacente aos processos de produção a partir dos quais a forma dos artefatos é uma resultante, referindo-se a um determinado modo de fazer algo ou alguma coisa que implica em escolhas entre possibilidades alternativas, próprias a um determinado tempo e lugar (DIAS e SILVA, 2001). De acordo com Sackett:

*“O estilo pode ser encontrado na escolha da matéria prima, nas técnicas de lascamento para redução de núcleos e na produção de artefatos, nos tipos alternativos de retoques marginais, nos vários ângulos de uso de borda, na forma de uso e rejuvenescimento do artefato. (...) [Estes fatores] podem oferecer um ar de familiaridade aos conjuntos de artefatos que sugerem um estilo etnicamente significativo” (SACKETT, 1982, p. 106).*

Sackett (1986, p. 630) considera que a noção de estilo não é um domínio diferente da forma, mas uma qualidade latente e inerente a qualquer variação artefactual, na medida em que a forma é constituída de escolhas feitas pelo artesão, conscientemente ou não, de um amplo espectro a sua disposição. Estas escolhas tecnológicas determinam a variação isocrética<sup>2</sup> e são ditadas pela tradição na qual o artesão foi enculturado como membro de um grupo social. Por ser limitada socialmente, a variação isocrética traduz-se em noções de *design* peculiares a certos lugares e tempos, sendo diagnóstica de etnicidade. Estilo e função são noções

---

<sup>2</sup> Sackett elabora este conceito a partir de um neologismo do grego *Isos* - igual e *chrestikós* - bom para o uso, útil, usual, que sabe se servir de, habilitado para se servir de (BAILLY, 1990).

complementares e as variações isocrésticas podem ser vistas em sentido amplo, abrangendo desde a cadeia operatória que dá origem ao artefato até suas formas de uso e descarte. O aspecto funcional de um artefato reside na maneira como a sua forma serve a um determinado fim e o aspecto estilístico reside na variante étnica ou escolha isocréstica em que esta forma surge, ou seja, nas escolhas tecnológicas (SACKETT, 1977, p. 375).

Sackett (1986, 1993) aponta que a possibilidade de diferenciação de conjuntos líticos produzidos por distintos grupos culturais seria ditada também pelo contexto de deposição dos artefatos. Portanto, os padrões de variabilidade tecnológica derivados de variações étnicas, também se refletiriam em diferenças quanto às formas de exploração dos recursos, às características estruturais dos sistemas de assentamento e a maneira como os artefatos são descartados nos sítios.

Partindo da reflexão teórica sobre o conceito de estilo tecnológico, Dias e Silva (2001, p. 101) sugerem que a variabilidade entre conjuntos líticos associados a distintos contextos de uma dada área resulta de escolhas tecnológicas que são culturalmente determinadas. Os estilos tecnológicos estão representados nestas escolhas, que se refletem na seleção das materiais primas, nas técnicas e seqüências de produção escolhidas e nos resultados materiais destas escolhas, representadas pelas categorias de artefatos produzidas. Portanto, o estilo tecnológico é produto de uma tradição cultural e seu estudo, relacionado a outros aspectos de ordem contextual, pode servir como indicador de identidades sociais ou culturais presentes no registro arqueológico.

Contudo, esta percepção demanda um suporte contextual de análise, na medida em que um estilo tecnológico só adquire sentido quando compreendido como parte de um sistema tecnológico e este, por sua vez, de um sistema cultural mais amplo. Assim, as cadeias operatórias de uma determinada indústria lítica devem ser compreendidas em conjunto e associadas ao contexto

situacional da região estudada, através de estudos comparativos, para possibilitar a interpretação da variabilidade artefactual. No caso do estudo das indústrias líticas do sul do Brasil, estas discussões sobre a natureza dos sistemas tecnológicos e a dimensão estilística das tecnologias são fundamentais, pois obrigam a complexificar os parâmetros vigentes em sua análise.

Com base nas referências teóricas acima expostas, buscamos avaliar a variabilidade das indústrias líticas associadas à ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, situado na vertente nordeste do planalto sul-brasileiro (Rio Grande do Sul). Através dos trabalhos de campo desenvolvidos e da análise das coleções líticas buscamos definir o perfil tecnológico das distintas ocupações relacionadas aos sítios arqueológicos localizados nesta área. As prospecções realizadas em uma área de 216 Km<sup>2</sup> resultaram na localização de 61 sítios arqueológicos, concentrados principalmente junto à várzea do rio dos Sinos, dos quais 18 são em abrigo sob rocha e 43 a céu aberto. Dos sítios em abrigos sob rocha, 14 apresentam conjuntos líticos associados à ocupação de caçadores coletores da Tradição Umbu, sendo o restante representado por um sítio com sepultamentos relacionados à Tradição Taquara, apresentando os demais ocupações históricas ou afiliação cultural indeterminada pela insuficiência de material nas sondagens. Dos sítios pré-coloniais a céu aberto, apenas um está relacionado ao sistema de assentamento da Tradição Umbu, estando o restante associado aos horticultores das Tradições Guarani e Taquara. A ocupação Guarani está caracterizada na área por 30 sítios arqueológicos, dos quais 13 são lito-cerâmicos, 12 apresentam apenas fragmentos de cerâmica e 5 possuem unicamente artefatos líticos. A Tradição Taquara, por sua vez, está representada na área por 5 sítios arqueológicos, dos quais o mais denso apresenta evidências lito-cerâmicas. Quanto aos demais sítios, um apresenta apenas evidências cerâmicas, sendo os três restantes caracterizados apenas por conjuntos líticos.

Nosso problema de pesquisa justifica-se na medida em que os conjuntos líticos associados a estes sítios das Tradições Guarani e Taquara correspondem aos *fósseis guia* clássicos da Tradição Humaitá (*choppers, chopping tools*, talhadores e bifaces de grande porte), apresentando na área estudada uma forte correlação contextual com os sistemas de assentamento de grupos horticultores (DIAS, 2002; 2003).

### **Sistema de Assentamento e Estilo Tecnológico da Tradição Umbu**

Utilizando como referência os modelos etnoarqueológicos de assentamento e mobilidade para caçadores coletores de floresta tropical (BINFORD, 1980; 1990. POLITIS, 1996a; 1996b; 1996c; 2001), sugerimos que o alto vale do rio dos Sinos representaria um território de forrageio de um bando local, correspondendo a uma porção mínima de um território regional mais amplo, associado a um grupo de afiliação. Este abrangeria a borda nordeste do planalto sul-brasileiro, compreendendo os vales dos rios Taquari, Caí, Sinos e Maquiné, bem como a planície litorânea adjacente. Este território regional comportaria vários territórios de forragem de bandos locais, cujos membros poderiam mover-se sem restrição em função de objetivos de ordem social e econômica. A fluidez da organização social e do uso do espaço, por sua vez, implicaria em uma organização tecnológica homogênea para a área deste território regional, em função do fluxo constante de informações e pessoas, características estas que podem ser percebidas através dos estudos de coleções líticas da Tradição Umbu na área, bem como em estudos já realizados para os vales dos rios Caí e Maquine (DIAS, 1994; 1995; 1996; 1999b; 2003; ver também WIESSNER, 1983; 1989).

Com base nos dados paleoclimáticos e paleoambientais disponíveis, podemos sugerir que a borda nordeste do planalto sul-brasileiro apresentou características ambientais marcadas pela

presença de floresta sub-tropical desde o início de sua ocupação por caçadores coletores, por volta de 9.000 anos atrás, sendo este fator o principal responsável por esta fixação populacional antiga. As flutuações climáticas do Holoceno Tardio fixaram inicialmente esta cobertura florestal nos vales de rios, sendo sua expansão posterior relacionada ao Holoceno Médio, entre 7.000 e 4.000 anos AP. As 15 datações disponíveis para a área estudada indicam uma ocupação estável e de longa duração entre 8790 e 440 anos AP, adaptada à exploração regular de recursos faunísticos da floresta sub-tropical, caracterizando-se por estratégias generalistas (DIAS, 2003; 2004. JACOBUS, 2004).

Partindo do modelo de mobilidade assumido, os abrigos do alto vale do rio dos Sinos teriam sido ocupados como bases residenciais por breves períodos de tempo pelos bandos locais que percorriam a área ao longo do seu ciclo anual de mobilidade. A curta permanência nos sítios redundaria na baixa densidade de material arqueológico observada nas sondagens realizadas nestes sítios, porém as ocupações teriam se dado de forma recorrente ao longo do tempo. Devido à grande disponibilidade de abrigos na área, os sítios teriam sido ocupados em diferentes ocasiões pelos grupos co-residentes. Igualmente, observa-se que houve uma preferência na escolha de determinados sítios para o estabelecimento das bases residenciais, pois do total de abrigos identificados na área, apenas 7 apresentaram uma densidade de materiais arqueológicos mais significativa o que indicaria uma utilização mais freqüente (RS-S-237: Sangão, RS-S-265: Campestre, RS-S-337: Monjolo, RS-S-358: Toca Grande, RS-S-359: Aterrado, RS-S-360: Marimbondo, RS-S-361: Mato da Toca). Esta escolha parece ser determinada, primeiramente, em função do local de implantação do abrigo na paisagem e das suas condições de habitabilidade, desempenhando um papel secundário aspectos relacionados ao seu tamanho e a orientação.

A fim de testar a hipótese de que os sítios de caçadores coletores correspondem a unidades habitacionais foram realizadas



escavações em três abrigos sob rocha (RS-S-360: Marimbondão, RS-S-327: Sangão e RS-S-337: Monjolo). Embora as características estruturais e pós-deposicionais de cada abrigo tenham gerado variações no padrão de distribuição dos conjuntos arqueológicos numa perspectiva inter-sítios, há redundâncias intra-sítio nas formas de ocupação, com padrões repetitivos de sobreposição de áreas de atividade representadas pelas fogueiras. Em todos os abrigos escavados observa-se um padrão recorrente de associação entre estruturas de fogueiras que apresentam em sua periferia conjuntos de fragmentos arqueofaunísticos e resíduos de lascamento, indicando um padrão de descarte primário, interpretados como evidências de ocupações rápidas (DIAS, 2003).

Os resultados do estudo comparativo das coleções líticas de sete dos sítios em abrigos sob rocha associados à área confirmam o modelo etnoarqueológico adotado (tabela 1; para metodologia e resultados de análise ver: DIAS e HOELTZ, 1997; DIAS 2003. Os conjuntos líticos descartados junto às unidades domésticas correspondem majoritariamente a resíduos de lascamento associados à produção e manutenção de artefatos formais (tecnologia de curadoria). Estes, por sua vez, foram descartados em baixa frequência, em geral, quando fraturados em função do uso ou quando se mostraram inadequados durante o processo de produção ou manutenção da peça. Os artefatos informais (tecnologia expediente) apresentam, por sua vez, uma maior frequência de descarte junto às unidades domésticas, sendo produzidos sobre lascas unipolares ou bipolares e utilizados em atividades cotidianas variadas, tanto na preparação e consumo dos alimentos, quanto na produção de outros artefatos sobre materiais perecíveis. Observa-se também uma tendência a deposição junto às unidades domésticas de conjuntos de artefatos como núcleos, percutores, morteiros e bifaces e acúmulos intencionais de matérias primas ali deixados em antecipação a usos futuros quando da re-ocupação do sítio (*site furniture*).

Observa-se na organização tecnológica dos conjuntos líticos da Tradição Umbu um estilo tecnológico comum, sendo a variabilidade observada produto de uma intensidade de exploração diferencial das matérias primas disponíveis em termos locais. Os distintos tipos de matérias primas selecionadas, por sua vez, foram tratados de forma diferenciada, sendo a calcedônia e o quartzo trabalhados por tecnologia bipolar e o basalto e o arenito silicificado tratados a partir de tecnologia unipolar.

A baixa frequência de núcleos unipolares e lascas unipolares corticais e de redução de núcleos nas coleções dos sítios indica que o arenito silicificado e o basalto sofreram processamento inicial nos próprios locais de coleta, a fim de produzir bifaces elaborados sobre lascas unipolares de fácil transporte para as unidades habitacionais. Lascas utilizadas para a produção de artefatos bifaciais ou para uso expeditivo também poderiam ser obtidas para utilização nas unidades domésticas através do uso de pequenas placas de basalto colunar coletadas nos cursos de água situados nas proximidades dos sítios. Os bifaces elaborados sobre lascas unipolares poderiam ser utilizados para atividades variadas, servirem como base para a obtenção de lascas expeditivas ou sofrerem redução primária com o objetivo de produzir pré-formas de pontas de projétil pedunculadas.

A calcedônia e o quartzo foram destinados à redução bipolar em função das pequenas dimensões originais destas matérias primas disponíveis localmente na forma de seixos ou prismas. A baixa frequência de peças com córtex indica que os núcleos bipolares de calcedônia foram pré-formatados nos locais de coleta e transportados para as unidades domésticas, sendo utilizados para a produção de lascas de uso expeditivo que também poderiam ser usadas como suporte para produção de pontas de projétil lanceoladas.

A variabilidade observada entre os sítios quanto à participação relativa de artefatos bifaciais em suas coleções, está relacionada também as estratégias tecnológicas predominantes em cada conjunto (figura 1). A maior incidência de descarte de pontas

lanceoladas em dois dos sítios (RS-S-358: Toca Grande e RS-S-359: Aterrado) pode ser explicada em função dos passos técnicos reduzidos que envolve a sua produção, o que condicionaria uma maior propensão ao descarte. As pontas pedunculadas tenderiam a ter uma média de vida útil mais longa em função do maior investimento tecnológico envolvido na sua produção, sendo descartadas em menor frequência e sofrendo um maior índice de reativação, o que daria origem à variabilidade de formas observada.

### **Sistema de Assentamento e Estilo Tecnológico da Tradição Taquara**

Os cinco sítios arqueológicos associados à Tradição Taquara no alto vale do rio dos Sinos representam parte de um sistema de assentamento mais amplo que se estende para o norte, abrangendo as terras mais altas do planalto, e para o leste, explorando os recursos litorâneos. De acordo com Schmitz e Becker (1991), este modelo de domínio vertical prevê a exploração diferencial destes três pacotes ambientais de forma sazonal a fim de garantir a subsistência do grupo ao longo do ciclo anual. O sistema de cultivo, nas áreas de encosta, seria suplementado por estratégias de estocagem de alimentos, obtidos através da caça e coleta nas áreas florestais manejadas do planalto e da pesca e coleta de moluscos no litoral. A estabilidade econômica proporcionada por estas estratégias, por sua vez, tem como consequência uma alta mobilidade habitacional que gera uma variabilidade de tipos de sítios relacionados às características ambientais das distintas áreas.

Tendo por base este modelo, podemos sugerir que as estratégias de mobilidade desenvolvidas pelas populações Jê pré-coloniais relacionadas à Tradição Taquara no sul do Brasil eram representadas por migrações estacionais pluri-familiares, abrangendo os diferentes ambientes que compõe o sistema de

assentamento do grupo, havendo uma tendência a re-ocupação dos mesmos assentamentos a cada estação.

De acordo com este modelo, podemos sugerir que os sítios arqueológicos associados à Tradição Taquara identificados representariam uma única aldeia, sucessivamente reocupada na época dos cultivos (primavera, verão e início do outono). As concentrações de artefatos líticos identificadas representariam áreas de atividades específicas, próxima a sede da aldeia, associada a afloramentos de boa qualidade e relacionada à extração de matérias primas e confecção de artefatos líticos. Os artefatos produzidos poderiam ser utilizados nas atividades domésticas, bem como nas atividades desenvolvidas próximas ao assentamento principal, relacionadas aos cultivos (tabela 2; para metodologia de análise ver: DIAS e HOELTZ, 1997; DIAS, 2003).

Para as indústrias líticas da Tradição Taquara o basalto foi a matéria prima preferencial, sendo selecionados principalmente os blocos de afloramento aos quais os sítios estão associados, e, em menor escala, seixos e placas de basalto coletados junto aos cursos de água situados nas proximidades dos sítios. A composição geral da indústria está relacionada à presença de lascas e núcleos unipolares, sendo raros os artefatos bifaciais e polidos. Os núcleos unipolares apresentam evidências de intenso investimento na preparação de plataformas, gerando uma grande variabilidade de tipos e uma alta concentração de lascas unipolares associadas a sua redução. As características gerais do conjunto lítico apontam que esta indústria estava caracterizada, predominantemente, pela redução de núcleos voltados a obtenção de lascas para uso expeditivo junto às unidades domésticas da aldeia, podendo estas ser utilizadas sem nenhuma modificação ou sofrerem redução secundária. A maior representatividade na amostra estudada de núcleos unipolares com uma plataforma ventral pode indicar que sua redução esteja associada à utilização enquanto artefatos junto às unidades domésticas do assentamento, gerando formas plano convexas que

apresentam gume utilitário em todo o contorno da plataforma de percussão.

A produção de artefatos bifaciais de grande porte teria um papel secundário nas indústrias da Tradição Taquara no alto vale do rio dos Sinos, sendo sua produção influenciada pelo tipo de suporte de lascamento selecionado. Os blocos de afloramento poderiam ser reduzidos, inicialmente, em uma extremidade, formando um gume bifacial até a  $\frac{1}{2}$  da peça, estendendo-se a redução primária, posteriormente, a outra extremidade. Em função das irregularidades dos blocos originais, estes bifaces, em geral, apresentam uma faixa central coberta por córtex. Os mesmos passos técnicos são observados na redução de placas de basalto colunar, utilizando-se, neste caso, os planos naturais como plataforma de percussão para redução primária. Por fim, podem também ser utilizados, em menor frequência, seixos alongados para a produção de bifaces, com lascamentos em apenas uma das extremidades (figura 2).

A estabilidade da ocupação representada pelo sistema de assentamento da Tradição Taquara na área estudada seria atestada pelos 30 sepultamentos presentes no abrigo RS-S-328: Caipora (SPINDLER, 2004). Sua datação de 1665 AP indicaria que os horticultores relacionados à Tradição Taquara teriam ocupado a área contemporaneamente aos caçadores coletores, porém a estrutura de seu sistema de assentamento tradicional entraria em colapso com a presença Guarani na região nordeste do Estado. Embora haja evidências arqueológicas de contato entre estas sociedades no sul do Brasil, as formas bélicas de conquista e manutenção dos territórios de domínio desenvolvidas pelos Guaranis, sugerem que conflitos e disputas com os caçadores coletores e os horticultores da Tradição Taquara pelas áreas de encosta e do litoral marcariam a tônica do tipo de relação predominante na região nordeste do Estado entre as populações pré-coloniais, a partir de 500 anos atrás.

## Sistema de Assentamento e Estilo Tecnológico da Tradição Guarani

A interpretação do padrão de implantação dos sítios Guarani na área partiu do modelo etnoarqueológico de Noelli (1993). Segundo Noelli (1993, p. 247-250), as categorias que classificam os domínios territoriais entre os Guarani pré-coloniais refletiriam os laços de parentesco e reciprocidade em três níveis espaciais inclusivos: *guará*, *tekohá* e *teii*. Os *guará* são compostos por unidades sócio-econômicas aliadas, denominadas *tekohá*, onde vão coexistir as multi-linhagens, ordenadas por laços de parentesco e reciprocidade, sendo formados por *teii* isolados ou agrupados, em função das condições locais e políticas. O *teii* corresponde à parcialidade ou família extensa, sendo designada de *teii oga* a casa onde vivia a linhagem e de *amundá* o local da aldeia ou sede do *tekohá*. Uma *teii oga* poderia abrigar até 60 famílias nucleares, podendo as aldeias grandes possuir até 6 *teii oga*, sendo habitadas por, aproximadamente, 2000 pessoas. Estima-se que, em função de alianças, um *Guará* de grande porte poderia conjugar em torno de 40 *tekohás*, sendo sua população total superior a 80.000 habitantes.

O *tekohá* comporta um jogo entre três espaços distintos: a aldeia (*amundá*), as roças (*cog*) e a vegetação circundante (*caa*). As roças (*cog*) iniciam-se fora do perímetro da aldeia, localizando-se a diferentes distâncias, de acordo com a sua antiguidade. Além das roças, inicia-se o espaço das matas (*caa*), no qual se situam as áreas de pesca, coleta e caça e as jazidas litológicas e de argila. Nestas também estão outras áreas de manejo que podem refletir antigas ocupações ou a preparação para futuros assentamentos, levando a crer que o raio de ação do ambiente humanizado estendia-se por muitos quilômetros a partir da sede do *tekohá* (NOELLI, 1993, p. 266). O tamanho da área de captação de recursos de um *tekohá* pode variar em função do grau de reciprocidade do conjunto multi-comunitário pertencente a um mesmo *Guará*, não sendo incomum a sobreposição de áreas de ação entre distintos *tekohás*. A partir

dos dados etno-históricos e arqueológicos, estima-se em torno de 50 Km a área de captação de recursos de um *tekohá* ao longo do ciclo anual, a partir da sede da aldeia (NOELLI, 1993, p. 252).

Consideramos a distribuição dos sítios arqueológicos observados no alto vale do rio dos Sinos como representando o deslocamento das sedes de aldeias de um *tekohá*, acompanhando os cursos de maior porte representados pelo rio dos Sinos e os arroios Caraá, Grande, Pinheiros, Bom Retiro e Rolantinho. Foram obtidas 2 datações em TL para o sítio Guarani RS-S-399 (165 e 205 AP) contemporâneas ao início da presença colonial portuguesa na região, efetivada pela instalação do Registro de Viamão. Porém, a densidade de sítios na área sugere uma profundidade temporal maior.

Em associação às unidades habitacionais, em alguns destes sítios pode-se observar a presença de áreas de atividade específicas, com concentração de conjuntos líticos, associadas à extração de matérias primas e à produção de artefatos bifaciais de grande porte, possivelmente utilizados na construção das casas, na confecção de canoas e nas atividades agrícolas e de manejo agroflorestal. A maior parte do conjunto lítico da Tradição Guarani está associada a dois sítios (RS-S-287 e RS-S-289), sugerindo que estes correspondem aos principais locais de extração e preparação inicial de artefatos líticos do *tekohá* do Alto Vale do Rio dos Sinos. A produção inicial dos artefatos ocorreria nestes dois sítios de atividade específica, sendo as peças acabadas transportadas para as sedes de aldeias ou para os locais de roças, justificando os sítios lito-cerâmicos e líticos com baixa densidade de material localizados nas prospecções (tabela 3; para metodologia de análise ver: DIAS e HOELTZ, 1997; DIAS 2003).

Em geral, observou-se uma preferência pela utilização do basalto, cuja origem relaciona-se a seixos de arraste fluvial ou blocos de afloramento, sendo a escolha diferencial determinada pela abundância da matéria prima no local de implantação do sítio. Os artefatos unifaciais e bifaciais predominam nesta indústria lítica,

estando o restante do conjunto representado, principalmente, por lascas e núcleos unipolares. Os blocos de afloramento são o tipo de suporte de lascamento predominante entre os núcleos unipolares, apresentando, em geral, planos de percussão naturais o que indica um baixo investimento na preparação das plataformas de percussão. Seu papel na organização da tecnologia está relacionado principalmente à produção de lascas para uso expeditivo junto às unidades habitacionais. A maior parte das lascas unipolares para este conjunto é do tipo cortical, associadas à redução de seixos para a produção de artefatos unifaciais e bifaciais.

Os seixos de morfologia alongada e, mais raramente, as placas de basalto colunar, foram selecionados como suporte preferencial para a produção de artefatos unifaciais e bifaciais, sendo mais frequentes nas coleções as categorias relacionadas às primeiras etapas da cadeia operatória que seriam descartados em maior frequência junto aos locais de produção de artefatos. As características deste conjunto artefactual indicam que as faces planas originais do seixo selecionado para a produção do artefato serviriam como plataforma inicial para o lascamento. O lascamento primário inicia-se, em geral, por duas retiradas em uma das faces da peça, para teste da matéria prima, centrando-se em apenas uma das suas extremidades. Esta etapa de produção gera um gume funcional, podendo o artefato ser utilizado, ou abandonado em função da presença de irregularidades na matéria prima ou sofrer de dois a três lascamentos na face oposta, produzindo um gume bifacial, com terminação em ponta. Intensificando-se a redução primária em uma das faces do artefato pode-se ampliar o gume bifacial até a metade da peça ou optar-se por estender a redução primária por todo o contorno da peça, formando um gume periférico (figura 3).

### **Considerações finais**



Embora o conceito de tradição tecnológica corresponda a um expediente de classificação que diagnostica variabilidade entre conjuntos artefatuais, não permite explicar como esta variabilidade se relaciona a comportamentos culturais no passado. Partindo dos resultados das pesquisas aqui analisados, questionamos em que medida os conjuntos definidos como pertencentes à Tradição Humaitá no sul do Brasil podem também corresponder a uma realidade semelhante à apresentada pelo alto vale do rio dos Sinos. Para avaliar esta questão, um primeiro passo necessário é revisar de forma crítica o conhecimento produzido até o presente e a validade dos conceitos utilizados. Por sua vez, estes dados devem necessariamente ser acompanhados de estudos de caráter regional, baseados em cronologias consistentes, para que se possa entender a relação dos sítios de uma região como entidades dinâmicas, fruto de estratégias de mobilidade e uso do espaço por distintas sociedades pretéritas. É somente através deste tipo de estratégia que se poderá construir um referencial empírico que permita interpretações sobre a variabilidade de conjuntos líticos de uma mesma área ou de regiões distintas (DIAS, 2002, p. 81).

Para o caso específico da Tradição Humaitá, sugerimos que a avaliação de sua procedência só pode se dar a partir de estudos específicos, de caráter regional, que respeitem a contextualização espacial dos sítios em suas características internas e externas, associados a estudos de coleções que compreendam os artefatos enquanto resultados de escolhas tecnológicas e, portanto, produto de uma tradição cultural. Se nosso objetivo enquanto arqueólogos é identificar identidades sociais no registro arqueológico, um dos caminhos para alcançar esta meta se dá ao reconhecer as diferenças nas cadeias operatórias e como esta variabilidade se relaciona a distintas formas de apropriação do espaço regional.

## Tabelas

**Tabela 01 – Conjuntos líticos da Tradição Umbu**

Categorias Tecno-tipológicas	RS-S-359	RS-S-358	RS-S-265	RS-S-361	RS-S-360	RS-S-327	RS-S-337	Total
Microlascas	33	398	19	2	302	1257	290	2301
Lascas unipolares	707	1025	163	79	1055	1353	372	4512
Lascas unipolares retocadas	15	62	1	0	3	4	0	85
Lascas bipolares	1089	1620	10	10	136	211	9	3085
Lascas bipolares retocadas	67	46	0	0	3	4	0	120
Núcleos unipolares	6	8	1	1	15	8	1	40
Núcleos bipolares	26	18	0	0	4	5	1	56
Fragmentos de lascamento	1739	805	297	166	1152	1798	605	6804
Fragmentos nucleiformes	11	95	3	1	34	16	4	164
Fragmentos naturais sem ou com fratura térmica	168	432	270	85	439	815	665	2874
Fragmentos de hematita raspados para extração de pigmento	6	14	0	4	4	8	2	38
Percutores	1	3	0	0	1	0	2	7
Polidores	0	3	0	0	3	6	0	12
Quebra-cocos	0	2	0	0	0	0	0	2
Boleadeiras	0	1	0	0	0	1	0	2
Almofarizes	0	1	0	0	0	0	0	1
Lascas com face externa polida	6	36	2	9	8	19	7	87
Bifaces	20	37	1	0	5	3	0	66
Unifaces	4	3	1	1	1	0	0	10
Préformas	146	171	0	0	4	7	1	329
Micro-raspadores	14	16	2	0	1	1	0	34
Pontas de projétil	331	259	9	2	4	11	1	617
Fragmentos de pontas de projétil	9	54	0	1	1	7	0	72
Fragmentos de bordas de artefatos bifaciais	53	90	3	2	13	9	0	170
Fragmentos naturais polidos	0	0	0	0	0	3	0	3
Totais	4451	5199	782	363	3188	5548	1960	21491

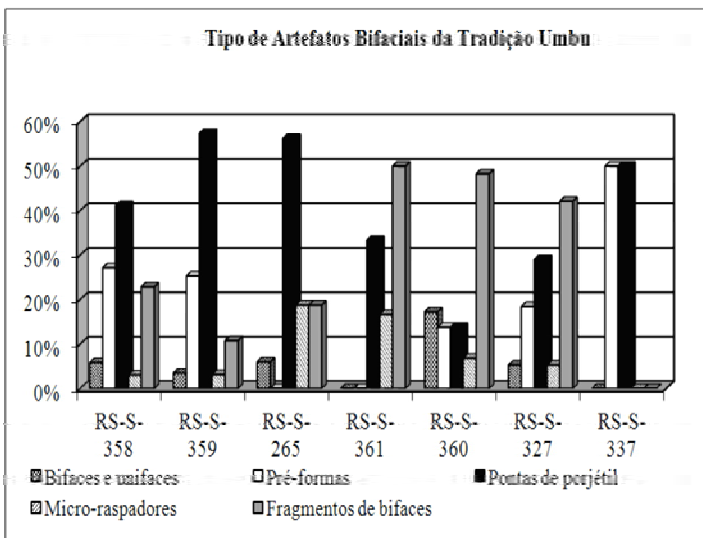
**Tabela 02 - Conjuntos Líticos dos Sítios da Tradição Taquara**

Categories Tecnotipológicas	RS-S-429	RS-S-431	RS-S-432	RS-S-433	Total
Núcleos unipolares	11	10	0	2	23
Lascas unipolares	26	16	2	3	47
Lascas unipolares modificadas	5	1	0	0	6
Lascas bipolares	3	0	0	0	3
Fragmentos de lascamento	10	2	0	0	12
Fragmentos naturais com ou sem fratura térmica	5	1	0	1	7
Percutores	0	2	0	0	2
Mãos de pilão	0	3	0	0	3
Artefatos Bifaciais	2	6	0	1	9
TOTAIS	62	41	2	7	112

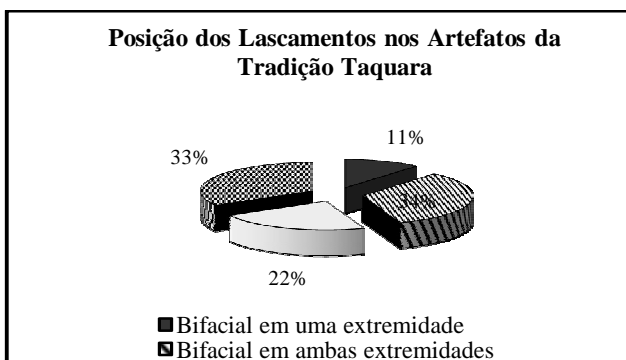
**Tabela 03 - Conjuntos Líticos dos Sítios da Tradição Guarani**

Categories Tecnológicas	S289	S287	S285	S288	S290	S399	S400	S401	S403	S404	S405	S406	S408	S409	S410	S413	S414	S416	S423	Total
Núcleos unipolares	5	5	2	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	16
Núcleo bipolar	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Lascas unipolares	11	13	3	3	3	2	1	0	3	0	6	2	0	0	2	0	1	2	0	52
Lascas unipolares modificadas	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Fragmentos de lascamento	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	6
Fragmentos naturais com ou sem fratura térmica	6	17	5	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
Fragmentos naturais modificados	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Artefatos Bifaciais	23	20	5	1	0	3	3	1	2	0	1	2	1	1	2	1	0	0	0	66
Artefatos Unifaciais	9	5	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	16
Fragmentos de borda de artefato bifacial	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4
TOTAIS	61	68	15	8	3	6	4	1	7	1	7	4	1	3	6	1	1	2	1	200

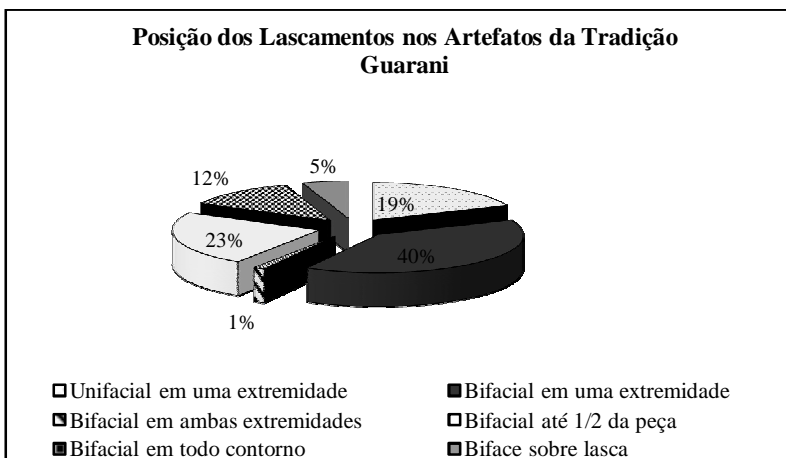
**Figuras**



**Figura 01 – Tipos de Artefatos Bifaciais Relacionados aos Sítios da Tradição Umbu**



**Figura 02 - Tipos de Artefatos Bifaciais Relacionados aos Sítios da Tradição Taquara**



**Figura 3 - Tipos de Artefatos Bifaciais Relacionados aos Sítios da Tradição Guarani**

### Bibliografia

- BAILLY, A. *Dictionnaire Grec Français*. Paris: Hachette, 1990. pp. 2154.
- BINFORD, L. Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*. 45 (1), 1980. pp. 4-20.
- BINFORD, L. Mobility, housing and environment. *Journal of Anthropological Research*. 46 (1), 1990. pp. 119-152.
- DIAS, A. S. *Repensando a Tradição Umbu através de um estudo de caso*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), 1994.
- DIAS, A. S. Análise tecno-tipológica da indústria lítica do abrigo sob rocha RS-C-43: Capivara (Ivoti, RS). In: CONSENS, M.; LOPEZ-MAZZ, J. & CURBELO, M. C. (Eds.) *Arqueología en Uruguay* -

- Anais do VIII Congresso Nacional de Arqueologia Uruguaya.* Montevideo: Editorial Surcos, 1995. pp. 423-427.
- DIAS, A. S. Estudo da representatividade de pontas de projétil líticas enquanto marcadores temporais para a Tradição Umbu. In: KERN, A A (Org.) *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira.* Porto Alegre: Edipucrs, 1996. pp. 309-332.
- DIAS, A. S. Painel dos últimos trinta anos de pesquisas arqueológicas dos caçadores coletores do sul do Brasil. *Revista do CEPA.* 23 (29), 1999a. pp. 52-59.
- DIAS, A. S. Discutindo a variabilidade de indústrias líticas a partir da análise comparativa de coleções da Tradição Umbu. Comunicação apresentada no *X Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira.* Recife, 1999b.
- DIAS, A. S. Modelos de mobilidade e sistema de assentamento e suas implicações para o estudo das sociedades caçadoras coletoras do sul do Brasil. *Revista do CEPA.* 26 (35/36), 2002. pp. 65-85.
- DIAS, A. S. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.* São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. (Tese de doutoramento), 2003.
- DIAS, A. S. Sistema de Assentamento de Caçadores Coletores no Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. *Revista do CEPA.* 28 (39), prelo, 2004.
- DIAS, A. S. e HOELTZ, S. Proposta metodológica para o estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do CEPA.* 21 (25), 1997. pp. 21-62.
- DIAS, A. S. e SILVA, F. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do

- Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. 11, 2001. pp. 95-108.
- JACOBUS, A L. Uma proposta para a práxis em zooarqueologia do Neotrópico: o estudo de arqueofaunas do abrigo Dalpiaz (um sítio de caçadores-coletores na Mata Atlântica). *Revista do CEPA*. 28 (39), Prelo, 2004.
- NOELLI, F. *Sem Tekhoa não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. (Dissertação de mestrado), 1993.
- POLITIS, G. *Nukak*. Bogotá: Insitute Amazonico de Investigaciones Cientificas, 1996a.
- POLITIS, G. Moving to produce: Nukak mobility and settlement patterns in Amazonia. *World Archaeology*. 27 (3), 1996b. pp. 492-511.
- POLITIS, G. Un caso de estudio etnoarqueológico: la formación de sitios de cazadores-recolectores en las tierras bajas sudamericanas. In: COIROLO, A. & BRACCO-BOKSAR, R. (Eds.) *Arqueología de las Tierras Bajas*. Montivideo: Ministerio de Educación y Cultura/Comisión Nacional de Arqueología, 1996c. pp. 427-449.
- POLITIS, G. Foragers of the Amazon: the last survivors or the first to succeed? In: McEWAN, C.; BARRETO, C. & NEVES, E. (Eds.) *Unknown Amazon*. London: The British Museum Press, 2001. pp. 26-49.
- REEDY, C. e REEDY, T. Relating visual and technological styles in Tibetan sculpture analysis. *World Archaeology*. 25 (3), 1994. pp. 304-320.
- SACKETT, J. The meaning of style in archaeology: a general model. *American Antiquity*. 42(3), 1977. pp. 369-380.
- SACKETT, J. Approaches to style in lithic archaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*. 1, 1982. pp. 59-112.



- SACKETT, J. Style, function and assemblage variability: a reply to Binford. *American Antiquity*. 51 (3), 1986. pp. 628-634.
- SACKETT, J. Style and ethnicity in archaeology: the case for isochrestism. Conkey, M. e Hastorf, C. (Eds.). *The uses of style in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. pp. 32-43.
- SCHMITZ, P. I. e BECKER, I. Os primitivos engenheiros do planalto e suas estruturas subterrâneas: a Tradição Taquara. In: KERN, A. (Org.) *Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. pp. 251-283.
- SPINDLER, C. Sepultamentos Humanos no sítio Caipora (RS-S-328). Comunicação apresentada no *IV Encontro do Núcleo Regional Sul da SAB*. Criciúma, 2004.
- WIESSNER, P. Style and social information in Kalahari San projectile points. *American Antiquity*. 48 (2), 1983. pp. 253-276.
- WIESSNER, P. Style and changing relations between the individual and society. In: HODDER, I. (Ed.) *The meanings of things: material culture and symbolic expression*. London: Harper Collins, 1989. pp. 56-63.

Recebido em: 29/02/2008

Aprovado em: 25/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica<sup>1</sup>

Solange Bezerra Caldarelli<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A situação aqui exposta refere-se à maneira específica como a Scientia está estruturada e atua hoje em dia, atuação esta que resultou inicialmente das experiências e reflexões minhas, enquanto consultora autônoma, entre os anos de 1985 a 1989, data em que a Scientia foi fundada, e, a partir daí, das pesquisas realizadas dentro de uma perspectiva empresarial.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Arqueologia de contrato - Scientia – Legislação*

---

**ABSTRACT:** The situation outlined here refers to the specific way the Scientia is structured and operates today, this action which resulted initially from my experiences and reflections as an independent consultant, between the years 1985 to 1989, when the Scientia was founded, and from there, the researches conducted in a business perspective

**KEY-WORDS:** *Consultive archaeology - Scientia – Legislation*

---

## Introdução

Para o desafio de apresentar o trabalho solicitado pela comissão organizadora do simpósio, a respeito da pesquisa arqueológica que se realiza no âmbito de grandes empreendimentos, optamos por discutir o tema a partir da importância e do desafio de manter um controle de qualidade científica na execução dos projetos executados pela Scientia Consultoria Científica.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no VI Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Porto Alegre, 20 a 23/10/2008.

<sup>2</sup> Scientia Consultoria Científica, Brasil; diretora e coordenadora de projetos de arqueologia.

A situação aqui exposta refere-se à maneira específica como a Scientia está estruturada e atua hoje em dia, atuação esta que resultou inicialmente das experiências e reflexões minhas, enquanto consultora autônoma, entre os anos de 1985 a 1989, data em que a Scientia foi fundada, e, a partir daí, das pesquisas realizadas dentro de uma perspectiva empresarial.

O texto (e a apresentação dele resultante) partiu de um paralelo com o caso de Ontário, Canadá, por sua semelhança com a situação da arqueologia consultiva de ponta que se faz hoje no Brasil.

Segundo Shanks (2005, p. 219), os arqueólogos profissionais que trabalham com interesses públicos, aplicando a legislação que trata de preservação, descobertas arqueológicas e de projetos de engenharia que colocam remanescentes do passado em risco, estão trabalhando com arqueologia pública. Como a Arqueologia Pública, assim como a Gestão de Recursos Culturais, envolve uma gama grande de profissionais, trabalhando em museus, academias, órgãos governamentais, ongs, empresas especializadas e como autônomos, optamos, aqui, por tratar especificamente destes últimos profissionais, que atuam *full-time* em consultoria arqueológica.

### **Paralelos com o caso de Ontário, Canadá**

Segundo Ferris (2002), a prática da arqueologia em Ontário mudou drasticamente durante o último quartel do século XX, e este ritmo continua até hoje. A maior parte da mudança foi o reconhecimento de uma responsabilidade legal com a conservação arqueológica na maioria dos processos de uso da terra, que ao mesmo tempo levou a um crescimento explosivo da indústria de consultoria arqueológica na província. Os resultados têm sido vertiginosos, com cada ano marcado por milhares de dólares gastos em arqueologia de contrato por parte dos proponentes, tanto públicos como privados, e centenas de sítios arqueológicos

descobertos e escavados. Esta é uma situação que encontra paralelo no Brasil, onde a situação é praticamente a mesma.

Menciona o autor (FERRIS, 2002) que a opção do governo foi a de não tomar diretamente para si a gestão dos recursos culturais (fugindo ao ônus sobre os gastos públicos), mas dando todas as diretrizes legais, no que concerne à proteção dos bens arqueológicos, aos proponentes de projetos desenvolvimentistas, tanto os empreendedores estatais quanto os privados, para contratar consultores de arqueologia. Isto fatalmente levou a um aumento dos profissionais trabalhando com consultoria arqueológica. Esta é outra situação em que o paralelo com o Brasil é gritante.

Outro fato, mencionado pelo autor, com paralelo evidente com a situação nacional, foi o de que o longo período de crescimento econômico que Ontário experimentou também levou a um concomitante aumento de consultores de arqueologia, o que mudou a face da arqueologia consultiva. Inicialmente, a atividade era feita pelos arqueólogos empregados na academia ou por arqueólogos aguardando entrar na academia. Depois, com o crescente número de arqueólogos formados nas universidades, a viabilidade econômica e prática de uma carreira em consultoria cresceu exponencialmente. Em consequência, a carreira de arqueólogo em consultoria cresceu rapidamente e, hoje, acaba sendo o único emprego viável para os arqueólogos que se formam nas universidades.

Segundo King (2002), a Gestão de Recursos Culturais, sob suas diversas denominações e aspectos, é feita porque há leis que exigem que ela seja feita. As leis é que fundamentam a maneira como a Gestão de Recursos Culturais é praticada. No caso brasileiro, a situação é exatamente a mesma.

No Brasil, a normatização da pesquisa arqueológica por consultoria privada, e não apenas por pesquisadores institucionalizados, tem dois marcos conceituais e cronológicos importantes:

1) a Portaria SPHAN 07/1988, que, regulamentando os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisa e escavações arqueológicas, rompeu com os feudos arqueológicos do País, ao estabelecer que as permissões e autorizações seriam dadas por períodos de no máximo dois anos, ao final dos quais deveriam ser reavaliadas, para eventuais renovações.

2) a Portaria IPHAN 230/2002, que definiu os procedimentos mínimos a serem observados para compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais dos empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico com os estudos preventivos de arqueologia.

Sempre usando as informações de Ferris (2002), temos que, atualmente, apenas em Ontário, há cerca de 50 empresas de consultoria arqueológica. A maioria tem equipes de 1 a 5 arqueólogos, mas as cinco maiores empresas empregam perto de 50 arqueólogos. De uma maneira ou de outra, a arqueologia consultiva emprega cerca de 100 profissionais em tempo integral e entre 100 a 150 estudantes e técnicos de campo de laboratório, temporariamente.

Não temos informações sobre o número de empresas atuando hoje em arqueologia consultiva no País, mas certamente este número cresceu exponencialmente desde que publicamos um artigo sobre a arqueologia de contrato no Brasil (CALDARELLI e SANTOS, 2000). É possível dizer, sem muito medo de errar, que as empresas privadas que fazem pesquisa arqueológica no Brasil ao menos quintuplicaram nos últimos dez anos.

A situação, portanto, embora ainda seja bem mais modesta que no Canadá, onde apenas Ontário conta com 50 empresas de

consultoria arqueológica, demonstra a força da arqueologia por contrato.

O crescimento geométrico da arqueologia consultiva em contraste com o crescimento aritmético da arqueologia acadêmica já era patente nos Estados Unidos da América no final da década de 80 do século XX (STARK, 1992).

Hoje, segundo King (2005, p. 93), as empresas de consultoria norte-americanas fazem o grosso da pesquisa arqueológica voltada à gestão de recursos culturais. Para isso, precisam apresentar documento onde consta o tipo de solicitação feita a elas pelas empresas que demandam seus serviços (por exemplo, avaliar os impactos de um oleoduto planejado para uma determinada região). No mesmo trabalho citado, o autor fornece interessantes exemplos das questões que os arqueólogos que trabalham com arqueologia consultiva são chamados a enfrentar (KING, 2005, p. 92-96).

Esta situação se observa mundo afora. Apenas para citar um exemplo europeu, em Portugal, segundo o arqueólogo Miguel Lago, 90 % da arqueologia praticada no País é feita por empresas de arqueologia. O mesmo arqueólogo comenta que, em decorrência de uma fortíssima profissionalização da arqueologia nos últimos dez anos, a atividade arqueológica, que era eminentemente praticada por universidades e organismos da administração pública, tornou-se eminentemente empresarial. Estima ele que, em Portugal, existam cerca de 50 e 60 empresas de dimensões e enquadramentos diferentes, empregando uma média entre 15 e 20 pessoas. No entanto, com elas coexistem empresas de apenas uma ou duas pessoas (<http://tv1.rtp.pt/noticias/?article=167982>). Em virtude dessa mudança no cenário da pesquisa arqueológica portuguesa, foi programado, para novembro de 2008, o Primeiro Congresso de Arqueologia Empresarial de Portugal, com o apoio da Fundação

Calouste Gulbenkian, com o objetivo de reunir os profissionais *“para procurar caminhos, rumos, definir estratégias e avaliar procedimentos”*.

Uma situação que destoa, no entanto, entre os casos acima mencionados e a realidade brasileira, é o fato de que, no Brasil, somam-se, às empresas privadas, universidades e museus onde a pesquisa arqueológica é, com raras exceções, desenvolvida quase que apenas por contrato de prestação de serviços. Dentre estas, destacam-se as da região Sul, como a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, no Rio Grande do Sul (que atua numa escala nacional), e a Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, em Santa Catarina (que atua numa escala regional). A Universidade Federal do Paraná é um caso à parte, pois executava projetos de levantamento e salvamento arqueológico desde muito antes da atual legislação ambiental. Na região centro-oeste, destacam-se as universidades de Goiás, tanto a Federal (UFGO) quanto a Católica (UCG) e, na região norte, o Museu Paraense Emílio Goeldi, no Pará, que também atua em escala regional. Essas instituições aparecem rotineiramente como executoras de pesquisas arqueológicas aplicadas em portarias publicadas pelo IPHAN no Diário Oficial da União.

Não que inexistam universidades que executem consultoria arqueológica em outros países, mas costumam ser casos raros. Um exemplo, nos Estados Unidos, é a Universidade do Arizona, que presta serviços de arqueologia consultiva em grande escala, com reconhecido grau de qualidade. Mas o quase que total abandono da pesquisa básica em prol da pesquisa aplicada, por universidades, parece ser uma característica bem própria do Brasil.

Outro paralelo possível com a situação exposta por Ferris (2002) em Ontário é o que concerne às conseqüências do crescimento da arqueologia consultiva. Um fenômeno decorrente do crescimento da arqueologia consultiva, citado pelo autor, foi a quantidade de sítios que não eram tradicionalmente pesquisados

pela arqueologia acadêmica: sítios líticos de filiação cultural desconhecida; descobertas isoladas; sítios domésticos do século XIX; sítios de períodos pouco pesquisados (em especial do Arcaico), etc. Esses achados levaram a reflexões importantes sobre períodos não estudados anteriormente e a revisões substanciais de interpretações sobre outros períodos, confirmaram o potencial científico de sítios não prestigiados anteriormente, etc. O mesmo pode ser dito da arqueologia consultiva no Brasil: muitos sítios não estudados tradicionalmente pela arqueologia institucionalizada foram registrados e pesquisados, em especial sítios líticos do holoceno médio e sítios históricos.

Segundo o autor (FERRIS, 2002), o crescimento maciço de dados sobre a o registro arqueológico não estudado anteriormente está trazendo significativas contribuições à compreensão da história cultural de Ontário, além de permitir uma avaliação de todos os aspectos de seu patrimônio arqueológico. No que concerne o Brasil, uma breve análise dos sítios cadastrados no IPHAN ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)) permite verificar a diversidade de bens constituintes do patrimônio arqueológico nacional que passou a fazer parte do registro arqueológico brasileiro. As contribuições científicas desses estudos, que durante muito tempo foram pífias e severamente criticadas pela arqueologia acadêmica, de uns anos para cá foram-se avolumando, em quantidade e qualidade, conforme pode ser observado pelas dissertações de Mestrado, teses de Doutorado, apresentações em congressos e, embora ainda timidamente, nas publicações em periódicos especializados. E a tendência é que elas cresçam, tendo em vista o grande número de arqueólogos no Brasil engajados em projetos de arqueologia consultiva, conforme se observa nas portarias de pesquisa publicadas pelo IPHAN no DOU.



## Problemas advindos do rápido crescimento da arqueologia consultiva

Retomamos, aqui, o paralelo com Ontário. Citamos, novamente, Ferris (2002), ao mencionar que, como não houve uma preparação prévia para as alterações bruscas advindas do crescimento rápido da arqueologia consultiva, os arqueólogos não estavam preparados para lidar com os problemas associados a essas mudanças, dentre os quais o autor questiona dois, de grande relevância para a pesquisa arqueológica:

✓ *A quantidade de dados coletados realmente contribui para o conhecimento arqueológico?*

✓ *A documentação desses sítios realmente compensa as enormes verbas gastas com ela? Ou deveria haver uma reflexão sobre o que é e o que não é relevante?*

Segundo Ferris (2002), às vezes tem-se a impressão de que a disciplina se assemelha a um veículo sem freios, descendo um declive a toda velocidade. A insegurança sobre o objetivo do que se está fazendo não raro leva a uma crise na crença sobre o que se está fazendo, por parte dos próprios arqueólogos e a um questionamento dos contratantes sobre as obrigações legais de pagamento de pesquisas arqueológicas percebidas como irrelevantes. Trata-se de dilemas que também têm afligido os profissionais conscientes em atuação no Brasil, tanto nas esferas privadas quanto públicas (dentre essas, destaca-se o órgão responsável pela proteção do patrimônio arqueológico no País – o IPHAN).

É esse questionamento que traz à baila o problema do **controle de qualidade**, que deve ser implementado e buscado por todos os que se dedicam à arqueologia consultiva no Brasil, estejam eles ligados a empresas especializadas, a instituições de ensino e pesquisa ou à prática autônoma e cobrado de todos pelo órgão

responsável pela preservação do patrimônio arqueológico nacional: o IPHAN.

### **Gestão de qualidade na prática arqueológica**

No documento final do encontro da Canadian Archaeological Association-CAA ocorrido em Victoria, em 1988, para debater o papel da CAA no futuro da arqueologia canadense (<http://www.canadianarchaeology.com/1998plenary/>), reconheceu-se que a arqueologia na América do Norte, no final do século XX, estava passando por grandes mudanças. O grande motor dessas mudanças foi reconhecido como sendo as exigências legais de conservação dos sítios arqueológicos em risco por impactos desenvolvimentistas, as quais levaram a uma explosão da arqueologia consultiva. Dentre as recomendações expostas no documento final do encontro, duas se aplicam de modo absolutamente pertinente ao caso brasileiro, quando a preocupação se centra na qualidade:

✓ a necessidade de uma mudança em educação, em treinamento, em práticas e no reconhecimento das responsabilidades inerentes ao trabalho arqueológico.

✓ a necessidade de integração da arqueologia consultiva com os setores acadêmicos, de modo a avançar a postura profissional, assegurar a capacitação de novos arqueólogos, para um avanço na arqueologia que se faz no País.

Aqui, gostaríamos de ressaltar que a integração com os setores acadêmicos deve incluir não apenas aqueles dedicados à pesquisa arqueológica, mas também aqueles que lidam com questões que a arqueologia consultiva precisa conhecer profundamente, sendo a gestão ambiental uma das mais importantes. Afinal, a arqueologia consultiva está a serviço do

patrimônio arqueológico exatamente nos processos de planejamento e gestão ambiental.

O fato de que, hoje, várias pesquisas desenvolvidas durante projetos de planejamento e gestão ambiental são aproveitadas para titulação acadêmica demonstra que, para atuar produtivamente e de forma consequente nesta área, o arqueólogo precisa conhecer os fundamentos dessas disciplinas, que possuem uma retaguarda legal extensa.

A importância de preparação de profissionais para fazer face ao crescente crescimento da arqueologia consultiva levou a Universidade do Algarve a criar, em Portugal, no ano de 2008, a primeira licenciatura em Arqueologia na qual a Arqueologia Empresarial ganha o status de disciplina, a ser cursada pelos estudantes. Apesar da relevância da arqueologia consultiva no último decênio, em Portugal, não existia oferta de formação nesta área até a iniciativa da Universidade do Algarve. Ao divulgar a iniciativa, a UAlg menciona que, graças aos elevados índices de empregabilidade do ramo empresarial, o graduado do curso de Arqueologia da UAlg encontrará um mercado diversificado de trabalho, não só em organismos centrais e autárquicos, mas também em instituições privadas e, finalmente, como empresário e técnico especialista. Comenta Nuno Bicho:

*"O sector da Arqueologia Empresarial é o que tem empregado a maior parte dos licenciados em Portugal, chegando mesmo a absorver profissionais oriundos do mercado espanhol". E completa: "o sector das obras públicas é, naturalmente, o que mais profissionais absorve, na medida em que é muito dinâmico e opera em cenários, muitas vezes, de larga escala, como é o caso da construção de auto-estradas,*

aerportos, vias ferroviárias, entre outros<sup>3</sup>.

Pouco após a realização da palestra no Encontro da SAB Sul, tivemos acesso a uma publicação da Sociedade de Arqueologia Americana, a *The SAA Archaeological Record*, de janeiro/2009, quase que inteiramente dedicada à necessidade de preparar arqueólogos para carreiras em Arqueologia Aplicada<sup>4</sup>. A idéia, defendida pela SAA, é a de criação de um Mestrado em Arqueologia Aplicada, com disciplinas obrigatórias e optativas, todas voltadas à qualificação prática, teórica e metodológica do estudante de arqueologia que compete no novo mercado de trabalho trazido pela Gestão de Recursos Arqueológicos. Um currículo para este Mestrado é proposto por Sarah W. Nesius, da Universidade de Atlanta e discutido por vários outros autores, representando universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria e o National Park Service.

Além de propor um programa de Mestrado em Arqueologia Aplicada, Nesius (2009) ressalta a importância de um projeto de tese para que os estudantes ganhem experiência em arqueologia aplicada. Com a tese, o estudante adquire experiência em desenho, implementação e relato de uma pesquisa arqueológica, o que tem incalculável valor para quem pretende se dedicar à arqueologia consultiva.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.universia.pt/servicos\\_net/informacao/noticia.jsp?noticia=47001](http://www.universia.pt/servicos_net/informacao/noticia.jsp?noticia=47001) (acesso em setembro/2008).

<sup>4</sup> Apesar de essa publicação não ter constado na palestra proferida no encontro, uma vez que apareceu depois deste, decidimos, por sua pertinência ao assunto aqui debatido e ao caso brasileiro, mencionar os principais pontos nela discutidos.

Na mesma publicação, queremos destacar alguns dos temas defendidos pelos comentaristas, que nos parecem extremamente adequados à situação brasileira:

✓ Snow (Pennsylvania State University) destaca o extraordinário crescimento da ciência arqueológica e a necessidade de que a academia acomode esse crescimento;

✓ Sandweiss e Delcourt (University of Maine) ressaltam que as necessidades e os requisitos do Mercado serão um fator decisivo na adoção de Mestrados em Arqueologia Aplicada pelas universidades;

✓ Doelle (Center of Desert Archaeology) pondera que, com um título de Mestre em Arqueologia Aplicada obtido em um programa adequado terá efetivas oportunidades de conseguir emprego em arqueologia consultiva;

✓ Gumerman IV e Smiley mencionam que a maior prioridade da Northern Arizona University é profissionalizar seus estudantes;

✓ Resnick, Berkin e Trocki (consultores da GAI Consultants, Inc. e do Natural Resource Group, LLC) ressaltam que, além das habilidades em campo e em comunicação, é importante que um curso de Mestrado em Arqueologia Aplicada incorpore conhecimentos de práticas de negócios;

✓ Childs (National Park Service), em seu comentário, destaca, entre as habilidades de comunicação necessárias para o profissional que trabalha com arqueologia aplicada, a de trabalhar de perto com agentes governamentais e com especialistas de outras disciplinas envolvidas com a Gestão de Recursos Culturais; a capacidade de convencer colegas e empreendedores dos valores públicos da arqueologia e da preservação histórica e a facilidade de reconhecer e negociar aspectos culturais com tribos nativas, descendentes de minorias étnicas e outras partes interessadas nos diversos tipos de projetos.

É importante lembrar, aqui, que, mais de uma década atrás, Darvill (1995) já enfatizava a necessidade de preparar arqueólogos para a gestão, em todas as etapas da educação acadêmica: graduação e pós-graduação.

Todos os aspectos acima ressaltados, assim como os demais trazidos pelos autores deste número especial da *The SAA Archaeological Record*, constituem, sem dúvida, aspectos fundamentais da prática da arqueologia consultiva, que deveria ser pensada também pelas universidades brasileiras, uma vez que sua grande função é habilitar seus estudantes para a prática na profissão de sua escolha. Tais habilitações são fundamentais para uma prática arqueológica que vise a qualidade e é muito difícil encontrar, no mercado, arqueólogos que as reúnam. O que reflete o fato de sua educação em arqueologia não estar adequada ao mercado que hoje congrega a esmagadora maioria das oportunidades profissionais, não só no Brasil, mas no mundo globalizado, onde a questão do patrimônio cultural assume proporções cada vez mais prementes, em vista do tão propalado e reconhecido risco que este está sofrendo em função dos necessários projetos desenvolvimentistas que afetam o solo e as águas, as matrizes por excelência dos bens arqueológicos.

Todas as necessidades acima ressaltadas apontam para a necessidade de emergência de mais profissionais afinados com as necessidades atuais da prática da pesquisa voltada à gestão dos bens arqueológicos, em escalas locais, regionais, nacionais e globais, dentro de uma perspectiva atual de garantia de qualidade.

Afinal, como dizem Willems e Dries (2007), a prática da arqueologia mudou muito nos dias atuais. As raízes dessa mudança residem nos anos 60, quando a problemática ambiental se tornou importante. Logo, foi reconhecido que não apenas os recursos naturais, mas também os culturais estavam em perigo e precisavam

de uma gestão cuidadosa, hoje denominada “sustentável”. Isto se tornou a base do nascimento da gestão de bens culturais, no sentido moderno.

Os arqueólogos mencionam que os autores acima se deram conta de que sua fonte de material estava rapidamente desaparecendo e que apenas uma tênue parcela podia ser registrada através de escavações de salvamento. Sua sobrevivência precisava de uma abordagem diferente, que requeria comunicação com o mundo exterior, influenciando o processo de decisão político e socioeconômico, o que exigia incluí-la no apoio do público em geral.

Embora o escopo das obrigações legais varie de país a país, o impacto do desenvolvimento sobre os bens arqueológicos, de uns anos para cá, tem sido sempre considerado. Este movimento, ao qual o Brasil também aderiu, começou nos Estados Unidos em meados dos anos 70 e na Europa nos 80, levou a um grande aumento da arqueologia inicialmente denominada de “contrato”, hoje mais conhecida como arqueologia consultiva, denominação que passou a ser adotada pelo Banco Mundial desde 2006, nos projetos por ele financiados. Não se trata de uma norma legal, mas de uma política que, em níveis globais, ajuda a fortalecer a maneira como os bens culturais são considerados no desenvolvimento e na implementação de processos de planejamento.

Segundo King (2002), muitas pessoas pensam que a arqueologia consultiva<sup>5</sup> resume-se àquela feita por dinheiro, em relação com o planejamento e a construção de rodovias e outros empreendimentos desenvolvimentistas, o que é muito ruim, pois ela precisa ser muito mais que isso. Embora, no limite, ela tenha de lidar com *preservação histórica*, ela também é mais que isto. É muito mais, também, segundo ele, do que a avaliação de impactos

---

<sup>5</sup> O autor usa o termo “Gestão de Recursos Culturais”, o mais utilizado nos Estados Unidos da América pelos que se dedicam ao que aqui estamos denominando de “arqueologia consultiva”.

sobre os bens culturais. Pergunta, então, o autor: se a Gestão de Recursos Culturais é mais do que tudo isto, o que é ela, afinal? E ele mesmo responde que se trata de um termo amplo para a tentativa de tomar conta daquilo que é importante para as pessoas por razões culturais, incluindo sítios arqueológicos e artefatos, prédios antigos, canções, histórias, modos de dançar, crenças e práticas religiosas, no contexto das normas, políticas, governos e forças econômicas do mundo moderno.

Na introdução à mesma obra, King (2002) diz que, para ele, boa gestão de recursos culturais se refere a pessoas com visões conflitantes sentando e discutindo umas com as outras, procurando soluções em comum acordo.

Este ponto de vista é esposado por Hodder (2003), ao dizer que arqueólogos são intelectuais que usam conhecimento especializado para atuar em áreas sociais e políticas. Para estar aptos a agir, para serem ouvidos como arqueólogos, precisam estar aptos a negociar entre interesses conflitantes, usando-os com sensibilidade para atingir seus próprios objetivos. O processo de engajamento e crítica, segundo este autor, é extremamente difícil e delicado. É preciso que ajustemos nossas visões com as de nossos interlocutores, as quais não raramente são conflitantes. Certamente, os arqueólogos dispõem de uma certa autonomia, dada pela sua *expertise*, mas esta autonomia é parcial, restringida por forças com as quais todos temos de lidar.

Em nosso ponto de vista, o que podemos tentar é fazer com que nossa atitude, nossa postura e nosso discurso façam alguma diferença na postura dos empreendedores que nos contratam; pois os serviços que prestamos são prestados, na realidade, ao patrimônio arqueológico nacional; daí a necessidade de serem aprovados e fiscalizados pelo IPHAN.



Para fraseando Hodder na obra acima citada (que tratava de uma situação muito mais *sensível, delicada*, uma vez que lidava com forças políticas, na Turquia), às vezes a situação obriga a recusar certos projetos, mas, o mais das vezes, o compromisso e a colaboração são mais efetivos.

Acreditamos (e temos exemplos práticos dessa assertiva) que é possível influenciar algumas atitudes vigentes entre os empreendedores numa direção positiva em relação ao patrimônio arqueológico.

E é por essa enorme importância de seu objeto de trabalho, com todos os seus significados para a compreensão da singularidade da espécie humana, que os arqueólogos precisam incorporar à sua prática uma política de gestão de qualidade de seus serviços<sup>6</sup>, que inclua o respeito ao outro.

### **Estrutura e organização da Scientia para fazer face ao desafio de manter um controle de qualidade de seus serviços**

Para King (2005, p. 102), um pesquisador de sucesso em gestão de recursos culturais (ou em arqueologia consultiva, que é o termo que optamos por utilizar) é o que evolui para uma pessoa de negócios, numa empresa de planejamento ambiental, ou que forma sua própria empresa, envolvendo-se com negociações, orçamentos, contabilidade, impostos.

Segundo Renfrew e Bahn (2005, p. 219), os arqueólogos profissionais que trabalham com interesses públicos, "*upholding*" a legislação que trata de preservação e de descobertas arqueológicas, atuando junto a projetos de construção que colocam

---

<sup>6</sup> Optamos por utilizar, aqui, o termo "serviços", por este ser mais abrangente que a expressão "pesquisas", uma vez que, embora essas últimas sejam a base do serviço arqueológico, este não se restringe a elas, como mencionado neste texto.

remanescentes do passado em risco, estão trabalhando com arqueologia pública. Como a Arqueologia Pública, assim como a Gestão de Recursos Culturais, envolve uma gama grande de profissionais, trabalhando em museus, academias, órgãos governamentais, ONG's, empresas especializadas e autônomos, optamos, aqui, por tratar especificamente destes últimos profissionais, que atuam *full-time* em consultoria arqueológica.

Consideramos importante, no entanto, salientar as diferenças entre o arqueólogo que trabalha com consultoria enquanto autônomo e uma empresa de arqueologia consultiva. Anca (2001) define bem as diferenças:

✓ *O arqueólogo profissional é uma pessoa física individual, que utiliza seu conhecimento, experiência e seus recursos próprios.*

✓ *A empresa de arqueologia utiliza seus próprios recursos profissionais e materiais, além dos de outros profissionais, contratados para trabalhos específicos.*

Para fazer face aos desafios de montar uma organização sólida que permitisse fazer pesquisa arqueológica em grandes empreendimentos, junto a grandes clientes, com a necessária qualidade e os pré-requisitos exigidos (como normas de segurança ocupacional, profissionais com contratos assinados e os benefícios sociais previstos na Lei), a Scientia foi-se organizando ao longo dos anos.

O maior investimento da empresa foi em recursos humanos, em criação de uma estrutura administrativa eficiente e em estrutura física, sendo que hoje se encontra na situação apresentada nas figuras 1 a 3.

No que respeita ao corpo técnico, que é o que mais interessa aqui, o perfil e a distribuição geográfica dos recursos humanos fixos da Scientia pode ser observada nas figuras 4 e 5.

A figura 6 mostra a distribuição, por área de atuação, dos profissionais técnicos (fixos e autônomos) em exercício atualmente na Scientia.

Todos os funcionários da Scientia são incentivados a fazer cursos de aperfeiçoamento, especialização e pós-graduações *strictu senso* (Mestrado e Doutorado) em suas áreas específicas, sempre com apoio financeiro da empresa e usando material e dados por ela produzidos.

Os estagiários de nível médio são recrutados através de convênios com escolas públicas das proximidades das diversas unidades da Scientia. Os estagiários de nível superior ou são formalizados por convênios diretamente com as universidades onde estudam ou com o CIEE – Centro de Integração Escola empresa.

Há uma política de premiação dos melhores estagiários de nível médio. Em 2007, por exemplo, os dois melhores ganharam uma viagem e os custos de hospedagem e alimentação para participar do Congresso da SAB, em Florianópolis, onde expuseram um painel por eles mesmos montado, sobre suas atividades na Scientia, intitulado “Educação Patrimonial se faz em casa: Inclusão em Patrimônio Cultural para aprendizes” (figura 7).

A Scientia conta hoje com uma biblioteca com cerca de 9.000 títulos (em português, francês, espanhol e inglês), todos voltados às suas áreas de atuação, que podem ser consultados por seus funcionários. A biblioteca é gerida por bibliotecário formado, com o apoio de um auxiliar técnico.

As unidades descentralizadas da Scientia buscam aproveitar recursos humanos de qualidade existentes nas regiões onde estão sediadas e estabelecer parcerias com instituições regionais (que lhe fornecem o apoio institucional requerido pelo IPHAN e participam das atividades realizadas, sejam de pesquisa, sejam educativas).

Toda essa organização e investimento se fizeram necessários para atendimento ágil e competente aos grandes clientes, que são os responsáveis pelos grandes empreendimentos,

com demandas políticas, técnicas, administrativas, logísticas e de segurança complexas, sempre em conformidade com as exigências de qualidade do IPHAN e procurando, sempre que possível, aprimorar a qualidade de seus serviços e produtos.

### **Perspectivas para um controle de qualidade na arqueologia consultiva**

Em primeiro lugar, temos que considerar o fato de a arqueologia ser uma disciplina acadêmica, que persegue o objetivo de obter os melhores resultados na produção de conhecimento sobre o passado. Esta é a perspectiva dominante entre os arqueólogos e, ao menos em teoria, dos políticos e administradores que fazem as regras. A questão está em como atingir este objetivo.

O conceito de qualidade surgiu com a arqueologia comercial. A razão disto está no fato de que trabalho comercial depende dos princípios do mercado para operar, embora de uma maneira limitada, pois os compradores não têm controle exclusivo sobre o produto que adquirem.

O “mercado arqueológico” é uma criação artificial porque existe apenas porque o Estado quer informação arqueológica e cria uma legislação que os empreendedores precisam atender para obter licença para realização de um projeto. O comprador não tem interesse inerente no produto adquirido, ainda mais porque ele tem de ser entregue ao Estado. Por isso, não há interesse implícito na qualidade do produto. Quanto mais barato, melhor.

É por isso que o Estado (cujo órgão mais importante, no caso da arqueologia, é o IPHAN) precisa providenciar mecanismos regulatórios que contrabalançam os efeitos indesejáveis do mercado.

Aqui, entram os conceitos de *controle de qualidade* e de *garantia de qualidade*, que devem ser perseguidos pelos que trabalham com arqueologia consultiva e deles exigido por seus contratantes e pelo IPHAN:

- Controle de qualidade – conjunto de procedimentos para que um serviço atinja critérios de qualidade, estabelecidos por um cliente e/ou pelo órgão estatal de fiscalização e/ou pelo próprio prestador de serviços.
- Garantia de qualidade – conjunto de procedimentos que asseguram que um serviço, depois de encerrado, atingiu metas específicas de qualidade.

Portanto, os critérios de gestão de qualidade chegam muito perto da perspectiva de qualidade científica da academia, que avalia os objetivos, os métodos e os resultados alcançados pela pesquisa arqueológica.

Dado seu caráter de uma disciplina pública e uma vez que a arqueologia consultiva se fundamenta na legislação vigente, deduz-se que sua contribuição deve ser direcionada aos interesses da sociedade.

Por isso, a importância dada pelo IPHAN à Educação Patrimonial, importância esta que deve ser estendida, com o mesmo peso, para a divulgação científica dos resultados das pesquisas, em termos compreensíveis para o público leigo e em termos técnicos, para a comunidade científica.

Uma atitude positiva, em tempos em que os certificados de qualidade alavancam as relações de mercado, é a emissão desses certificados não só pelos contratantes, como pelo órgão de proteção ao patrimônio arqueológico nacional. Algumas empresas (como, por exemplo, a Petrobrás) sempre emite atestados de qualidade para os seus contratados. O IPHAN emite pareceres sobre os projetos que obtiveram permissão/autorização de pesquisa. Mas, não seria o momento de pensar em criar certificados de qualidade para empresas, pesquisadores e universidades que se destacassem

pela qualidade de seus serviços em prol do patrimônio arqueológico brasileiro.

### Figuras



Figura 01 – Corpo técnico em atividade na Scientia em outubro/2008.

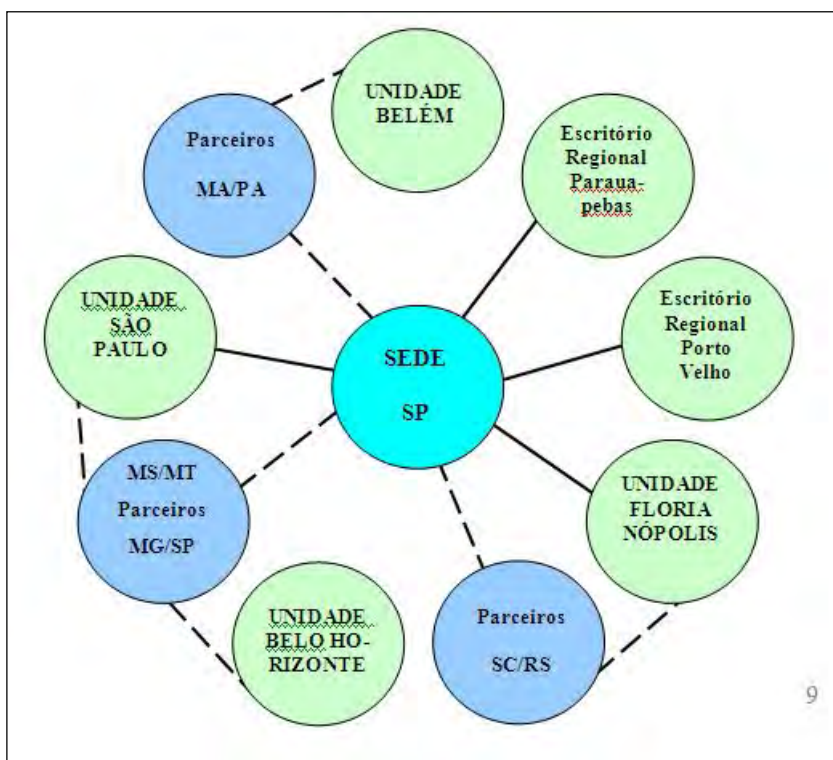
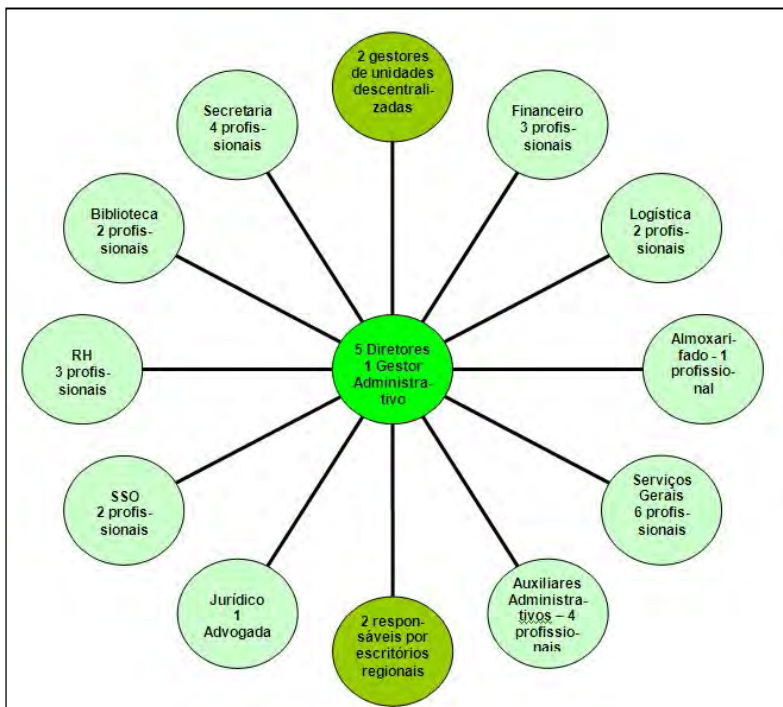


Figura 02 – Estrutura física com que a Scientia conta para suas atividades de pesquisa arqueológica (situação em outubro/2008).



**Figura 03 – Corpo administrativo em atividade na Scientia em outubro/2008.**



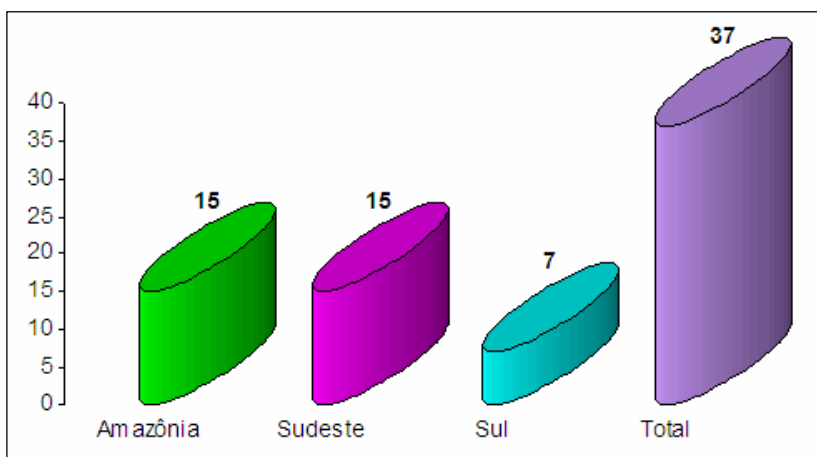


Figura 04 – Distribuição dos pesquisadores fixos da Scientia, por região (situação em outubro/2008).

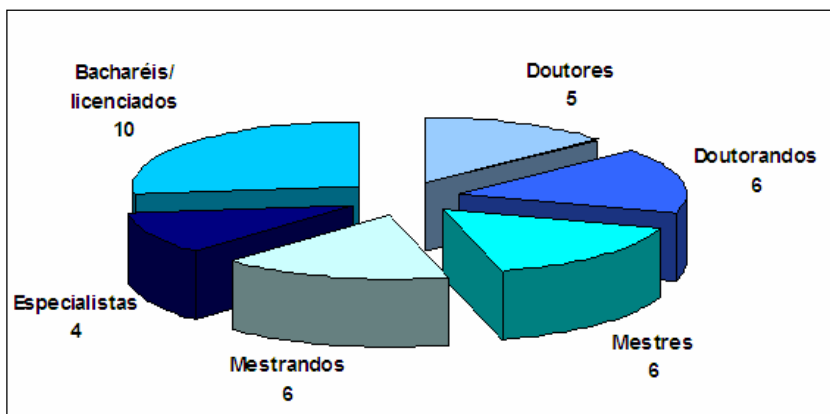


Figura 05 – Qualificação dos pesquisadores fixos da Scientia (situação em outubro/2008).

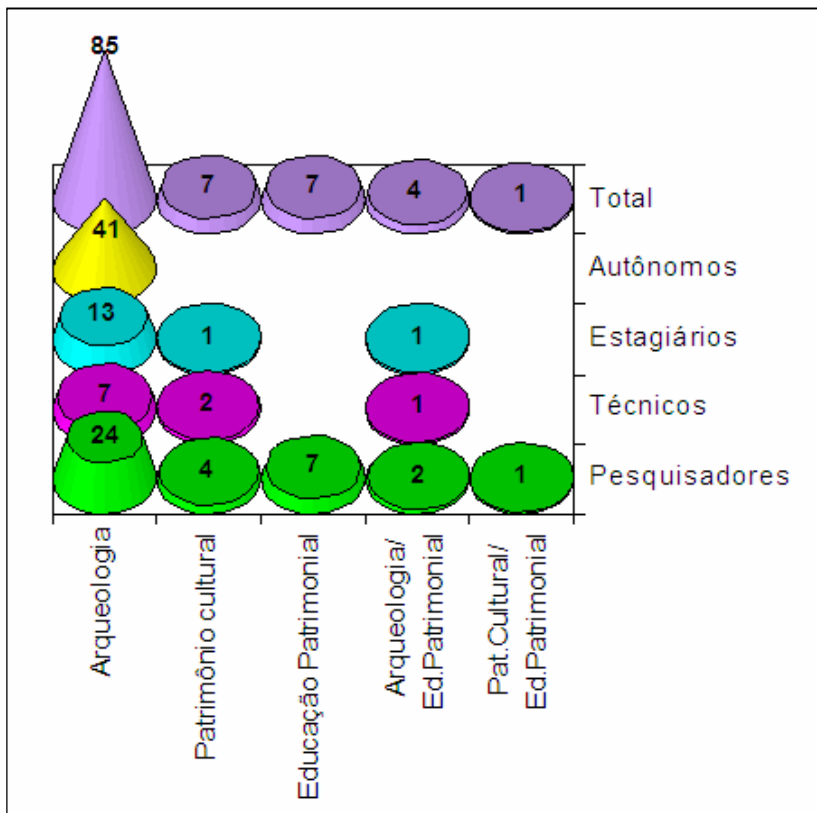


Figura 06 – Distribuição, por área de atuação, do corpo técnico ativo na Scientia (situação em outubro/2008).



*“Do ponto de vista profissional, com a viagem a Florianópolis, aprendemos muitas coisas: visitamos muitos lugares, conhecemos pessoas novas e novos temas de estudo da arqueologia, que não conhecíamos”.*

*“Do ponto de vista pessoal nos fez muito bem viajar, o lugar é maravilhoso, as pessoas são muito educadas! Sem contar as praias e os passeios (...)”*

*“Foi uma ótima oportunidade de conhecimento, voltamos para casa cheios de informações e novidades para contar!”*

**Figura 07 – Depoimento final de Larissa Ferreira e Rafael Machado, estagiários de nível médio da Scientia, em *power-point* por eles montado, para compartilhar com os demais colegas de estágio, a experiência da viagem a Florianópolis, para participar do Congresso da SAB e conhecer os aspectos culturais e naturais da cidade.**

## **Bibliografia**

- ANCA, Javier Luaces. La arqueología desde el sector privado: actividad profesional o empresarial. *Resumen de los cursos de postgrado impartidos en la Universidad de Santiago en los años 1998 y 2000*. Disponível em <http://personal.telefonica.terra.es/web/luacesytoscano/DATOS/postgrado.htm>; acesso em junho/2008.
- CAA CONFERENCE. *Concluding Comments Compiled from the Plenary Participants. Canadian Archeological Association Conference*. Victoria, 1998. Disponível em [www.canadianarchaeology.com/](http://www.canadianarchaeology.com/); acesso em outubro/2008.
- CALDARELLI, S. B. e M. C. M. M. SANTOS. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*. 44, 2000. pp. 52-73.
- CHILDS, T. S. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 37-40.
- DARVILL, T. Preparing archaeologists for management. In: COOPER, M. A. et al. (eds.). *Managing Archaeology*. London-New York: Routledge, 1995. pp. 175-188.
- DOELLE, W. D. Commentary – Will this degree get me a job with your firm.: In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 29-30.
- FERRIS, Neal. Current Issues in the Governance of Archaeology in Canada. Trabalho apresentado em *Canadian Archeological Association Conference*. Victoria, 1998. Disponível em [www.canadianarchaeology.com/](http://www.canadianarchaeology.com/); acesso em outubro/2008.
- FERRIS, Neal. When the air thins: the rapid rise of the archaeological consulting industry in Ontário. *Revista de Arqueologia American*. 21, 2002. pp. 53-88.

- GUMERMAN IV, G. e F. E. SMILEY. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 24-26.
- HODDER, Ian. Archaeological Practice as Intellectual Activity. In: *Archaeology beyond Dialogue*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 2003. pp. 49-51.
- KING, T. F. *Thinking about Cultural Resource Management: essays from the edge*. Walnut Creek: Altamira Press, 2002.
- KING, T. F. *Doing Archaeology: A Cultural Resource Management Perspective*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2005.
- PRICE, T. D. e G. M. FEINMAN. The Archaeology of the Future. In: PRICE, T. D. e G. M. FEINMAN (eds.). *Archaeology at the Millenium: a sourcebook*. New York: Springer, 2007. pp. 475-495.
- RESNICK, B., J. BERKIN e P. TROCKI. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 31-33.
- SANDWEISS, D. e S. DELCOURT. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 27-28.
- SHANKS, M. Public Archaeology/Museology/Conservation/Heritage. In: RENFREW, C. e P. BAHN (eds.). *Archaeology: the key concepts*. New York: Routledge, 2005. pp. 219-224.
- SNOW, D. R. Commentary. In: The SAA Archaeological Record. *Special Section: a model applied archaeology curriculum*. SAA, 9 (1), 2009. pp. 23-24.
- STARK, M. T. Where the Money Goes: Current Trends in Archaeological Funding. In: WANDSNIDER, L. (ed.). *Quandaries and Quests: Visions of Archaeology's Future*. Carbondale: Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, 1992. pp. 41-58.
- WILLEMS, Willem J. H. e DRIES, Monique H. van den (ed.). *Quality Management in Archaeology*. Oxford: Oxford Books, 2007.

WILLIAMSON, R. F. Trends and Issues in Consulting Archaeology. Trabalho apresentado em *Canadian Archeological Association Conference*. Victoria, 1998. Disponível em [www.canadianarchaeology.com/](http://www.canadianarchaeology.com/); acesso em outubro/2008.

Recebido em: 25/02/2008

Aprovado em: 20/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Interpretação do Paleoambiente do Sambaqui do Recreio: Uma análise Geofísica e Paleogeográfica

Gustavo Peretti Wagner<sup>1</sup>  
André Bernardi Bicca de Barcellos<sup>2</sup>

Recebido em: 06/02/2008

Aprovado em: 15/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

---

**RESUMO:** O presente trabalho busca interpretar o paleoambiente com o qual conviveram os grupos de pescadores-coletores que habitaram o Sambaqui do Recreio entre  $3.540 \pm 50$  A.P. e  $3.350 \pm 50$  A.P. Através da utilização do georadar, associado a um modelo evolutivo paleogeográfico, foi possível identificar a ocorrência de uma pequena lagoa atualmente soterrada nas imediações do sambaqui, denotando profundas diferenças entre os ambientes do passado e a paisagem atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Sambaqui, paleoambiente, georadar*

---

**ABSTRACT:** This work aim to interpret the palaeoenvironment where fisher-gatherer people of Sambaqui do Recreio had inhabited between  $3.549 \pm 50$  B.P and  $3.350 \pm 50$  B.P. Using the Ground Penetrating Radar associated with a palaeogeographic model it is possible to identify a small lake surrounding the site, denoting great differences between the ancient and present landscape.

**KEY-WORDS:** *Shell-midden, palaeoenvironment, ground penetrating radar*

---

## Introdução

O Sambaqui do Recreio é um sambaqui situado no extremo norte da planície costeira do Rio Grande do Sul, município de Torres. Encontra-se a cerca de 600m da linha de costa atual em meio a um campo de dunas livres em processo de fixação. A topografia do terreno é suavemente ondulada com ocorrência de

---

<sup>1</sup>Arqueólogo, Dr. - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>2</sup>Geólogo MSc., Georadar Avaliações de Subsuperfície Ltda. E-mail: a.barcellos@terra.com.br

espécies vegetais pioneiras pouco desenvolvidas. As áreas baixas adjacentes ao sítio concentram umidade devido à proximidade com o lençol freático, oportunizando o surgimento de pequenas lagoas temporárias. A aproximadamente 300m para oeste do Sambaqui ocorre a Lagoa dos Quatis, um corpo d'água perene de pequenas proporções que se dilata nos meses de inverno, quando os índices de pluviosidade aumentam e a taxa de insolação diminui, ocasionando menor evaporação.

O presente trabalho tem por objetivo estimar o paleoambiente no qual os antigos ocupantes do Sambaqui do Recreio estabeleceram seu modo de vida, Recreio entre 3.540 ± 50 A.P. e 3.350 ± 50 A.P. Através da utilização do georadar procuramos identificar em sub-superfície perfis de solo e estruturas geológicas que nos permitissem interpretar a paisagem pretérita. As informações obtidas com o GPR foram contrastadas com os modelos de evolução paleogeográfica conhecidos para a área de estudos. Desta forma, nossas interpretações baseiam-se tanto na análise dos perfis sísmicos quanto na evolução paleogeográfica da Província Costeira do Rio Grande do Sul.

### **Evolução Paleogeográfica**

A planície costeira do Rio Grande do Sul foi formada por uma série de processos geológicos que culminaram na instalação e progressão de quatro sistemas deposicionais do tipo Laguna-Barreira ao longo do Quaternário. Os sistemas Laguna-Barreira I, II e III são de origem pleistocênica sendo que apenas o sistema IV desenvolveu-se durante o Holoceno (VILLWOCK e TOMAZELLI, 1995).

A Barreira IV apresenta uma largura de 2km a 8km e se estende separando o Terraço Lagunar IV do Oceano Atlântico. No litoral norte do Estado a continuidade da barreira atual é apenas interrompida nas desembocaduras da Laguna de Tramandaí e Rio Mampituba (TOMAZELLI e VILLWOCK, 2000). Os sedimentos



associados ao Sistema Laguna-Barreira IV foram originalmente descritos por Delaney (1965) como Recente, e posteriormente atribuídos a Formação Quinta, proposta por Godolphim (1976).

A elevação do nível do mar possibilitou a formação de uma barreira que progradou, sob condições de regressão forçada durante a fase regressiva que se seguiu. Em certos locais esta progradação processou-se através da construção de cordões litorâneos regressivos cujas características ainda podem ser observadas ao norte de Tramandaí e ao sul da cidade de Rio Grande (TOMAZELLI e VILLWOCK, 2005).

Dillenburg *et al.* (2000) propuseram que a topografia pleistocênica ocasionou a formação de quatro tipos diferentes de barreiras, as quais podem coexistir, ocupando trechos diferentes da costa. A progradação das barreiras costeiras holocênicas ocorrem ao longo de concavidades costeiras, onde o substrato é íngreme, sendo que a retração das barreiras ocorre ao longo de linhas de costa convexas, onde o substrato é suave. Assim, a variabilidade de costa no comportamento das barreiras pode ser explicada por gradientes de longa duração na energia de ondas causados pela forma da linha de costa e pela inclinação da plataforma interna.

Balances negativos no estoque de sedimentos são produzidos pela concentração e elevação da energia de ondas, os quais são os principais fatores responsáveis pela retrogradação das barreiras nas projeções costeiras. Em oposição, a dispersão e redução da energia de ondas resultam em um balanço positivo de sedimentos, condicionando a progradação das mesmas ao longo dos embaiamentos costeiros. Como resultado, as projeções costeiras são erodidas e os sedimentos transportados ao longo da praia por força da deriva litorânea, sendo redepositados nas reentrâncias adjacentes (DILLENBURG *et al.*, 2000. DILLENBURG, ESTEVES e TOMAZELLI, 2004. DILLENBURG, TOMAZELLI e BARBOZA, 2004. DORNELES, BECKER e DILLENBURG, 2006).

Suguiu e Tessler (1984) destacam a importância das armadilhas como catalisadoras dos processos de sedimentação em

planícies costeiras. Estipulam três agentes principais que ocorrem na costa brasileira: 1- as desembocaduras de rios e canais de ligação (*inlets*) que atrasam o transporte longitudinal criando áreas de pouca energia e, conseqüentemente, de precipitação dos sedimentos, 2 - a ocorrência de ilhas que atuam como armadilhas para os sedimentos, a partir das quais os tómbolos são criados e, 3 - zonas litorâneas reentrantes ou baías, onde a energia de ondas decresce e os sedimentos são depositados.

Tomazelli e Villwock (2000) destacam que nas regiões onde ocorrem suaves reentrâncias costeiras a progradação da barreira apresentou melhor desenvolvimento, como por exemplo, ao sul de Rio Grande e no litoral norte do Estado.

A região de Tramandaí representa o início de um suave embaimento costeiro que se estende para norte até o município de Torres. Neste local a barreira regressiva iniciou a sua progradação há cerca de 7.000 A.P., ainda sob uma condição de mar em elevação. Sua maior largura (4,7km) ocorre em Curumim, balneário localizado exatamente na porção central deste segmento costeiro, (DILLENBURG *et al.*, 2005. HESP *et al.*, 2005; 2007).

Morfologicamente, os cordões litorâneos regressivos (*beach ridges*), exibem uma sucessão de cristas intercaladas com sulcos ou cavas, alinhados aproximadamente paralelos a linha de costa atual. As elevações que caracterizam os cordões encontram-se, por vezes, submetidas a processos eólicos que lhes confere acréscimo de sedimentos e, conseqüentemente, altura. Zenkovich (1967) afirma que, em escala global, os cordões regressivos não atingem cotas proeminentes, acima de 2m, sendo que os casos de costas ao redor do mundo em que os cordões atingem grandes alturas devem ser considerados exceções<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>Dias e Silva (1984) consideram que as planícies de cordões litorâneos regressivos podem atingir extensões superiores a 50km, contudo, as distâncias entre dois corões não ultrapassa os 200m mesmo em regiões onde o ritmo da progradação é elevado.

As referidas depressões situadas entre os cordões, por sua vez, podem constituir depressões alagadiças na forma de canais e lagos<sup>4</sup>, com retenção de água, devido ao freático aflorar há profundidades inferiores a dois metros. "Litologicamente, esta faixa de sedimentos marinhos rasos é composta de areias claras, comumente amareladas e castanho acinzentadas, com relativo conteúdo de matéria orgânica concentrada nas cavas entre os cordões.(...)" (HORN FILHO, 1987, p. 160).

De acordo com Godolphim (1976), dois tipos de depósitos d'água são mais comuns entre os cordões arenosos: banhados ou lagoas. Afirma que normalmente os banhados são alongados e limitados por duas cristas, sendo que sua alimentação provém das águas das chuvas, permanecendo, via de regra, com uma lâmina d'água durante o ano todo, mesmo em períodos de estiagem. Contudo, ao descrever os corpos aquosos existentes em sua área de pesquisa, sul da desembocadura do canal de Rio Grande, localidade de Cassino, denota a existência de pequenas lagoas associadas aos campos de dunas. "Na faixa de terrenos mais recentes, mais próximo do mar, podem ser observadas quatro gerações de lagoas colmatadas, sendo que uma destas gerações, possivelmente, a mais jovem, encontra-se logo atrás do cordão de dunas atuais, e muitas delas estão totalmente preenchidas" (GODOLPHIM, 1976, p. 38).

O processo de preenchimento das lagoas e banhados se dá através do transporte eólico e da progressiva colmatção das regiões alagadiças. Em verdade a progressão entre estágios lagunas-lagos-pântanos foi estabelecido anos mais tarde por Tomazelli e Villwock (1991) como processo geral que conduz o desenvolvimento dos corpos aquosos do litoral norte.

---

<sup>4</sup>As terminações utilizadas neste trabalho seguem a proposta de Tomazelli e Villwock (1991) onde os termos lagoa ou lago são empregados para se referir genericamente aos corpos aquosos litorâneos, independente de suas dimensões ou distância para o mar.

*“A origem mais comum destes ambientes paludiais componentes do Sistema Lagunar Holocênico está claramente associada ao processo natural de colmatação dos corpos aquosos costeiros (lagos e lagunas) que vão sendo progressivamente tomados pela vegetação à medida que suas Lâminas d’água diminuem. Ao longo do Terraço Lagunar Holocênico (...)se encontram, hoje em dia, ambientes que representam praticamente todos os estágios deste processo evolutivo.(...)” (TOMAZELLI, 1990, p. 74).*

Acerca do processo de origem das depressões que posteriormente são ocupadas pelas lagoas entre dunas, Godolphim (1976) afirma que nas superfícies compostas por material fino, não consolidado e desprovidas de cobertura vegetal, a ação erosiva do vento se faz através da remoção das partículas finas, ou seja, através da deflação eólica. Considera que quando a deflação eólica age sobre uma planície arenosa ocorre a formação de depressões de considerável dimensão, denominados *blow out*. Os *blow out* associam-se, geralmente, aos campos das dunas parabólicas, ocupando a superfície situada entre os braços destas dunas que migram no sentido nordeste sudoeste, seguindo a orientação do vento dominante.

Uma segunda proposta parte da perspectiva de Zenkovich (1967) a qual propõe que na medida em que o nível do mar aproxima-se do atual, ocorreria o estabelecimento de um perfil de praia em equilíbrio, próprio a formação de bancos de areia em frente à praia. Estes bancos teriam sido acrescidos à praia, dando origem a novas praias, enquanto novos bancos estariam sendo construídos mar adentro. Entre as antigas linhas de praia e os bancos, agora em meio à planície arenosa em formação, podem ser

observadas pequenas depressões no terreno, que teriam contido corpos de água que atualmente estão colmatados.

Os sambaquis situados no litoral norte do Estado encontram-se sobrepostos aos cordões arenosos mencionados acima, aproveitando suas cotas elevadas em meio à planície arenosa em formação. Na medida em que as porções de cava existentes entre as cristas de praias eram preenchidas por depósitos de água, os cordões consistiriam nos únicos caminhos secos em meio aos estreitos e alongados corpos lagunares e paludosos.

Tomazelli e Villwock (1989) propuseram a atual elevação dos níveis oceânicos através da interpretação de feições consideradas pelos autores como evidências de erosão tanto na margem oceânica do Estado quanto no interior da Laguna dos Patos.

Para os autores a exposição de turfás de ambientes lagunares nas regiões de praia e póspraia, nas imediações de Jardim do Éden, Bojurú e Hermenegildo, seriam indícios da erosão sofrida pela costa. A distância entre as três ocorrências seria indicativa de uma erosão generalizada na linha de costa e não um fenômeno local (TOMAZELLI *et al.*, 1998). No interior da Lagoa dos Patos, feições erosivas ao longo de grande parte das margens seria, da mesma forma, um indício da elevação dos níveis oceânicos. Além disso, um pontal submerso a uma isóbata de 1m indicaria o afogamento recente do terraço lagunar (TOMAZELLI, 1990).

Os autores sugerem, finalmente, que o início da transgressão atual tenha se dado entre 1.000 e 2.000 A.P., quando os níveis marinhos provavelmente atingiriam entre 1m e 2m abaixo dos atuais (VILLWOCK e TOMAZELLI, 1998). Desde então, a erosão da antepraia tem proporcionado um maior suprimento sedimentar ao agente eólico, condicionando o desenvolvimento de amplos campos de dunas transgressivas.

O campo de dunas eólicas da barreira IV encontra-se bem desenvolvido, apresentando uma largura variável entre 2km e 8km, estendendo-se praticamente ao longo de toda a linha de costa. Em

resposta a um regime de ventos de alta energia proveniente do quadrante nordeste, as dunas livres migram na direção sudoeste, transgredindo os terrenos mais antigos e avançando para dentro dos corpos lagunares adjacentes (TOMAZELLI, 1990. TOMAZELLI e VILLWOCK, 1991). Como resultado da atividade eólica ocorre, por vezes, a sobreposição dos sítios arqueológicos por espessas camadas arenosas, bem como a colmatação das regiões paludosas e das lagoas entre dunas.

### **Paleoambiente do Sambaqui do Recreio, uma análise geofísica através do GPR**

Partindo do modelo evolutivo apresentado anteriormente, inferimos a existência de áreas alagadiças e pequenas lagoas entre os cordões arenosos que caracterizam o substrato do Sambaqui do Recreio. Contudo a área do entorno encontra-se atualmente recoberta por lençóis de areia pertencentes ao campo de dunas transgressivas atuais. Neste sentido, empregamos a técnica geofísica de pesquisas em subsuperfície, GPR (*Ground Penetrating Radar*).

Torna-se necessário destacar inicialmente que o presente trabalho não caracteriza uma proposta metodológica com intuito de orientar trabalhos futuros. Em verdade, devido à diminuta secção realizada, baseada em objetivos pontuais, não nos foi possível fazer correlações entre diversas secções para que pudéssemos avaliar o emprego da técnica no ambiente de subsuperfície de nossa área de estudos. A utilização deste método geofísico objetivou simplesmente fornecer-nos uma imagem retilínea não invasiva de subsuperfície da área onde provavelmente existiriam depressões alagadiças na forma de banhados ou pequenas lagoas entre dunas. Nosso intuito foi unicamente avaliar a associação do Sambaqui do Recreio a um recurso de água doce nas adjacências do sítio.

A figura 01 ilustra o aspecto do entorno do sambaqui, demonstrando claramente a modificação da paisagem original em

decorrência do processo eólico que se faz presente na forma de um lençol de areia que aplainou a área adjacente ao sítio.

O método geofísico de georadar é uma técnica não invasiva de investigação geológica que utiliza o princípio de emissão e reflexão de ondas eletromagnéticas de altas frequências, geralmente entre 10MHz e 1.000MHz. Nestas frequências, a propagação da onda eletromagnética em profundidade é similar a de uma onda elástica (sísmica), sofrendo, portanto, refração e reflexão de acordo com os contrastes localizados no meio investigado (DAVIS e ANNAN, 1989).

Os contrastes são caracterizados pelas discordâncias entre os estratos. Para Karam (2005), as discordâncias são as superfícies que separam os estratos mais antigos dos estratos subseqüentes, os quais produzem diferentes padrões de reflexão. “O método baseia-se na emissão de um pulso de energia eletromagnética para o subsolo através de uma antena transmissora... O sinal emitido sofre reflexões, refrações e difrações em discontinuidades presentes no meio de propagação e é então, captado ao retornar à superfície (...)” (GANDOLFO *et al.*, 2001, p. 254).

Quando a onda eletromagnética transmitida atinge corpos ou estratos geológicos com permissividades dielétricas diferentes, parte da onda reflete nestes objetos, enquanto outra parte, através de refração, se propaga até a próxima discontinuidade onde o processo se repete (DAVIS e ANNAN, 1989).

Gandolfo *et al.* (2001) consideram que a utilização do método com ondas de altas frequências apresenta resultados positivos com profundidades inferiores a 50m, principalmente quando o meio investigado é representado por ambientes eletricamente resistivos como areia seca. Contudo, em ambientes eletricamente condutivos (argilas ou água salgada) ocorre uma baixa penetração da onda eletromagnética.

Os sinais obtidos da onda eletromagnética refletida são registrados em relação ao tempo de percurso e, a partir da velocidade de propagação da onda no meio investigado torna-se

possível ao *software* calcular a profundidade e espessura das estruturas geológicas presentes. O produto final da aquisição de campo é uma secção contínua formada em tempo real configurando uma imagem de alta resolução da porção investigada.

*“O sistema GPR pode operar com diversas frequências, cada qual correspondendo a uma antena. A escolha da antena a ser utilizada depende do objetivo do levantamento (dimensões e profundidade do alvo) assim como das condições geológicas locais. Sinais de alta frequência produzem alta resolução com pouca penetração, ocorrendo o inverso para sinais de baixa frequência” (GANDOLFO et al., 2001, p. 255).*

O presente trabalho enquadra-se nas premissas referidas acima, pois foi utilizada uma antena de 75MHz irradiando ondas de alta frequência a uma profundidade máxima de 10m, gerando uma imagem com resolução satisfatória. A extensão da secção percorrida com o instrumento foi de 295m em linha reta orientada aproximadamente na direção sudeste noroeste. A figura 02 identifica a localização da secção realizada com o GPR nas imediações do sítio.

A interpretação das imagens foi realizada através do padrão de reflexão de preenchimento. De acordo com Karam (2005), os padrões de reflexão de preenchimento são interpretados como estratos que preenchem feições de relevo negativo (bacias). As reflexões subjacentes podem mostrar truncamento erosional ou concordância ao longo da superfície basal da unidade de preenchimento. Estas, por sua vez, podem ser classificadas pela sua forma externa, sendo que os padrões de preenchimento representam estruturas de origens variadas, como canais



erosionais, preenchimento de cânion, leques, entre outros. A figura 03 apresenta os diferentes tipos de padrões de preenchimento de bacias ou superfícies de relevo negativo.

A imagem de alta resolução obtida durante os trabalhos de campo no Sambaqui do Recreio apresenta uma superfície discordante em forma de bacia que foi interpretada como uma pequena lagoa entre dunas (figuras 04 e 05). A feição de preenchimento da bacia foi interpretada como preenchimento em *onlap*, onde a colmatação foi, provavelmente, o processo responsável pela sucessão de camadas paralelas ou subparalelas gerando o padrão de reflexão identificado na figura abaixo.

### **Considerações Finais**

Embora observemos o Sambaqui do Recreio no presente, inserido na paisagem atual, é necessário lançar mão de recursos interdisciplinares para que seja possível compreender o ambiente do passado. Na planície litorânea onde os processos sedimentares são permanentemente atuantes, a interface com a geologia nos permite explicar a gênese e o desenvolvimento de um importante segmento do paleoambiente.

Através do levantamento realizado em campo, com a utilização do georadar, foi possível identificar feições de preenchimento, sobrepostas a uma superfície basal de uma estrutura em forma de bacia. Estas feições indicam que imediatamente a oeste do Sambaqui do Recreio existiu um corpo hídrico de pequenas dimensões com relevo negativo que foi sendo paulatinamente preenchido por sedimentos ao longo dos anos.

A análise teórica da evolução paleogeográfica permitiu-nos inferir que os grupos dos sambaquis ocuparam uma área elevada de um cordão arenoso às margens de uma antiga lagoa depositada sobre uma região deprimida, provavelmente associada a uma porção de cava, atualmente soterrada pela transgressão do campo de dunas eólicas. A progradação contínua da barreira no

embaiamento situado entre Tramandaí e Torres deu origem a pequenos corpos lagunares alongados dispostos paralelamente ao oceano, ocupando áreas de topografias deprimidas, originadas tanto por antigas cavas quanto por deflação eólica, que retira o sedimento arenoso fazendo emergir o lençol freático.

A escolha do local para o assentamento oportunizou abundante coleta de moluscos através da proximidade com a linha de costa, tendo sido, contudo orientada pela disponibilidade de uma fonte de água doce. O Sambaqui do Recreio foi estabelecido sobre um cordão de dunas praticamente a beira mar em uma planície arenosa progradante, na qual a exploração dos recursos de pesca e caça em ambientes lagunares foram decisivos para o assentamento dos grupos que ali habitaram.

**Figuras**



**Figura 01-** Em primeiro plano e à direita, aspecto parcial do Sambaqui do Recreio situado sobre um cordão de dunas de pouca altitude. No centro e à esquerda, planície vegetada. Foto do autor.



Figura 02- A linha preta ao centro da imagem representa a secção de 295m realizada com GPR nas imediações do Sambaqui do Recreio. Fonte: Google Earth.

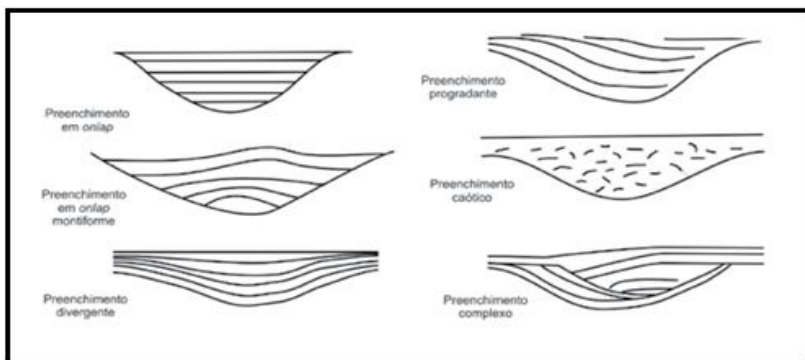


Figura 03- Classificação de padrões de preenchimento de superfícies de relevo negativo cf. Mitchum Jr. et al. (1977) reproduzido de Karan (2005).

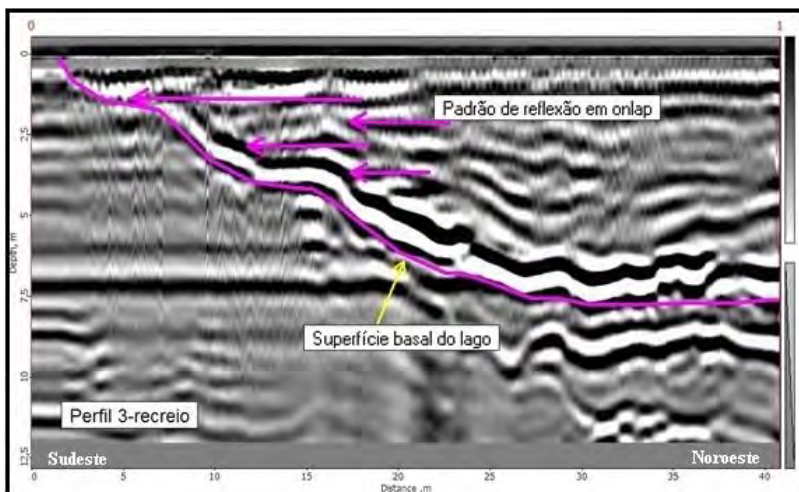


Figura 04 - Imagem parcial da seção GPR realizada no Sambaqui do Recreio onde podem ser visualizados os padrões de reflexão interpretados como em *onlap* bem como a superfície discordante caracterizada pela superfície basal da Lagoa do Recreio.

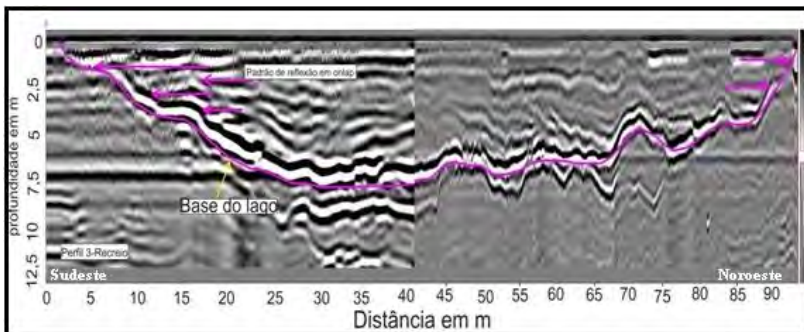


Figura 05 - Imagem GPR de alta resolução apresentando a seção completa da Lagoa do Recreio.

## Bibliografia

- DAVIS, J. e ANNAN, A. Ground-Penetrating Radar for High-Resolution Mapping of Soil and Rock Stratigraphy. *Geophysical Prospecting*. 37 (5), 1989. pp. 531-551.
- DELANEY, P. *Fisiografia e geologia de superfície da planície costeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. (Publicação especial n.º 6), 1965. pp. 211.
- DIAS, G.; SILVA, C. Geologia de depósitos arenosos costeiros emersos - exemplos ao longo do litoral fluminense. In: LACERDA, L.; ARAUJO, D; CERQUEIRA, R. *et al.* Restingas: origens, estruturas, processos. Niterói: CEUFF, 1984, p. 47-60.
- DILLENBURG, S. *A Laguna de Tramandaí: Evolução Geológica e Aplicação do Método Geocronológico da Termoluminescência na Datação de Depósitos Sedimentares Lagunares*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado), 1994.
- DILLENBURG, S., ROY, P. e COWELL, P. *et al.* Influence of antecedent topography on coastal evolution as tested by the shoreface translation-barrier model (STM). *Journal of Coastal Research*. 16 (1), 2000. pp. 71-81.
- DILLENBURG, S., ESTEVES, L. e TOMAZELLI, L. A critical evaluation of coastal erosion in Rio Grande do Sul, southern Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. 76 (3), 2004. pp. 611-623.
- DILLENBURG, S., TOMAZELLI, L. J. e BARBOZA, E. Barrier evolution and placer formation at Bojuru southern Brazil. *Marine Geology*. 203, 2004. pp. 43-56.
- DILLENBURG, S., TOMAZELLI, L. e MARTINS, L. *et al.* Modificações de longo período da linha de costa das barreiras costeiras do Rio Grande do Sul. *Gravel*. Porto Alegre. 3, 2005. pp. 9-14.
- DORNELES, L.; BECKER, J.; DILLENBURG, S. Variações granulométricas durante a progradação da barreira costeira holocênica no trecho Atlântida Sul – Rondinha Nova, RS. *Gravel*. Porto Alegre. 4, 2006. pp. 133-139.

- GANDOLFO, O., SOUZA, L. e TESSLER, M. *et al.* Estratigrafia rasa da Ilha Comprida (SP): um exemplo de aplicação do GPR. *Brazilian Journal of Geophysics*. 19 (3), 2001. pp. 251-262.
- GODOLPHIM, M. *Geologia do Holoceno costeiro do município de Rio Grande - RS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), 1976. pp. 146.
- HESP, P., DILLENBURG, S. e BARBOZA, E. *et al.* Beach ridges, foredunes or transgressive dunefields? Definitions and an examination of the Torres to Tramandaí barrier system, Southern Brazil. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*. 77 (3), 2005. pp. 493-508.
- HESP, P., DILLENBURG, S. e BARBOZA, E. *et al.* *Morphology of the Itapeva to Tramandaí transgressive dunefield barrier system and Mid- to Late Holocene sea level change*. *Earth Surface Processes and Landforms*. 32 (3), 2007. pp. 407-414.
- HORN FILHO, N. *Geologia das Folhas de Torres, Três Cachoeiras, Arroio Teixeira e Maquine, Nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), 1987.
- KARAM, M. R. *Integração de ferramentas multidisciplinares para o estudo de feições tectônicas e sismo estratigráficas na seqüência pós-rifte da Bacia de Camamu-Almada, Bahia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado), 2005.
- REGINATO, P. *Geologia e Evolução Holocênica da Região Norte d Planície Costeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Dissertação de Mestrado), 1996.
- SUGUIO, K. e TESSLER, M. Planícies de cordões litorâneos quaternários do Brasil: Origem e nomenclatura. In: LACERDA, L.; ARAUJO, D; CERQUEIRA, R. *et al.* *Restingas: origens, estruturas, processos*. Niterói: CEUFF, 1984. pp. 15-26.
- TOMAZELLI, L. J. *Contribuição ao estudo dos sistemas deposicionais holocênicos do nordeste da Província Costeira do Rio Grande do*
-

- Sul - com ênfase no sistema eólico*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Tese de Doutorado), 1990.
- TOMAZELLI, L. J. O regime de ventos e a taxa de migração das dunas eólicas costeiras do Rio Grande do Sul, Brasil. *Pesquisas*. 20 (1), 1993. pp. 18-26.
- TOMAZELLI, L. J. e VILLWOCK, J. A. Processos erosivos na costa do Rio Grande do Sul, Brasil: evidências de uma provável tendência contemporânea de elevação do nível relativo do mar. In: CONGRESSO DA ABEQUA. 2, 1989, Rio de Janeiro, 1989. pp. 16.
- TOMAZELLI, L. J. e VILLWOCK, J. Geologia do sistema lagunar holocênico do litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil. *Pesquisas*. Porto Alegre. 18 (1), 1991. pp. 13-24.
- TOMAZELLI, L. J. e VILLWOCK, J. O Cenozóico no Rio Grande do Sul: geologia da planície costeira. In: HOLZ, M.; DE ROS, L. *Geologia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CIGO/UFRGS, 2000. pp. 375-406.
- TOMAZELLI, L. J. e VILLWOCK, J. Mapeamento geológico de planícies costeiras: o exemplo da costa do Rio Grande do Sul. *Gravel*. Porto Alegre. 3, 2005. pp. 109-115.
- TOMAZELLI, L. J., DILLENBURG, S. e VILLWOCK, J. A. Late Quaternary geological history of Rio Grande do Sul coastal plain, southern Brazil. *Revista Brasileira de Geociências*. 30 (3), 2000. pp. 470-472.
- TOMAZELLI, L. J., VILLWOCK, J. A. e DILLENBURG, S. *et al.* Significance of present-day coastal erosion and marine transgression, Rio Grande do Sul, southern Brazil. *Academia Brasileira de Ciências*. 70 (2), 1998. pp. 221-229.
- VILLWOCK, J. A. e TOMAZELLI, L. J. Geologia costeira do Rio Grande do Sul. *Notas técnicas*. Porto Alegre. 8, 1995. pp. 1-45.
- VILLWOCK, J. A. e TOMAZELLI, L. J. Holocene costal evolution in Rio Grande do Sul, Brazil. *Quaternary of South America and Antarctic Peninsula*. Ushuaia. 11, 1998. pp. 283-296.
- ZENKOVICH, V. *Processes of coastal development*. Edinburgh-London: Oliver & Boyd, 1967. pp. 738.



## Por uma arqueologia simétrica

Mariana Araújo Neumann<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Neste artigo buscamos analisar as implicações das propostas da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política para a renovação da teoria arqueológica, intentando com isto contribuir para o debate recentemente iniciado para o desenvolvimento de uma Arqueologia Simétrica.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Arqueologia Simétrica, teoria arqueológica, Bruno Latour.*

---

**ABSTRACT:** This paper analyzes the implications of Symmetrical Anthropology and Political Ecology proposals for the renewal of archaeological theory, to bring this to the discussion recently started to develop a Symmetric Archeology.

**KEY-WORDS:** *Symmetrical Archaeology, archaeological theory, Bruno Latour.*

---

### Introdução

Ao longo de seu desenvolvimento, o dilema da arqueologia tem sido perceber de que forma os artefatos podem denotar relações sociais pretéritas. Ela parte do princípio, portanto, de que há uma compatibilidade entre o que é material e o que é social, já que pretende a compreensão de um conjunto pelo outro. No entanto, suas muitas vertentes teóricas sempre penderam a balança para um destes lados: o entendimento do social pelo material, ou do material pelo social. Mais do que uma opção heurística, dar preponderância aos aspectos materiais ou simbólicos na forma

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (UFRGS), Brasil. Mestre em História. Trabalho desenvolvido com o apoio financeiro do CNPq.

como as pessoas se organizam coletivamente e usam o espaço reflete uma questão epistemológica ainda pouco observada na produção de conhecimento arqueológico.

O fato é que a matriz científica moderna na qual a arqueologia se funda define Natureza e Sociedade como conjuntos de seres ontologicamente distintos e incompatíveis (LATOURE, 2004; 2007), o que impede definitivamente a compreensão de um pelo outro – ou, que a arqueologia possa alcançar seu objetivo. No entanto, a partir da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política, a teoria arqueológica pode, enfim, atingir a almejada simetria entre o material e o social, se abrindo à questão da multiplicidade das formas sociais como locus de formulação de problemas a partir da eliminação desta cisão e dos dualismos dela decorrentes. Aceitando uma ontologia comum a humanos e não-humanos, podemos perceber os vínculos que eles estabelecem na constituição de um mundo comum (um coletivo) e o “social” retoma, assim, seu sentido original e amplo de associação. Uma Arqueologia Simétrica, portanto, nos permite discutir aspectos de socialidade entre humanos e não-humanos, acompanhando a produção de seus coletivos.

Este artigo apresenta esforços analíticos iniciais sobre as implicações das propostas da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política, propostas por Bruno Latour, para a renovação da teoria arqueológica em direção a uma Arqueologia Simétrica (noção ainda vaga, como a define agora Shanks (2007a)). Debate neste sentido apenas começa a ser estabelecido (González-Ruibal, 2007; Shanks, 2007a; Shanks, 2007b; Olsen, 2007; Webmoor, 2007; Whitmore, 2007), portanto o cunho estritamente teórico do que aqui se apresenta se justifica.

### **A Constituição Moderna e a Arqueologia**

“Nossa vida intelectual está muito mal construída”, conclui Latour (2007, p. 20). Como um antropólogo das práticas científicas,

o autor percebe uma defasagem entre o que se entende como Ciência e o que se produz sob este rótulo. Para ele, este “defeito” é decorrente da Constituição Moderna do pensamento ocidental, que “inventa uma separação entre o poder científico, encarregado de representar as coisas, e o poder político, encarregado de representar sujeitos” (idem, p. 55).

O conceito de Modernidade já foi definido de muitas formas, mas na perspectiva da filosofia da ciência se caracteriza principalmente pela fundação de uma cosmologia dividida em duas câmaras<sup>4</sup> – a Natureza e a Sociedade – habitadas por seres ontológica e epistemologicamente distintos e incompatíveis. Enquanto a Natureza abriga as coisas, sendo o reino da realidade, da objetividade, da estabilidade e da unidade, a Sociedade abriga as pessoas, sendo o reino das representações, da subjetividade, da mutabilidade e da multiplicidade. De acordo com o ideário moderno, o trabalho da Ciência é realizar a separação destes seres, *purificando* os fenômenos “naturais” das “representações humanas” sobre eles (Latour, 2007). Esta cisão permitiria o desenvolvimento independente de cada reino, o que parecia ser, então, garantia de estabilidade num mundo que passava por uma grande transformação.

No entanto, apesar de se postular a independência entre as câmaras da Natureza e da Sociedade, o desenvolvimento de uma sempre sofreu a intervenção da outra. Com isto, os procedimentos próprios à formação de cada câmara acabaram se confundido em dois pares contraditórios de imanência e transcendência. No primeiro, a natureza possui lógicas próprias alheias ao trabalho científico que as capta – é transcendente – enquanto a sociedade é fruto do trabalho político – é imanente. No segundo, a sociedade é

---

<sup>4</sup> O termo câmara – assim como Constituição – é utilizado por Latour (2004, 2007) para identificar o aspecto essencialmente político que a cisão entre Natureza e Sociedade possui, permitindo recolocar os termos que as definem, posteriormente, no projeto da Ecologia Política.

tida por uma força exterior sui generis da qual não se pode escapar – é transcendente –, de forma que todo o trabalho científico é determinado por ela, tornando a natureza uma construção humana – logo, imanente.

Aí residem os debates e mal-entendidos da produção científica moderna. Embora o cientista desenvolva teorias e métodos analíticos a fim de obter da natureza a “realidade”, sempre pode ser acusado de desenvolver suas pesquisas segundo interesses subjetivos ou socialmente determinados. Ao mesmo tempo, o debate político sempre pode ser interrompido pelo apelo à “natureza” humana ou dos fatos. A história da Ciência e da política é uma sucessão deste tipo de argumentação. Esta mistura inadequada de Ciência e política gera o que Latour (2007) chamou híbridos<sup>6</sup>, objetos – e conceitos – que são ao mesmo tempo naturais e sociais. A multiplicação destes híbridos nos porões da modernidade atesta, segundo o autor, a ineficiência deste modelo e, mais do que isto, que em verdade jamais tenhamos sido modernos.

A inserção da história da teoria arqueológica neste quadro nos mostra o porquê da polaridade de seus conceitos e modelos interpretativos. Disciplina dedicada à compreensão das relações sociais do passado através de seus vestígios materiais, desde o princípio a arqueologia não poderia ser caracterizada como propriamente científica já que, ao invés de purificar as câmaras, essencialmente ela as mistura. Daí o problema em encontrarmos um meio para evidenciar e justificar a implicação das coisas nas relações sociais: traduzir o dado arqueológico para a linguagem

---

<sup>6</sup> Latour oferece uma série de exemplos de objetos híbridos, como o buraco da camada de ozônio, o vírus da AIDS, os príons (proteína causadora da doença conhecida como “vacalouca”). Um exemplo de híbrido que atualmente mobiliza a atenção no Brasil são as células-tronco, cuja liberação para a pesquisa científica encontrasse sendo discutida não apenas nos laboratórios, mas também no Congresso Nacional, nos Tribunais Superiores e na mídia, mobilizando cientistas, políticos, juristas, associações de portadores de doenças degenerativas e paralisias, além da Igreja. Ou seja, toda a “sociedade” encontra-se mobilizada discutindo a “natureza”, bloqueando seu pleno desenvolvimento independente.

científica implicava que a ênfase sempre recaísse em um dos pólos – natureza ou sociedade.

Emblemática desta impossibilidade assimétrica é a oposição entre as arqueologias Processual e Pós-Processual – termos sob os quais se abriga uma miríade de teorias especializadas<sup>7</sup>. A arqueologia Processual entende a cultura material como o resultado de estratégias adaptativas, um meio pelo qual os homens viabilizam sua sobrevivência frente às coerções do meio natural. Nesta ótica, o estudo volta-se para o entendimento de aspectos econômicos, como as inter-relações entre sistemas tecnológicos, escassez e disponibilidade de matéria-prima, características físicas dos materiais em relação à função pretendida do artefato, eficiência da população na exploração do meio natural, entre outros aspectos de natureza materialista (Dias e Silva, 2001). Advogando por referenciais interpretativos de caráter “universalista”, os arqueólogos processuais postulam um alto grau de regularidade para o comportamento humano. Ou seja, a Arqueologia Processual corresponde ao primeiro par de contradições procedimentais que interrompem o trabalho da Ciência moderna. Aqui a balança pende para o lado da natureza transcendente, determinando, a partir de suas lógicas internas, a formação do social, cuja dinâmica também é estancada e resulta igualmente uniformizada.

A arqueologia Pós-processual parte da crítica a esta homogeneização dos aspectos sócio-culturais e ao esquecimento do fator humano no paradigma Processual. No entanto, não faz mais que inverter o pólo do debate: o mundo material não é mais considerado determinante, mas sim determinado pela subjetividade humana, sendo manipulado e modelado para materializar significados culturais (SHANKS e TILLEY, 1987; 1992). Esta vertente teórica é dita “pós-moderna”, em razão do conjunto de conceitos

---

<sup>7</sup>Motivo pelo qual nos limitaremos a caracterizar o debate teórico entre as duas “correntes”, dedicando maior atenção às questões surgidas a partir da proposta simétrica de Latour (2004, 2007, 2008). Para um aprofundamento deste debate, ver Wylie (2002).

que adotou – símbolo, signo, discurso. No entanto, se seguimos com Latour a máxima de que a modernidade nem bem começou, não seria possível que tivesse sido ultrapassada. Em verdade, vemos que a arqueologia Pós-processual corresponde ao segundo par de contradições procedimentais que interrompem o trabalho da Ciência moderna. Aqui a força transcendente do social é tão esmagadora que determina toda a existência do mundo material.

Assim, as arqueologias Processual e Pós-processual são o duplo resultado da assimetria entre Natureza e Sociedade. Mais do que perspectivas opostas, elas se complementam, atendendo às demandas contraditórias da Ciência moderna (Neumann, 2008; Webmoor, 2007). Se, neste sentido, nenhuma delas é capaz de realizar o objetivo da pesquisa arqueológica – já que a cosmologia moderna não oferece o instrumental para percebermos como efetivamente “pessoas” e “coisas” se encontram amalgamadas na produção social de um mundo comum – isto não significa a impossibilidade da concretização de tal tarefa.

Pelo contrário, com a eliminação da cisão entre Natureza e Sociedade torna-se possível o re-estabelecimento da simetria entre o material e o social. Este é o objetivo da Arqueologia Simétrica, a partir das premissas da Antropologia Simétrica e da Ecologia Política. No entanto, esta não é a operação simples que pode parecer, pois não se trata apenas da soma de um conjunto ao outro. A separação moderna entre as câmaras foi muito bem elaborada para ser ignorada ou simplesmente superada. Ela precisa ser desfeita através da recharacterização das câmaras, dos seres que as habitam e dos procedimentos de produção do social.

### **Ecologia Política e Arqueologia Simétrica**

Segundo Latour (2004, p. 29),

*“A Ciência moderna não pode sobreviver  
senão com a condição de distinguir*

*absolutamente, e não relativamente, as coisas “tais como elas são” da “representação que os humanos fazem delas”. Sem esta divisão entre “questões ontológicas” e “questões epistemológicas”, é o conjunto da vida moral e social que se encontrará ameaçado”.*

Tal ameaça provem do fato de que o valor fundamental da distinção entre Natureza e Sociedade está em garantir que a primeira sirva como uma reserva indiscutível de Realidade à qual se possa apelar para pôr fim ao obscurantismo e ignorância da segunda. Esta distinção, portanto, é o lugar de segurança do pensamento moderno, ao qual se dirige sempre que sua estabilidade se encontre ameaçada. Por este motivo pode parecer difícil aceitar, imediatamente, o primeiro resultado da eliminação desta cisão: Natureza e Sociedade deixam de existir – pelo menos conforme a constituição moderna as delineou.

O caos gerado por esta dissolução é apenas aparente. Como discutimos, apesar de a produção científica desejar cumprir as exigências da modernidade, purificando seus seres, o que se vê através da História da Ciência é uma multiplicação de híbridos. Ou seja, a modernidade nunca ofereceu realmente este lugar de segurança. Natureza e Sociedade já não existiam. Sempre vivemos em um mundo comum, formado pela associação de humanos e não-humanos, o qual não podíamos apreender em razão da idéia de Ciência que adotamos. O que a Ecologia Política (LATOUR, 2004), enquanto uma nova constituição, propõe, é reacomodar as competências já existentes, mas mal distribuídas entre as câmaras, criando, na mesma manobra, uma ciência e uma política que viabilizem a compreensão deste mundo comum, o qual Latour chamou *coletivo* (idem, p. 33). Para tanto, é preciso criticar os

conceitos utilizados pela Ciência e pela política modernas e refundá-los, simetricamente.

Assim, antes de tudo, a Ecologia Política depende de que aceitemos uma ontologia comum a humanos e não-humanos. Na antiga constituição, a purificação dos seres que habitavam cada câmara se dava segundo a definição *a priori* de suas características e capacidades. Na Natureza, os objetos possuíam uma essência, contornos definidos em uma existência anterior ao trabalho científico que devia apenas revelá-los. Possuíam, portanto, o domínio da realidade e da estabilidade do mundo, detendo todo o poder na definição do que é. Na Sociedade, os sujeitos eram caracterizados pela capacidade de representação e pela liberdade de agir conforme seu julgamento e, embora alienados da realidade, os humanos detinham todo o poder na definição do que deve ser.

Sujeito e objeto, assim, são conceitos modernos que indicam a ruptura entre Natureza e Sociedade e a incompatibilidade ontológica de seus seres, talhados para não se associarem jamais. Além disto, apontam a inviabilidade do projeto de associá-los pela incoerência ética dos termos, que implica no eterno – mas indesejável – movimento de intervenção de um conjunto sobre o outro. Da mesma forma, pessoas e coisas são apenas “palavras que nos chegam prontas para serem postas em funcionamento, treinadas, equipadas” com capacidades antagônicas (LATOURET, 2004, p. 119), de forma que não podem dar conta de definir os novos seres que habitam o coletivo<sup>8</sup>.

Para que diferentes seres sejam capazes de se associar, é necessário que possuam características e capacidades comuns que os permitam figurar como iguais no debate da produção do coletivo. Assim, os seres da Ecologia Política são caracterizados por Latour como dotados de fala, agência, realidade e recalcitrância (LATOURET, 2004, p. 151). Significa estender aos seres da “natureza” o poder de

---

<sup>8</sup> Esta observação é importante, pois sujeito, objeto, pessoa e coisa são conceitos muito difundidos na Arqueologia. Mas, como se vê, seu uso tem implicações mais amplas, necessitando cuidado ou substituição.



representar e defender seu ponto de vista perante os demais, e o poder de agir com liberdade como um ator social. Reciprocamente, os seres da “sociedade” também recebem direito de acesso a uma existência real, a qual depende justamente da insistência por seus pontos de vista no debate.

Sem nenhuma diferença mais que os determine, Latour propõe chamar os seres da Ecologia Política simplesmente humanos e não-humanos, todos plenamente agentes, livres, representando seus pontos de vista sobre uma realidade que está ao seu alcance e é produto de suas ações –, fazendo coincidir o que é e o que deve ser.

Dado isto, é necessário buscar novos princípios epistemológicos que tornem possível perceber como humanos e não-humanos estabelecem vínculos na produção do coletivo. Neste ponto, a Ecologia Política promove mais um deslocamento fundamental em relação à constituição moderna. Nesta, a produção dos conjuntos da Natureza e da Sociedade se dava através do procedimento de purificação dos seres, encaixando-os em modelos anteriores a qualquer trabalho – científico ou político. Na Ecologia Política, a ênfase recai justamente sobre este trabalho, sobre o movimento particular de cada nova associação, cada novo vínculo, cada nova proposta aceita ou rejeitada, pois é somente após o debate, e não antes, que o coletivo adquirirá sua forma.

O estudo da produção de um coletivo depende, inicialmente, de dois conjuntos procedimentais: um para perceber a multiplicação dos seres e outro para perceber sua organização. O primeiro conjunto é identificado por Latour (2004, p. 179) como *consideração* e indica o momento em que novos seres – humanos ou não-humanos – se apresentam como proposições ao coletivo, nas palavras do autor, apresentam sua candidatura à socialização. Estas novas propostas causam perplexidade à “ordem estabelecida” e motivam a reflexão dos membros do coletivo sobre as implicações

da aceitação ou negação de sua socialização, iniciando o debate<sup>9</sup>. O poder de consideração, assim, julga a pertinência da multiplicação dos seres que compõe o coletivo.

Após os procedimentos de consideração, entra em ação o segundo conjunto de procedimentos, identificado como ordenamento (idem, p. 179). Uma vez que as novas proposições tenham sido avaliadas e aceitas, é necessário que se encontre o lugar que vão ocupar, que se defina sua posição na hierarquia do coletivo. Com a re-acomodação dos seres no interior do coletivo, o debate pode ser momentaneamente encerrado, e seus novos contornos devem ser então instituídos<sup>10</sup>.

Estes procedimentos dão ao coletivo uma forma algo estável, no entanto, o processo de produção nunca pára definitivamente, “o coletivo não se define senão pelo seu movimento” (Latour, 2004:208). As proposições que permanecem no exterior não socializadas continuam se colocando no debate, buscando seu lugar no coletivo, fazendo o poder de consideração trabalhar constantemente. Da mesma forma, proposições já socializadas permanecem incitando o debate por novas posições hierárquicas, fazendo com que o poder de ordenamento também trabalhe constantemente.

---

<sup>9</sup> Lendo o exemplo oferecido de objeto híbrido – as células-tronco – a partir deste modelo, vemos que atualmente sua aceitação ao coletivo ainda se encontra sob consideração. Descobertas as capacidades curativas de tais células, os membros do coletivo se tornaram perplexos (os cientistas, os industriais do ramo farmacêutico e os pacientes diretamente beneficiados positivamente perplexos, a Igreja negativamente perplexa, os demais simplesmente perplexos), o que os mobilizou para a reflexão, levando a questão a todas as instâncias de discussão existentes (das casas de família aos Tribunais Superiores).

<sup>10</sup> Ainda não podemos saber como serão os contornos de nosso coletivo a partir da aceitação das pesquisas com células-tronco. Quais os limites que lhe serão impostos (sua hierarquia frente às demais células)? Qual será sua inserção final na vida do coletivo? Em outro exemplo, como o buraco da camada de ozônio, após o debate sua posição foi definida como superior ao uso de gases inertes em geladeiras e sprays, os quais foram banidos, e sua instituição alterou os hábitos de todos os membros – humanos – do coletivo, obrigando-os a se proteger do sol (LATOUR, 2007).

Assim, é o acompanhamento destes procedimentos que nos permite perceber a produção do coletivo e a distinção entre a realidade interior e exterior a ele. No interior, a realidade é o produto das múltiplas associações, é a definição dos contornos do coletivo. No exterior, a realidade se compõe pelas proposições ainda não associadas. Desta forma, a exterioridade, “reserva de realidade indiscutível” à qual a antiga constituição sempre apelava para ameaçar o desenvolvimento do social, se torna agora discutível e uma fonte de criatividade e inovação do coletivo. Ela não define mais um conjunto alheio ao social, mas sim a situação transitória de seres que ainda poderão ser socializados (LATOUR, 2004, p. 74).

Acompanhamento (LATOUR, 2004, p. 324) é o último dos procedimentos metodológicos propostos, compreendendo os registros dos debates. É vital para a manutenção do coletivo e, na medida em que preserva sua memória, podemos relacioná-lo à tarefa da História.

Neste ponto, mais um deslocamento se faz necessário. Segundo Latour (2004, p. 317), “outroa, devia-se sempre desconfiar da história, uma vez que as coisas importantes (as qualidades primeiras [a definição do ser]) escapavam à temporalidade. Se havia uma história humana, cheia de ruídos e furor, desenvolvia-se sempre, por contraste, uma não-história silenciosa [das coisas]”.

A noção moderna de temporalidade aponta para um progresso na direção de um futuro “puro”, uma (r)evolução identificada com o rompimento com o passado. Este, por seu turno, é o lugar onde todos os seres se encontravam inadequadamente misturados, e, portanto, do qual a Ciência deveria ser capaz de nos afastar. O avanço da História estava relacionado, assim, à separação cada vez mais completa entre os reinos da Natureza e da Sociedade, em direção à perfeição estatutária ideal de seus conjuntos.

A flecha do tempo da Ecologia Política não atravessa essa divisão. O tempo aqui mostra vínculos cada vez mais enredados,

seres mais misturados. Desta forma, passado, presente e futuro encontram-se interligados, pois os debates atuais são herdeiros daqueles já encerrados e são responsáveis pelos que ainda virão. Cabe à História acompanhar a atuação dos procedimentos de consideração e ordenamento em cada debate, viabilizando o acesso ao passado como fonte de questionamentos a serem levados em conta na produção de futuros coletivos. Neste sentido, a História assume um papel fundamental, pois se torna em grande parte responsável pelas associações que ainda se farão. À medida que preserva o passado, a História produz o futuro.

Com isto, a Ecologia Política oferece as bases para que a Arqueologia se torne simétrica e, enfim, cumpra sua tarefa de perceber relações sociais pretéritas. Falar em social não significa mais buscar as “pessoas” através das “coisas”, determinando um conjunto pelo outro – como pretendiam as arqueologias Processual e Pós-processual. Falar em social implica evidenciar e acompanhar associações possíveis entre humanos e não-humanos.

Neste sentido, os vestígios arqueológicos não são mais identificados com o “refugio” ou o “reflexo” de “sociedades” extintas. Uma vez que os não-humanos entram em igualdade no debate político da formação do coletivo, matérias-primas, ambientes, alimentos, todos figuram como propostas aceitas (ou negadas) na produção daquele coletivo específico. A partir da análise dos artefatos, dos padrões de assentamento, dos hábitos alimentares, enfim, dos produtos destas associações, vemos que os vestígios arqueológicos registram densamente os princípios de associação vigentes em dado momento – o que nos permite, mesmo após o processo ter se encerrado, acompanhar os procedimentos de consideração e ordenamento levados a cabo – e, com isto, registram a história de antigos coletivos (Neumann, 2008).

Se no paradigma moderno a Arqueologia ia na contramão de todo o objetivo científico, na Ecologia Política ela é completamente coerente e plenamente capaz de escrever a história

social de coletivos passados, a história concomitante de humanos e não-humanos.

### Agradecimentos

Este artigo compreende versão revisada do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado (Neumann, 2008). Agradeço, assim à orientação recebida da professora Adriana Schmidt Dias, que me permitiu enveredar por esta linha teórica que, naquele momento, “nem mesmo existia”. Com igual importância neste aspecto, as contribuições do professor Sérgio Batista da Silva em diferentes momentos foram fundamentais. Muitos colegas discutiram comigo as questões aqui levantadas, e de inúmeras maneiras fizeram propostas que compõe esta idéia de uma Arqueologia Simétrica. Neste papel tem importância definitiva Vinicius Melquiades. A responsabilidade pelo conteúdo deste artigo, no entanto, é unicamente da autora. Por fim, agradeço ao apoio recebido do CNPq, através de bolsa de mestrado.

### Bibliografia

- DIAS, A. e SILVA, F. Sistema Tecnológico e Estilo: as implicações desta inter-relação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo. 11, 2001. pp. 95-108.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. The past is tomorrow. Towards an archaeology of the vanishing present. *Norwegian Archaeological Review*. 39 (2), 2006.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Arqueología Simétrica. Un Giro Teorico sin Revolucion Paradigmática (with commentary). *Complutum*. 18, 2007. pp. 283-319.
- LATOUR, B. *Políticas da Natureza: Como fazer ciência na democracia*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

- LATOUR, B. *Nunca Fuimos Modernos*: Ensayo de antropología simétrica. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Argentina, 2007.
- LATOUR, B. *Reensamblar el Social*: Una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- NEUMANN, M. *Ñande Rekó: diferentes jeitos de ser Guarani*. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de Mestrado), 2008.
- SHANKS, M. Symmetrical Archaeology. *World Archaeology*. 39 (4), 2007a.
- SHANKS, M. *From a postprocessual to a symmetrical archaeology*. <http://traumwerk.stanford.edu:3455/Symmetry/822>. Acesso em julho de 2007b.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. *Social Theory and Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.
- SHANKS, M. e TILLEY, C. *Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice*. London: Routledge, 1992.
- WEBMOOR, T. Un giro más tras el "giro social". El principio de la simetría en arqueología. *Complutum*. 18, 2007. pp. 296-304.
- WEBMOOR, T. e WITMORE, C.L. "Things are us! A commentary on human/things relations under the banner of a 'social' archaeology". *Norwegian Archaeology Review*. 41(1), 2008. pp. 1-18.
- WITMORE, C. 'A past no longer past.' Some implications for a symmetrical archaeology. <http://traumwerk.stanford.edu:3455/Symmetry/1040>. Acesso em julho de 2007a.
- WITMORE, C.L. "Symmetrical archaeology: Excerpts of a manifesto". *World Archaeology*. 39(4), 2007b.
- WYLIE, A. *Thinking from Things: Essay in the philosophy of archaeology*. California: University of California Press, 2002.

Recebido em: 18/02/2008

Aprovado em: 20/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Interpretando evidências iconográficas da mulher ateniense

Fábio Vergara Cerqueira<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar um modelo de interpretação arqueológica da iconografia dos vasos áticos, levando em conta sua ambigüidade semântica, e sua oscilação entre abordagens realistas e idealista. Este modelo é aplicado para o estudo da situação da mulher na vida social da sociedade ateniense do período tardo-arcaico e clássico (séc. VI a V AEC).

**PALAVRAS-CHAVE:** *Iconografia – Arqueologia da Imagem – Grécia Antiga - Mulher.*

---

**ABSTRACT:** The goal of this article is to present a model of archaeological interpretation of the Attic pottery iconography, considering its semantic ambiguity and the dichotomy of realistic and idealistic approaches. This model is applied for the study of the situation of the woman in the social life of the Athenian society in the late-archaic and classical periods (VI – V centuries BCE).

**KEY-WORDS:** *Iconography – Archaeology of the Image – Ancient Greece – Woman*

---

## Introdução

Falar em evidências iconográficas significa apostar na capacidade que os registros imagéticos remanescentes da Grécia antiga possuem para testemunhar aspectos da vida social e cultural de então. Implica, portanto, uma tomada de partido teórico e metodológico. Implica assumir um pressuposto: a validade epistemológica das imagens, no caso a pintura dos vasos áticos dos séculos VI a IV A.E.C., como fonte para o conhecimento da *história-acontecimento* da Grécia Antiga. Significa, portanto, acreditar que

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de História e Antropologia, Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil. Professor do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

os conteúdos imagéticos desta pintura de vasos, produzidos há vinte e cinco séculos, tenham relação com aspectos da vida cotidiana e das representações culturais da época.

Numa perspectiva inspirada na Arqueologia histórica, implica, mais ainda, considerar a possibilidade de que estes registros iconográficos nos levem a reconsiderar, reformular, conceitos sobre variados temas sociais e culturais da Grécia antiga, cuja interpretação predominante se sustenta em tradições historiográficas e filológicas embasadas, sobretudo, nos testemunhos literários. Isto se aplica sobremaneira aos estudos de gênero.

Discorrer sobre o tema da mulher no mundo do trabalho, portanto, acarreta estabelecer um conjunto de reflexões conceituais sobre o uso da iconografia em constante diálogo com os registros escritos e sobre a condição da mulher na sociedade grega antiga.

Nossa perspectiva de análise do significado do material iconográfico, alusivo à intimidade e entretenimento femininos no gineceu, bem como referente a cenas de mulher em contexto de trabalho, se associa à corrente que busca estabelecer uma nova interpretação do lugar da mulher na sociedade ateniense. Aproxima-se assim das interpretações que enfocam sua atuação no universo religioso (BRULÉ, 1987), amoroso (CALAME, 1996) e mesmo em outras esferas (LESSA, 2001).

### **Reflexões sobre o sentido e a interpretação das narrativas iconográficas dos vasos áticos**

No que se refere aos estudos iconográficos, trata-se de colocar em relação as dimensões do **Artístico** e do **Arqueológico**, que, na concepção de Philippe Brunneau (1986), significa, o primeiro, o processo de criação, recepção e interpretação das imagens na própria Antiguidade, e, o segundo, o processo contemporâneo de interpretação e análise do sentido destas



imagens. Estabelecendo um paralelo entre as terminologias da Arqueologia da Imagem e da História Cultural, o **Artístico** estaria no nível da **História-acontecimento**, o **Arqueológico**, no nível da **História-conhecimento**.

Interpretar os repertórios iconográficos deixados pela imensa produção imagética da cerâmica grega antiga impõe, inelutavelmente, um conjunto de perguntas. As imagens pintadas sobre os vasos áticos documentariam a vida diária? Podemos falar de um tratamento realista de cenas cotidianas? As cenas não estariam ligadas a contextos mitológicos ou a criações artístico-literárias de fundo ficcional? Não estariam os pintores idealizando práticas sociais? Descreveriam estas pinturas o cotidiano, entendido como somatório das práticas e rotinas sociais, ou registrariam significações e simbolismos culturais?

Não se pode fugir, assim, a um complexo problema teórico, que se expressa sob a forma de um paradoxo tríplice; ou seja, três paradoxos imbricados entre si, constituindo um só. Ao lidarmos com a interpretação das imagens, tratamos com três aparentes dicotomias interligadas: 1ª) realismo e idealismo; 2ª) temática humana/cotidiana e temática mitológica; 3ª) sentido denotativo e sentido conotativo. Sua separação se dá somente no **Arqueológico**, pois, no **Artístico**, o pintor, e muito provavelmente o público consumidor, não percebiam fronteiras claras entre esses níveis. Mesmo no **Arqueológico**, é analiticamente bastante arriscado separar os pólos opostos dos três níveis, pois é na oscilação entre eles que deve ser encontrada a significação da iconografia.

É bastante difícil se definir quando um pintor queria conferir um conteúdo lendário, mitológico, a uma cena da vida cotidiana. Gerações de estudiosos tiveram o hábito de buscar um modelo mitológico para uma cena de vida diária retratada sobre um vaso. Era uma forma de valorizar seu objeto de estudo, face o predomínio que exerciam a Filologia e a História da Arte sobre os estudos clássicos, relegando a pintura de vasos à categoria de arte menor. É

por esse motivo que os iconografistas preferiam relacionar a cena com uma narrativa mitológica conhecida pela tradição literária ou com uma reprodução de um modelo das artes maiores, como a estatuária e a pintura mural, essa última irremediavelmente perdida. Quando faltavam referências literárias conhecidas para comparação, buscavam abusivamente textos perdidos, de grandes poetas ou pinturas e esculturas perdidas, de artistas, cuja existência nos é relatada por textos antigos como Pausânias ou Plínio, o Velho.

Entendemos como falaciosos esses modelos interpretativos: não precisamos, obrigatoriamente, nem recorrer imediatamente à mitologia, nem a uma eventual cópia de inspiração literária, quando o sentido escapa.

Em muitos vasos, inclusive naqueles que retratam o feminino, não temos condições de traduzir a intenção do pintor. Queria registrar uma cena diária ou representar uma narrativa mítica? Queria representar uma mulher comum ou uma Musa? Um Musa ou a poetisa Safo? Esse é um dos pontos nos quais percebemos uma necessária mudança de modelos de interpretação iconológica. Em grande parte das publicações mais antigas e até mesmo em muitas atuais, publicações especializadas tais como catálogos de museus ou exposições, os autores tendiam e tendem a identificar estas cenas – que se multiplicam a perder de vista pelas coleções espalhadas mundo afora – com modelos mitológicos. Muitos iconografistas, como Henri Metzger, diante de uma pintura com padrão estético bastante elaborado, não hesitavam em encontrar uma identificação mitológica, pois julgavam improvável que um pintor fosse dedicar tanta atenção a uma cena para registrar sobre o vaso algo comum, corriqueiro, humano, cotidiano. Essa perspectiva, denominada por André Chevitarese como “associação valorativa” (CHEVITARESE, 2001), orientou os estudos iconográficos de algumas gerações de arqueólogos do final do séc. XIX e de muitas décadas do séc. XX: explicar a peça baseando-se em uma suposta inspiração ou cópia de um modelo de uma arte mais nobre, da grande tradição literária ou da grande tradição da pintura

mural ou escultura, atribuindo-lhe um conteúdo de ordem mitológica. Nas primeiras gerações de iconografistas, tratava-se de um procedimento estrategicamente acertado, pois auxiliava a conquistar o espaço dos estudos ceramológicos numa academia dominada pela da tradição filológica (*les Belles Lettres*) e pela tradição da História da Arte (*les Beaux Arts*).

Com frequência, diante de cenas de cortejo nupcial, nas descrições mais correntes do vaso, lemos *casamento de Tétis e Peleu*. Não entendemos porque esses personagens precisam ser descritos como figuras mitológicas e não como simples figuras humanas, mortais, referências para nós de hábitos da vida diária ateniense.

Para o uso historiográfico e arqueológico destas fontes imagéticas, essa interpretação acarreta sérios prejuízos, pois invalida o uso dessa documentação como registro histórico de situações da vida diária. A. L. Chevitarese propõe que busquemos outro modelo de análise, partindo da possibilidade de que essas cenas, na quais o pintor não demonstrou a intenção de indicar o mito, se refiram na verdade a cenas do dia-a-dia (CHEVITARESE, 2001). Em nosso estudo das cenas de mulheres tocando instrumentos musicais no gineceu, partilhamos da mesma preocupação desse autor: na ausência de atributos divinos, parecemos mais acertado evitarmos um paralelo com as Musas e preferirmos identificar uma cena humana de divertimento musical.

Além disso, no entanto, até mesmo nas cenas mitológicas, buscamos referências da realidade concreta e não simples ilustrações de tradições literárias. Por esse motivo, no nosso entendimento, a perspectiva teórica de Chevitarese deve ser combinada com a proposta de Ingrid Krauskopf, segundo a qual uma significativa porção desses vasos mistura elementos humanos com divinos, com o intuito de valorizar o momento retratado, transpondo o casamento ou a colheita de frutos de uma esfera humana para uma esfera mais elevada, a esfera mítica. Os

elementos mitológicos inseridos numa cena humana equivaleriam às citações míticas freqüentes na tradição literária (KRAUSKOPF, 1977, p. 27-8).

Nesses casos, quando o pintor fundia tipos humanos e tipos mitológicos, o mito estava a serviço da imagem, e não o contrário, pois os pintores de vaso costumavam manipular os mitos e as tradições literárias, não se preocupando em se manter fiéis às versões dos poetas (MORET, 1978, p. 80; SABETAI, 1997, p. 320 e 330). Desse modo, os elementos divinos não devem levar a uma interpretação mitológica; sua presença num contexto predominantemente humano era uma forma de valorizar o vaso, aumentando o interesse por ele. Assim, esses elementos mitológicos não se opõem a uma interpretação histórica e cotidiana dessa iconografia, fornecendo referências sobre as práticas da vida diária.

Quanto ao aspecto mitológico, os pintores, em praticamente todos os períodos da pintura de vasos, tinham o “hábito de acrescentar nomes mitológicos às figuras, com o objetivo de aumentar o interesse pelo seu desenho”, como já o observara no séc. XIX Cecil Smith (1893, p. 115). Quando o pintor queria marcar que se tratava de uma cena épica ou mítica, acrescentava inscrições com os nomes ao lado dos personagens (LACROIX, 1988, p. 260). É com bastante prazer que os pintores transformavam uma cena real em mitológica, aumentando o poder de sedução das imagens.

Um forte argumento em favor da mitologização das cenas para atrair o público é quando personagens mitológicos são misturados com personagens humanos, em cenas evidentemente cotidianas, ou, mais ainda, quando são atribuídos aos personagens nomes mitológicos variados, que num contexto mitológico genuíno não estariam participando juntos da mesma cena.

No primeiro caso, tomemos um exemplo fácil para se compreender este raciocínio. Pensemos nas Nikes/Vitórias que se aproximam de jovens citaredos ou atletas, com o fito de coroá-los como vencedores, cena muito comum na pintura dos vasos áticos. A

presença da Nike em nada desconfigura a dimensão social real de uma cena de premiação pela vitória em um concurso.

O segundo caso de mitologização intencional de cena de caráter cotidiano pode ser verificado na *pyxís* Museu Britânico E 769, em que um grupo de mulheres, reunidas numa cena comum de gineceu, recebe cada uma delas, por meio de inscrição, a identidade de heroínas: Iphigeneia, Danae, Helene, Klythaimnestra e Cassandra. Ora, nenhum mito conhecido ou imaginável poderia colocá-las todas num mesmo gineceu, por serem personagens de contextos mitológicos de regiões e gerações diferenciadas. O pintor, porém, dessa forma, enaltece a cena banal, inclusive pelo efeito inesperado ao público, o qual saberia seguramente não se tratar propriamente de um mito, mas de uma surpreendente liberdade do artista. Sobretudo o público feminino culto acolheria com simpatia um vaso que retratasse sua rotina diária exercida por heroínas homéricas.

Para Alain Schnapp (1985, p. 74-75), não existe para os pintores esta dicotomia entre real e imaginário, havendo sim uma intencionalidade, por parte do artista que produz as imagens, na confusão entre o humano e o mitológico, o que caracteriza a linguagem pela qual ele se comunica com seu público consumidor dessas imagens: *Ao contrário, é na sua confusão sábia que nasce a potência das imagens cerâmicas (...)*.

Existe, portanto, um constante percurso semântico entre a abordagem realista e idealista, que nos coloca a seguinte questão: as cenas de gênero, objeto deste estudo, são representações com sentido denotativo ou conotativo? Elas descrevem práticas cotidianas ou abordam questões simbólicas?

Entendemos que não se pode estabelecer uma regra. É um pouco as duas coisas ao mesmo tempo; às vezes mais um sentido denotativo; outras vezes mais o contrário. A *lyra* nas mãos de um jovem a caminho da escola pode ser um simples atributo etário e social que o identifica como menino de boa extração social com

condições de freqüentar a escola e receber uma educação ideal; quer dizer, então, um menino no caminho da escola, indo para a aula de música. Em muitos casos, porém, a *lyra* aparece, nesse mesmo contexto, como um presente de um pederasta para seduzir um efebo, conotando o homoerotismo. Já nas mãos de um morto, sentado ao pé da estela funerária, idealizado na sua forma juvenil, a *lyra* ao mesmo tempo nos remete ao conteúdo funerário da música e à sua condição de atributo de jovem em idade escolar. A *lyra* pintada numa cena de sala de aula, porém, está aí a serviço de uma descrição, narração, de uma prática cotidiana: o ensino musical.

Há ainda outro recorte teórico a ser considerado: o pintor, ao representar uma dimensão da vida cotidiana, seja por meio de figurações de ordem humana ou mitológica, o faz a partir de uma seleção de elementos. Este processo de seleção acarreta a escolha de aspectos da realidade cotidiana a serem retratados. Todavia, implica ainda um processo fundamental para a compreensão, no plano do **Arqueológico**, da produção de sentido, ocorrida no plano do **Artístico**: o silêncio, a ausência.

Conforme Ida Baldassare (1988, p. 107-115), em seu estudo "Tomba e stelle nelle lekythoi a fondo bianco", "*a escolha e a valorização de alguns (...) momentos (no caso de seu estudo, o velório, cortejo, enterro e jogos fúnebres), revelam-nos que esses registros são regulados por um código que dá acesso e expressão somente a alguns comportamentos, através de uma seleção cultural e formal (...).*" No caso do estudo da iconografia da morte, I. Baldassare explica que essas seleções culturais e formais correspondem à integração social da morte. Pensamos que essa mesma explicação se aplica a outros temas, como casamento, educação musical, rituais religiosos, festas domésticas, entre outros – em nosso estudo, as escolhas e silêncios referentes ao universo feminino. As escolhas e silêncios, pelos quais o pintor opta por lembrar alguns temas e esquecer de outros, ou ainda, pelos quais ele decide mostrar um determinado aspecto da experiência cotidiana e ocultar, ou simplesmente não enfatizar outro, bem,

essas escolhas correspondem também a como essas esferas da vida diária são integradas socialmente.

Concluindo, a iconografia dos vasos áticos serve sim para o estudo do uso cotidiano dos instrumentos musicais, por meio de abordagens cotidianas ou mesmo mitológicas, uma vez que o contexto de execução da cena mítica passa, com muita frequência, por uma encenação de práticas cotidianas. É preciso considerar que essas práticas sociais são abordadas de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que tratam de modo realista elementos do cotidiano, idealizam-no, dele selecionando alguns aspectos e censurando outros. Ou, ao inverso, quando abordam temas por meio de contextos mitológicos seguramente identificados, com frequência referem-se, pois, por alotropia, a eventos da vida real (a Amazonomaquia refere-se às guerras pérsicas; silenos praticando vindima, à atividade humana da viticultura; Nike voando com *kithara* e *phiale*, à vitória nos concursos musicais e aos sacrifícios que devem ser efetuados pelo vencedor).

Com base no exposto acima, cabe ressaltar, no estudo iconográfico da mulher em situações ligadas ao trabalho e à vida intelectual e artística, que a abordagem do tema, mesmo quando idealizada, remete-nos, ao mesmo tempo, a aspectos denotativos/realistas e conotativos/imaginários, vinculados a contextos reais de inserção social do gênero feminino. Mesmo quando a iconografia refere-se a dimensões simbólicas da vivência de gênero, devemos considerar que estas dimensões são uma contrapartida inextrincável da experiência pragmática da vida social.

### **Breves considerações sobre o estudo da condição social feminina na Grécia antiga, do início do século XX até a atualidade**

A historiografia da segunda metade do século XX, buscando uma visão crítica que apontasse as contradições da sociedade, propôs-se superar a visão idealizada da historiografia positivista,

que não problematizava a condição feminina de inferioridade na sociedade grega antiga, não valorizando temas de pesquisa como os estudos de gênero. A segunda metade do século passado, com o avanço de movimentos sociais e particularmente do feminismo, interessou-se em aprofundar o assunto, procurando apontar a condição subalterna da mulher, dentro de uma sociedade regida por uma ideologia masculina hegemônica.

A periodização desta visão historiográfica feminista situa-se sobretudo entre o pós-guerra e o advento da reflexão pós-moderna nos anos 1980. Desenvolve-se então um modelo de interpretação segundo o qual a mulher teria participação irrisória na vida comunitária, salvo algumas tarefas religiosas, estando por total ausente da vida pública e política. Como sustentação cotidiana desta ideologia, a mulher seria por total analfabeta, passaria seus dias na reclusão do gineceu, ausente do mundo do trabalho e das atividades intelectuais e artísticas que notabilizaram a Antigüidade grega aos olhos de seus contemporâneos e da posteridade. Este modelo pressupunha uma equivalência entre os discursos misóginos, presentes na literatura ficcional e científica antiga, e as práticas sociais, entendendo que, na “realidade social”, a vida da mulher reproduziria alguns axiomas filosóficos e morais que determinavam a exclusão feminina. O lugar da mulher seria a casa, sendo a rua e o espaço público prerrogativas masculinas. O resultado foi uma historiografia sexista, que, para denunciar a dominação masculina na Antigüidade – encontrando aí legitimação histórica para práticas de militância – ao fim e ao cabo nada mais fez do que confirmar os valores da ideologia masculina, ao pressupor que as mulheres na sua vida social se assujeitassem a estas regras.

A partir dos anos 1980, sob a influência de novos paradigmas para a interpretação dos fenômenos humanos, nomeadamente os conceitos de complexidade e diversidade, um novo olhar foi lançado sobre a documentação. Encontrou-se na iconografia testemunhos provocadores, que, no mínimo, cobravam



do pesquisador uma releitura de testemunhos escritos. Seguindo um olhar mais atento à fragmentação do social, à existência de múltiplos discursos e à possibilidade de práticas sociais que façam frente a ideologias normatizadoras, os temas da iconografia vascular do concerto musical no gineceu, bem como das cenas vinculadas à educação e ao trabalho, podem fornecer elementos muito valiosos para se refletir sobre o tema, podendo trazer grandes contribuições para os estudos de gênero na situação atual de reflexão sobre o assunto.

Para avançar no estudo relacionado à representação iconográfica da mulher, no seu ambiente doméstico, ocupando-se com a música, ou em ambientes laboriais, algumas considerações gerais sobre a mulher ateniense precisam ser feitas.

Em primeiro lugar, tanto as cenas nupciais como as cenas de gineceu retratam mulheres atenienses de classe elevada (BUNDRICK, 1989, p. 1 e 17). A iconografia, quando representou a mulher livre, sempre privilegiou a mulher de elite, seja nas cenas religiosas, nas quais as mulheres têm participação bastante ativa, sobretudo nas representações das festividades das Lenéias, seja nas cenas de intimidade. Alguns vasos, porém, que mereceriam maior atenção dos estudiosos, representam mulheres livres, de extração mais popular, em situações de trabalho.

### **Ambivalências iconográficas na representação da mulher**

Essa interpretação de que as cenas supostamente de gineceu e de trabalho possam representar “mulheres cidadãs”<sup>2</sup>, no

---

<sup>2</sup> Frequentemente, usamos o termo “mulher cidadã”. É preciso esclarecer que empregamos esse termo por um conforto, na medida em que explicita a questão básica: ser filha ou esposa de cidadão ateniense. O termo “cidadã”, *politis*, teve aparição bastante tardia na democracia grega, surgindo, com um sentido muito limitado, de caráter jurídico, a partir de meados do séc. IV, em Aristóteles, Demóstenes e autores da comédia nova. A verdadeira qualidade da cidadania

entanto, não se impõe por si só. Se considerarmos as cenas de gineceu, é preciso ressaltar que o contexto doméstico dessas imagens não resolve a questão da identificação dessas figuras femininas, de modo que surgiram quatro modelos interpretativos das cenas domésticas com mulheres musicistas: a identificação como Musas, como Safo, como hetairas, ou finalmente, como mulheres bem-nascidas (BUNDRICH, 2000, p. 40). Vejamos aqui duas situações de ambivalência semântica destes repertórios imagéticos: a associação às Musas ou a poetisa Safo.

### *Mulheres musicistas como Musas*

A interpretação das mulheres musicistas como Musas baseia-se na existência de inscrições ou de atributos que sugerem a ambientação da cena no contexto mitológico (como bases rochosas alusivas ao Hélikon servindo como assento para uma musicista) ou pela companhia de outros personagens divinos (como Apolo e Museus) (QUEYREL, 1992, p. 657-681). A condição das Musas como musicistas no ambiente nupcial está presente na iconografia dos vasos áticos desde a primeira metade do séc. VI, nas representações do casamento de Tétis e Peleus, nas quais elas aparecem ligadas à execução da música que animava a festa, em vasos assinados por Sophilos e Kleitias.

No que respeita à nossa série iconográfica de vasos com mulheres musicistas em contexto doméstico, produzida entre finais

---

estava nas funções políticas de participação nas assembleias, tribunais e ordens militares, prerrogativa exclusivamente masculina (MOSSÉ, 1989, p. 51; CALAME, 1996, p.123; FLORENZANO 1996, p. 41). Apesar de sua exclusão da esfera política, entendia-se que a mulher “cidadã” integrava efetiva e ativamente a comunidade poliade, a *koiné*, pois a ela cabiam importantes funções cívicas no âmbito religioso, consideradas vitais para o bem-estar comum (BRULÉ, 1987; CALAME, 1996, p. 141 e 193). Assim, para diferenciar das mulheres pertencentes a outras categorias, como as hetairas, metecas ou escravas, usamos os termos “mulher cidadã”, “mulher ateniense” ou “mulher bem-nascida”, no caso da “mulher cidadã” da elite aristocrática.

dos anos 50 e finais dos anos 20 do séc. V, constata-se uma forte relação com a série de vasos retratando Musas diretamente associadas a instrumentos musicais (*lyrai*, *phorminges* e *auloi*), averiguando-se uma pronunciada contemporaneidade entre as duas séries. A princípio o critério espacial seria a solução para decifrar a cena: reuniões em espaço interno, com objetos do domínio doméstico, como cadeiras, representariam mulheres bem-nascidas; reuniões de musicistas em espaço externo, com a presença de estruturas rochosas servindo como assento, representariam Musas no Hélikon; por vezes, estas Musas aparecem sentadas suspensas no ar<sup>3</sup>. Em vários casos, porém, os pintores tratam as cenas de maneira bastante ambígua. Num vaso do Petit Palais, por exemplo, temos uma cena de interior com atributos de contexto nupcial, na qual as personagens são identificadas pelas inscrições como Musas: Calíope sentada tocando *bárbitos*, Thalia de pé com um cesto numa mão e uma *lyra* na outra, e Terpsichore de pé segurando uma tocha, e mais outras duas mulheres não identificadas<sup>4</sup>. Esse caso exemplifica como, na ausência de inscrições, não se pode afirmar peremptoriamente que o pintor esteja representando Musas ou mulheres. O parentesco entre as cenas de Musa e de mulheres no gineceu pode ser constatado não somente na disposição homóloga das figuras, como também na atmosfera de calma e harmonia (KUNZE-GÖTTE, 1957, p. 49). Essa natureza eclética da representação devia ser, provavelmente, deliberada<sup>5</sup>. A associação paradigmática das mulheres bem-nascidas às Musas devia ter o mesmo efeito ideológico e educador da ligação entre o jovem

---

<sup>3</sup>Em alguns casos, a figura feminina com instrumento musical está sentada sobre o ar, o que seria outra forma de identificá-la como Musa.

<sup>4</sup>*Hydria*. Paris, Petit Palais, 308 (ARV<sup>2</sup> 1040.22).

<sup>5</sup>Bundrick, 2000, p. 4: "We should not overlook the references made to Muse iconography, though, for clearly these woman are meant to be ideologically linked to the goddess. The ambiguity of the women's identities, the fusion between mortal and divine, seems to be intentional or at least acceptable."

ateniense e heróis como Teseu<sup>6</sup>. Além disso, por meio dessa associação, quando as mulheres não figuram associadas somente à tralha doméstica, mas também aos instrumentos musicais, ocorre um engrandecimento do valor da representação do gineceu. Desconsiderando completamente a ambigüidade entre o humano e o divino nessa série iconográfica, muitos autores, inspirados no procedimento denominado por A. Chevitarese como “associação valorativa”, taxativamente identificam essas mulheres musicistas como Musas. Nessas situações, não obstante a presença de cadeiras, Beazley não hesita em identificar essas mulheres com Musas, bastando para isso a ausência de utensílios domésticos como panos, cofres ou caixas: é o caso de uma *kylix* de Bolonha (Figura 1 A, B e C), sobre a qual o pintor representou várias mulheres com instrumentos musicais, algumas de pé e outras sentadas sobre *klismoi*. Quase todas elas (12 ao todo) estão segurando, afinando ou tocando um instrumento, um *aulos*, uma *lyra* ou um *bárbitos*. Afora a música em si, nenhum outro atributo permite a associação com as Musas, de modo que não vemos por que assegurar essa identificação. Para nós, parece muito mais sensato interpretar a cena como um divertimento musical doméstico, ligado quiçá aos festejos nupciais, ou como alusão à educação musical, pouco importando se essas realidades sociais são abordadas de forma realista ou idealizada.

A deliberada simbiose que os pintores processam entre o mundo das Musas e o ambiente das mulheres bem nascidas chega ao extremo numa cratera do Pintor de Niobide, sobre a qual encontramos um provável diálogo entre uma Musa e duas mulheres. À direita vemos, sentada sobre uma base rochosa, uma figura que devemos com segurança identificar com um Musa: ela está segurando com a esquerda um par de *auloi*, descansando o

---

<sup>6</sup> Rystedt, 1994, p. 88-9: “The paradigmatical value of the example set by the Muses for the presumably virginal and well-educated of the female sex seems to have been taken care of in the same way as the example set by Theseus and other young heroes for aspiring persons of the male sex.”

braço sobre o joelho; no campo, acima de sua cabeça, vemos uma *lyra*. A *lyra* e o *aulos* ficam colocados no campo imagético da Musa. Na parte esquerda da pintura, vemos duas mulheres de pé, abraçadas, vestidas com distinção – o pintor colocou três indicativos da pertença dessas mulheres ao gineceu e ao universo humano: um *klismos*, uma coluna com arquitrave e uma bolsa suspensa na parede. Trata-se então de um vaso muito particular: à direita, o pintor representou duas mulheres no gineceu, e à esquerda, uma Musa. O sentido do vaso é captado no diálogo que se trava entre as mulheres e a Musa: as duas moças parecem estar ouvindo com atenção a fala da Musa, que provavelmente lhes transmite ensinamentos musicais – interpretação proposta por A. Kaufmann-Samaras, fundamentada inclusive no estudo de Anne Queyrel sobre as representações de Musas como professoras em cenas escolares com garotos na obra de um artista posterior, o Pintor de Calíope<sup>7</sup>.

### ***Mulheres poetisas como Safo***

Outro modelo de interpretação associa as mulheres musicistas à imagem da poetisa Safo, freqüentemente assimilada pelos autores antigos às Musas, sendo eventualmente apontada como a décima Musa. É preciso lembrar que, no séc. V, a figura histórica de Safo tornava-se uma figura quase mitológica, fenômeno que sabemos ter acontecido com outros personagens, como Terpandro ou o próprio Sólon. A matriz para essa interpretação se sustenta numa *hydria* ateniense do Grupo de Polygnotos (Figura 2) (MAAS e SNYDER, 1989, p. 25-26; BUNDRICK, 2000, p. 45-47), sobre a qual vemos, ao centro, uma figura sentada identificada como Safo, lendo um rolo aberto com inscrições, enquanto uma de suas

---

<sup>7</sup> Cratera em cálice. Figuras vermelhas. Pintor de Niobide. (ARV<sup>2</sup> 601/20) Londres, Museu Britânico, E 461. p. 460-50. (não consta em nosso catálogo) Bundrick, 2000, p. 197-8, cat. n° 2, fig. 37a. Kaufmann-Samaras, 1997, p. 289, fig. 7. Queyrel, 1988, p. 90-102.

companheiras segura uma *lyra*. Conforme M. Maas e M. Snyder, a *lyra* na mão da acompanhante pertenceria à poetisa (MAAS e SNYDER, 1989, p. 90, cap. 4, fig 22).

Frederick A. G. Beck descreve a cena como Safo e suas alunas, incluindo esse exemplo, em seu catálogo iconográfico, como prova da existência de uma educação musical e literária das jovens atenienses bem-nascidas (BECK, 1975, 74.366). Assim, mesmo nos vasos sem inscrição identificatória da poetisa de Lesbos, as cenas com mulheres instrumentistas sentadas entre outras trazendo instrumentos musicais ou rolos seriam uma representação de Safo entre sua alunas e amigas. Essas interpretações alinham-se, nas suas conclusões finais, aos recentes estudos de Alexandra Voutira, Eva Rystedt e Alike Kaufmann-Samaras, que vêm nas cenas de mulheres musicistas em ambiente doméstico uma referência à educação conferida às meninas bem-nascidas na sociedade ateniense, seguindo portanto a corrente de interpretação cujo primeiro estudo consistente foi o *Album of Greek Education* de F. Beck, publicado na metade dos anos 70, que, baseado no registro dos vasos áticos, procurou dar voz a uma prática social quase completamente silenciada pelas fontes escritas (BECK, 1975, p. 55)<sup>8</sup>.

A associação ideológica das mulheres bem-nascidas com a poetisa Safo assim como com as Musas, feita pelos pintores de vaso áticos, era seguramente intencional, funcionando, em ambos os casos, como alusão e elogio à educação literária e musical recebida pelos representantes do sexo feminino da elite cidadã ateniense. Tratava-se de uma forma de mostrar que essas ocupações – a música, a dança e a poesia – eram atividades dignas para uma mulher de respeito (MATHESON, 1995, p. 289).

### **Abordagem idealista ou realista?**

---

<sup>8</sup> Rystedt, 1994, p. 88: "*The presence of ...realistically depicted musical instruments in the hands of the women is surely an indication of the investment in musical training made for their benefit.*"

A refutação da identidade das musicistas como hetairas, como Musas ou como Safo leva-nos à quarta possibilidade: as musicistas retratadas seriam as mulheres bem-nascidas – hipótese da qual partilhamos. Mesmo aceitando-se essa identificação, permanecem ainda diferenças de interpretação. Em primeiro lugar, quem seria essa mulher musicista: a noiva ou a esposa? A interpretação mais comum vê, nessa mulher representada no centro da cena, normalmente sentada, tocando um instrumento musical, a figura da noiva, envolvida nos preparativos nupciais (MAAS e SNYDER, 1989, p. 118).

A aproximação de Eros da noiva significaria, ao mesmo tempo, o convencimento da necessidade que a moça tem de passar da condição de menina à de mulher (de uma *párthenos* a uma *nymphé*) e os augúrios de uma reciprocidade amorosa na sua futura condição de esposa. Outros autores, como Bundrick, identificam essas musicistas como as próprias esposas, as dignas supervisoras dos utensílios e do *oikos*. Para essa autora, Eros simbolizaria o estado de casada em geral, mais do que o evento do casamento propriamente. Para ela, somente nos vasos nupciais, o *lebes* e o *loutrophoros*, temos garantidamente a figura da noiva, como é o caso do Pintor do Banho, cujo repertório foi enriquecido com os vasos descobertos no santuário da Ninfa nas escarpas da acrópole de Atenas (BUNDRICK, 2000, p. 51). Essa visão é coerente com sua perspectiva de analisar essa série iconográfica como idealização da harmonia, vista como paradigma da vida conjugal.

A segunda questão na interpretação das mulheres musicistas em contexto doméstico é o grau de historicidade dessas cenas: elas estariam retratando um costume social ou simplesmente produzindo uma idealização, sem vínculos necessários com a realidade concreta. Temos então duas visões diferentes, a visão realista e a visão idealista.

Na perspectiva realista, acredita-se que as cenas descrevam práticas musicais femininas do cotidiano. Apresentam-se três

possibilidades de interpretação realista. Na primeira, encontram-se as autoras que buscam ver nessas imagens relatos diretos dos diferentes estágios da cerimônia do casamento ou mesmo uma espécie de representação sinóptica de todos os festejos. Entre elas, podemos listar Elena Zevi, Carola Reinsberg, Ellen Reeder e Alike Kaufmann Samaras<sup>9</sup>. A segunda hipótese de referência realista dessas imagens é a alusão à educação conferida pelos atenienses às meninas bem-nascidas, abordagem seguida por Alexandra Voutira. A terceira possibilidade é ver, nessas imagens, uma indicação das atividades de lazer. Enquanto relato realista de um divertimento feminino seria uma referência aos encontros de amigas, vizinhas e parentes, apresentados nesses vasos sob a forma de um concerto musical no gineceu. Seria então o modo escolhido pelos pintores para representar essa alternativa feminina ao *sympósion* | banquete masculino, descrita por Maffre como encontros “*para conversar e saborear guloseimas*”.

Na perspectiva idealista, engajam-se os autores que discordam de que as cenas retratadas representem de forma ilusionista situações da vida diária real. Optam por uma leitura simbólica, segundo a qual o pintor estaria representando a idéia de casamento, de modo que as imagens servissem para evocar o casamento sem reproduzir situações reais. Essa visão é defendida por Erika Kunze-Götte, nos anos 1950, e por muitas autoras recentes, como Eva Rystedt, Viktoria Sabetai e Sheramy Bundrick. V. Sabetai (1997, p. 77 sq.), por exemplo, aponta que a associação com as Musas e com Eros reforça a hipótese do sentido idealizado, pois não são figuras reais, mas simbólicas, emblemáticas<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Bundrick, 2000, p. 52: “(...) scholars have attempted to relate the representations to the actual wedding ceremony and distinguish with stage of the ceremony specifically is depicted. Embedded in this concept is the assumption that the genre scenes on Athenian vases are faithful renditions of actual occurrences (...)”

<sup>10</sup> O próprio Claude Calame (1996, p.132, nota 16), mesmo interessado em mostrar como essa série iconográfica evidencia que os laços amorosos no casamento atingiam expectativas de reciprocidade tradicionalmente rejeitadas pelos historiadores modernos da Grécia antiga, recusa-se a interpretar a série das



Como nos colocamos face a essas controvérsias? Reiteremos aqui as questões levantadas por Bundrick: Qual o fundo de realidade dessas imagens de mulheres com instrumentos musicais? Seria uma referência à educação musical? (BUNDRICK, 2000, p. 57-58). Acompanhemos aqui a resposta de Bundrick, até onde nossos passos são comuns: O fato das fontes literárias não afirmarem de forma consistente que as mulheres podiam receber educação musical, não significa que essa educação não ocorresse na prática. Parece-nos provável que as cenas de mulheres tocando instrumentos musicais refletiam algum aspecto da prática real de um ensino musical. Nosso interesse concentra-se nos aspectos da prática real que podem refletir, em decorrência de sua enorme contribuição ao estudo do lugar da mulher na sociedade ateniense, uma vez que pode acrescentar argumentos à interpretação de que a mulher não era um ser completamente apático e submisso. Vejamos o que a pintura vascular ática pode nos ensinar (inquieta) sobre a posição da mulher no mundo do trabalho.

### **A mulher e o trabalho – lendo evidências iconográficas, relendo evidências literárias**

As fontes literárias evidenciam a enorme diferença entre uma mulher “cidadã” pobre ou rica. O espaço ideal da mulher ateniense abastada era o recato do lar em que se ocupava com a fiação e tecelagem<sup>11</sup>, saindo à rua apenas para buscar água nas

---

*Fraugemachbilder* como representações diretas do casamento – para ele, seus significados extrapolam o casamento.

<sup>11</sup> Alguns vasos retratam essas atividades domésticas. Um bom número deles apresenta o envolvimento com as tarefas de fiação e tecelagem. Cf. *Lékythos*. Figuras negras. Pintor de Amasis. (ABV 154/57) Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art, 31.11.10 (FLETCHER FUND, 1931). Ca. 540. *Bib.*: Jones, 1997, p. 171, 4:8. *Kýlix*. Figuras vermelhas. Berlim, Staatliche Antikensammlungen, F 2289. Ca. 490. *Bib.*: ARV<sup>2</sup> 435/95. Lissarrague, 1993, p. 253, fig. 47. Alguns poucos exemplares apresentam-na ocupada com a maternidade. Cf. (mãe sentada sobre *diphros* brinca

fontes e poços (LESSA, 2001, p. 85-106; OLMOS, 1986, p. 130-132; LISSARRAGUE, 1993, p. 211-212, 243-246)<sup>12</sup>, cultivar os mortos ou participar dos rituais religiosos. A mulher ateniense de baixa extração social, por sua vez, precisava colaborar economicamente no sustento da casa, trabalhando fora. Assim, os mercados estavam cheios de vendedoras de perfumes, de óleo e de quinquilharias em geral (MOSSÉ, 1989, p. 59; OLMOS, 1986, p. 139-140)<sup>13</sup>. As mulheres de famílias camponesas humildes também deviam cooperar, fazendo a coleta dos frutos. Talvez cooperassem também no artesanato ou indústria urbana, na tecelagem, ou mesmo na olaria. Enquanto as cidadãs pobres, em suas raras aparições iconográficas, estão em contexto de trabalho, as cidadãs da elite aristocrática são representadas no ócio do gineceu. A diferença entre a rua e casa, para as mulheres livres, possuía também um sentido de classe social. As evidências iconográficas, contrariamente ao discurso historiográfico predominante, apontariam que, em determinadas situações, mulheres ocupariam espaços no mundo do trabalho, inclusive em atividades de cunho masculino, como em ofícios artesanais especializados.

Para prosseguirmos no estudo da iconografia de gênero no repertório da cerâmica pintada ática, cabem algumas observações concernentes à terminologia.

Interessa-nos aqui ressaltar, porém, que, diferentemente do que apregoa o modelo tradicional, as fontes indicam sim que a

---

com criança sentada numa cadeira alta de bebê). *Kylix*. Figuras vermelhas. Maneira do Pintor de Sotades. Bruxelas, Musées Royaux, A 890. *Bib.*: Jones, 1997, p. 170, 4:7.

<sup>12</sup> Segundo Olmos (1986, p. 130-2), é difícil definir se as moças representadas juntos às fontes são mulheres livres pertencentes elite cidadã ou hetairas. Num constante jogo entre o mito e a realidade, tomando as referências mitológicas, supomos que as fontes fossem local de encontros amorosos. *Cf. Pýxis*. Figuras vermelhas. Londres, Museu Britânico, E 772. Em torno de 460. *Hydria*. Figuras negras. Würzburg, Martin von Wagner Museum. Último quartel do séc. VI. *Kylix*. Figuras vermelhas. Pintor de Brygos. Florença, Museo Archeologico, 76103. 480-75.

<sup>13</sup> *Cf. Peliké*. Figuras vermelhas. Pintor de Pã. Madri, Museu Arqueológico.

mulher ocupava espaços no mundo do trabalho, inclusive em atividades artesanais, presumivelmente masculinas, segundo a visão hegemônica.

O assunto mais estudado até o momento é a coleta de frutos por mulheres. Por se tratar do ambiente rural, e por ser uma atividade reconhecidamente feminina na grande maioria das sociedades humanas, conforme indicam os relatos etnográficos produzidos ao longo do século XX sobre sociedades paleolíticas e neolíticas modernas, o reconhecimento do trabalho feminino nesta instância não causou constrangimentos à historiografia. Todavia, em muitas publicações de vasos representando esta temática, houve tendência pronunciada em negar o caráter corriqueiro desta cena humana de trabalho feminino, atribuindo-lhe conteúdo mitológico. Afinal, reconhecer o caráter humano de uma cena desta natureza seria presumir que o pintor valorizasse esta atividade feminina de caráter laborial, algo que contrastava com os grandes ideais associados ao “Milagre Grego”, que motivaram grande parte do classicismo do final do século XIX e primeira metade do século XX. Dois helenistas brasileiros, André Leonardo Chevitarese e Fábio de Souza Lessa apontaram a existência de uma série iconográfica, sobretudo em figuras negras, retratando as mulheres em cenas de coleta de frutos, destacando o exemplar do Museu Histórico Nacional, cuja análise leva Chevitarese à seguinte proposta de análise: dada a ausência de atributos divinos, não há razões para identificar as mulheres que colhem frutos como divindades ou heroínas, devendo-se, outrossim, assumir a suposta banalidade da cena de vida cotidiana, sem precisar recorrer a alguma versão literária conhecida ou perdida – aceitando-se assim que o pintor quis valorizar o vaso como uma peça que representa um trabalho feminino tratado, na iconografia, com respeito e dignidade<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Prato ático de figuras negras. Delos, Museu Arqueológico. Inventário: B. 6094. Proveniência: santuário de Hera, Delos. 520-500 (?). *Bib.*: Dugas, 1928, p. 166, 185, nº 632, pr. LI, B. Chevitaes, 2001. Ch. Dugas, porém, identifica duas divindades,

O interesse dos pintores de vaso por cenas de trabalho feminino não se encerra na atividade rural da colheita de frutos. Alguns vasos registram a mulher atuando na ágora, no mercado, na atividade de venda de produtos, talvez produtos provindos da pequena propriedade de sua família, como era o caso da mãe de Eurípides, que, sabemos, vinha a Atenas para comercializar alimentos. Autores cômicos, com o objetivo de insultar Eurípides e atacar o seu trabalho, afirmavam que sua mãe viria à ágora vender hortaliças. Alguns explicam que isto teria se dado em decorrência de dificuldades econômicas de sua família, após a morte de seu pai, apesar de se tratar de uma família de posses oriunda de Salamina. Para nossa análise, pouco importa a veracidade histórica da atividade atribuída à mãe do poeta trágico. Interessa sim o fato de se referirem à existência desta figura social: a vendedora de hortaliças no mercado.

Uma cena retratada em alguns vasos é a venda de óleo, como podemos constatar em uma *peliké* do Museu do Vaticano<sup>15</sup>, do final do século VI, atribuída ao Grupo de Leagros, e em uma ânfora do Museu de Miconos, proveniente da necrópole de Renéia.

Todavia, a observação atenta e sistemática de alguns vestígios arqueológicos e iconográficos indicam a possibilidade de atuação de mulheres em oficinas artesanais, território considerado

---

como era comum em sua geração, buscando valorizar a peça por meio de uma mitologização de seu conteúdo. A Chevitarese critica de forma consistente esse procedimento, denominando-o de “associação valorativa”, ver: Chevitarese, 2001. Cf. *Skýphos*. Figuras vermelhas. Pintor P.S. Coleção privada. 480-70. *Bib.*: Lessa, 2001, p. 94. *Skýphos*. Pintor de Von Brüssel. Mainz, Universidade, 112. Em torno de 450. Ver mais recentemente: Lessa, 2001, p. 85-106. *Lékythos*. Figuras negras. Rio de Janeiro, Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, s/inv. Em torno de 480. *Bib.*: Sarian, 1987, p. 80, fig. 6.

<sup>15</sup> Cf. *Peliké* ática de figuras negras. Grupo de Leagros. Vaticano, Museo Gregoriano Etrusco, inv. 413. *Bib.*: Boardman, 1991, fig. 212. Agradeço ao Dr. André Leonardo Chevitarese pela referência ao vaso do Vaticano, permitindo-me citar esse exemplo que integra o catálogo iconográfico de sua pesquisa de pós-doutorado, “Arqueologia e História Rural da Ática no Período Arcaico”.

exclusividade masculina, pelo esforço físico demandado. Sobre este assunto, queremos destacar o recente estudo da arqueóloga Ulla Kreilinger, referente à iconografia de nudez da mulher “cidadã”, publicado em 2007 na Alemanha. A autora elenca uma série de argumentos convincentes que evidenciam a participação de mulheres na atividade oleira. Conforme surpreendente registro iconográfico, é possível que algumas mulheres de famílias pobres participassem de atividades artesanais em conjunto com operários e artesãos do sexo masculino: numa excepcional *hydria* de Milão, atribuída ao Pintor de Leningrado (Figura 5), retratando a oficina do oleiro, o pintor representou uma artesã trabalhando com um estilete sobre a alça em voluta de um grande cratera, compartilhando do calor da oficina com outros três jovens artesãos, ela recatadamente vestida com *khiton* e *himation*, eles mais ou menos à vontade, um deles inclusive nu para suportar as altas temperaturas desses ambientes fechados. (SARIAN, 1993, p. 113, fig. 7; LISSARRAGUE, 1993, p. 250, fig. 44)<sup>16</sup>.

Além da famosa cratera de Milão, do Pintor de Leningrado, a iconografia de um *skyphos* e de uma terracota beócios representam mulheres participando da atividade oleira, sendo que, no *skyphos*, ela está pintando um vaso. Soma-se a isso o testemunho da epigrafia vascular: temos a assinatura de oleiras em vasos áticos e beócios. A assinatura da oleira Timagora pode ser reconhecida em dois vasos áticos, onde se lê TIMAGORA EPOIESEN. Na lista das taças pintadas pelo grupo dos “Pequenos Mestres” (Kleinmeister-Schalen), encontra-se a ceramista chamada Telesaia. Finalmente, a autora encontra indícios de que esta participação de mulheres no ofício de oleiro remonte ao período micênico, como indica a ocorrência em Linear B dos termos oleiro (ke-ra-me-we) e oleira (ke-ra-me-ja) (KREILINGER, 2007, p. 33-36).

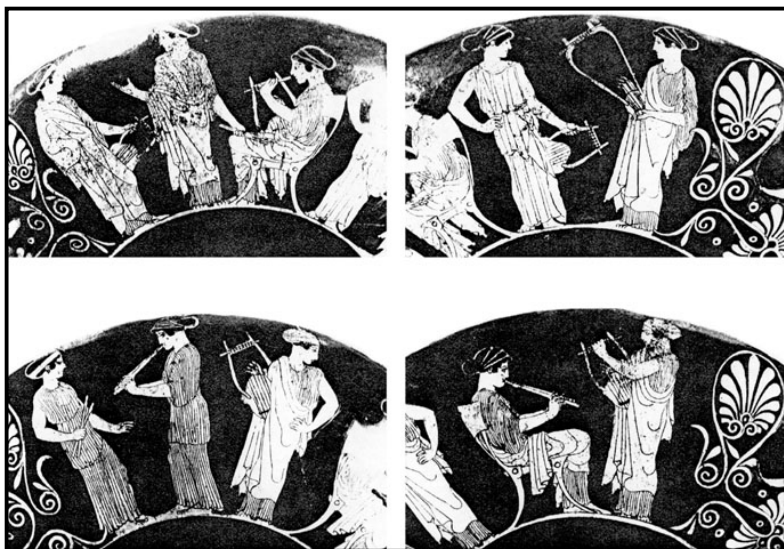
---

<sup>16</sup> *Hydria*. Figuras vermelhas. Milão, Coleção Torno, C 278. Em torno de 460. *Bib.*: ARV<sup>2</sup> 571/73. Sarian, 1993, p. 113, fig. 7. Lissarrague, 1993, p. 250, fig. 44. Ver: Venit, 1988, p. 265-72.

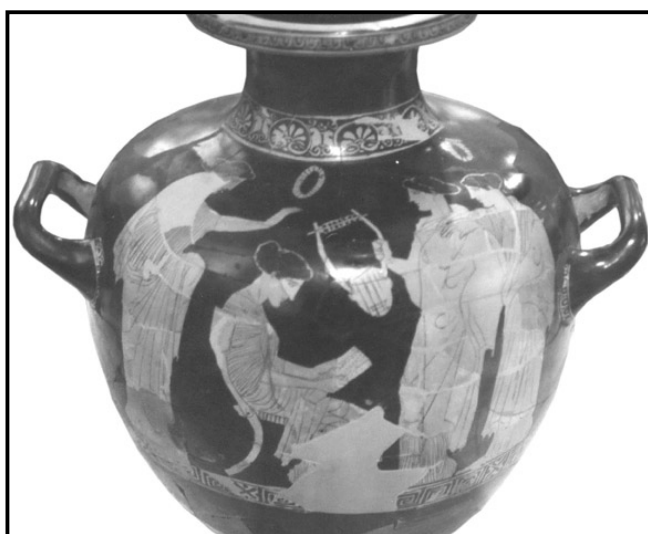
Figuras



Figura 01 A (medalhão central)



**Figura 01 B e C (faces A e B)**



**Figura 02**



Figura 03



Figura 04





**Figura 05**



**Figura 05 – detalhe**

### Referências iconográficas

- Figura 1**      **Figura 2**      *Hydria*. Figuras vermelhas. Grupo de Polygnotos. (ARV<sup>2</sup> 1060/145) Atenas, Museu Nacional, 1260 (CC 1241). 440-30. *Bibliografia*: Beck, 1975, n° 366, pr. 74. Maas e Snyder, 1989, p. 90, fig. 22 (cap. 4). Bundrick, 2000, fig. 40. Cerqueira, 2001, cat. 321.
- Figura 3**      *Lebes gamikos*. Figuras vermelhas. Pintor do Banho das Mulheres (The Washing Painter) (ARV<sup>2</sup> 1126/6; Add<sup>2</sup> 332). Nova Iorque, Metropolitan Museum of Art, 16.73. 430-20. *Bibliografia*: Cerqueira, 2001, cat. 332.
- Figura 4**      Ânfora. Figuras negras. Pintor de Eucharides. Museu Arqueológico de Míconos. Final do século VI.
- Figura 5**      *Hydria*. Figuras vermelhas. Pintor de Leningrado (ARV<sup>2</sup> 571/73), Milão, Coleção Torno, C 278. Em torno de 460. *Bibliografia*: SARIAN, 1993: 113, fig. 7. LISSARRAGUE, 1993: 250, fig. 44. Ver: VENIT, 1988: 265-72

### Bibliografia

- BALDASSARE, Ida. Tomba e stelle nelle lekythos a fondo bianco. *Annali dell'Istituto Universitario Orientali di Napoli (AION)*. 10, 1988. pp. 107-115.
- BAZANT, Jan. The case for a complex approach to athenian vase painting. *Métis*. 1-2, 1990. pp. 93-111.
- BECK, Frederick A. *Album of Greek Education*. The Greeks at School and at Play. Sidney: Cheiron Press, 1975.
- BÉRARD, Claude. The order of Women. In: BÉRARD, C. et al. *City of Images: Iconography and Society in Ancient Greece*. Princeton: Princeton University Press, 1989. pp. 85-103.
- BOARDMAN, John. *Athenian Black Figure Vases*. Londres: Thames and Hudson, 1991.

- BRULÉ, P. *La fille d'Athènes*. La religion des filles à Athènes à l'époque classique. Mythes, cultes et société. Besançon-Paris: Université Belles Lettres, 1987.
- BRUNNEAU, Philippe. De l'image. *R.A.M.A.G.E.* 4, 1986. pp. 249-295. BUNDRICK, Sheramy Deanna. *Expression of harmony: Representation of female musicians in fifth-century athenian vase painting*. Michigan: UMI – Dissertation Service. (Dissertação de Mestrado), 2000 (1998).
- CALAME, CL. *L'Éros dans la Grèce antique*. Paris: Éd. Belin, 1996.
- CERQUEIRA, F.V. *Os instrumentos musicais na vida diária da Atenas tardo-arcaica e clássica (540-400 a.C.): O testemunho dos vasos áticos e de textos antigos*. São Paulo: Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado), 2001.
- CHEVITARESE, André Leonardo. Uma Nova Proposta de Interpretação do Prato Ático de Figuras Negras (B.6094) do Santuário de Hera. *Dimensões*. Revista do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. 9, 2001. pp. 7-15.
- DUGAS, Ch. *Les Vases de l'Héraion*. Explorations Archéologiques de Délos (EAD). Paris: de Boccard, 1928.
- DURAND, J.-L. e FRONTISI-DUCROUX, Fr. Idoles, figures, images: autour de Dionysos. *Revue Archéologique*. (RA), 1982. pp. 81-108.
- FLORENZANO, M. B. B. *Nascer, viver e morrer na Grécia antiga*. São Paulo: Atual Ed., 1996.
- FRICKENHAUS, A. *Lenäenvasen*. Berlim, 1917.
- GENIÈRE, J. de la. Vases du Lénéennes?. *Mélanges de l'École Française de Roma*. Antiquité. 99, 1987. pp. 43-61.
- JONES, P. V. (org.). *O mundo de Atenas: Uma introdução à cultura clássica ateniense*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- KAUFMANN-SAMARAS, Aiki. Women musicians in attic pottery of the fifth century b.C. (em grego). In: OAKLEY, John H.; COULSEN, William D. E.; PALAGIA, Olga (orgs.). *Athenian Potters and*

- Painters*. The Conference Proceedings, Oxford: Oxbow Monographs in Archaeology, 1997. pp. 285-95.
- KRAUSKOPF, Ingrid. Eine attische schwarzfigurige Hydria in Heidelberg. *Archäologischer Anzeiger*. (AA), 1977. pp. 13-37.
- KREILINGER, Ulla. *Auständiger Nacktheit*. Körperpflege, Reinigungsriten und das Phänomen der weiblichen Nacktheit im archaisch-klassischen Athen. Rahden/Westfalen: Verlag Marie Leidorf, 2007.
- KUNZE-GÖTTE, E. *Frauengemachbilder in der Vasenmalerei des fünften Jahrhunderts*. Munique. (Dissertação de Mestrado), 1957.
- LACROIX, Léon. Pausanias, le coffre de Kypsélós et l'exégèse mythologique. *Révue Archéologique*. (RA), 2, 1988. pp. 243-261.
- JONES, P. V. (org.) *O mundo de Atenas*. Uma introdução à cultura clássica ateniense. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1997.
- LESSA, F. de S. *Mulheres de Atenas*. MéliSSa do gineceu à agora. Rio de Janeiro: Laboratório de História Antiga, IFCS/UFRJ, 2001.
- LISSARRAGUE, François. A figuração das mulheres. In: SCHMITT-PANTEL, Pauline. (org.) *História das Mulheres*. São Paulo: Ebradil, 1993. pp. 203-271.
- MAAS, Martha e SNYDER, Jane MacIntosh. *Stringed Instruments of Ancient Greece*. Yale: Yale University Press, 1989.
- MAFFRE, J.-J. *A vida na Grécia clássica*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1989.
- MATHESON, Susan B. *Polygnotos and vase painting in classical Athens*. Madison, 1995.
- MORET, Jean Marc. Le jugement de Paris en Grande Grèce. Mythe et actualité politique. À propos d'un *lebes* d'une collection privée. *Antike Kunst* (AntK). 21, 1978. pp. 76-98.
- MOSSÉ, Cl. *La femme dans la Grèce antique*. Paris: Albin Michel, 1989.
- NEUBECKER, Annemarie Jeanette. Frauen im altgriechischen Musikleben. In: ALBRECHT, Michael von; SCHUBERT, Werner. *Musik und Dichtung: Neue Forschungsbeiträge*, Viktor Poschl

- zum 80. Geburtstag gewidmet. Quellen und Studien zur Musikgeschichte von der Antike bis in die Gegenwart. Frankfurt, 1990.
- OLMOS, Ricardo. Anotaciones sobre la representación de la mujer en Grecia. In: GARRIDO GONZÁLEZ, Elisa M. (org.). *La mujer en el mundo antiguo*. Actas de las V Jornadas de Investigación Interdisciplinaria. Seminarios de Estudios de la Mujer. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986. pp. 123-142.
- QUEYREL, Anne. Les Muses à l'école: images de quelques vases de peintre de Calliope. *Antike Kunst (AntK)*. 31, 1988. pp. 90-102.
- QUEYREL, Anne. Mousa, Mousai. In: *LIMC (Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicæ)*. VI (1), 1992. pp. 656-681.
- RYSTEDT, Eva. Women, Music, and White Ground Lekythos in the Medelhausmuseet. *Opus mixtum*. Essays in ancient art and society. 1994. pp. 73-94.
- SABETAI, Viktoria. Aspects of nuptial and genre imagery in fifth-century Athens: Issues of interpretation and methodology. In: OAKLEY, John H.; COULSEN, William D. E.; PALAGIA, Olga (orgs.). *Athenian Potters and Painters*. The Conference Proceedings, Oxford: Oxbow Monographs in Archaeology, 1997, pp. 319-335.
- SABETAI, Viktoria. Paroles et musiques de mariage en Grèce antique: Sources écrites et images peintes. In: OLIVIER, Odile. *Silence et fureur: La femme et le mariage en Grèce*. Les antiquités grecques du Musée du Calvet. Avignon: Fondation du Muséum Calvet, 1996. pp. 434-448.
- SARIAN, H. Arqueologia clássica em museus brasileiros. In: BRANDÃO, Jacyntho Lins & PINTO, Neiva Ferreira. (org.). *Cultura Clássica em Debate: Estudos de Arqueologia, História, Filosofia, Literatura e Linguística greco-romana*. Anais do I Congresso Nacional de Estudos Clássicos. Belo Horizonte: UFMG/CNPq/SBEC, 1987. pp. 70-82.

- SARIAN, Haiganuch. Poieîn – gráphein: o estatuto social do artesão-artista de vasos áticos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia (USP)*. São Paulo, 3, 1993. pp. 69-84.
- SCHNAPP, Alain. Des vases, des images et de quelques uns des leurs usages sociaux. *Dialoghi di Archeologia*, 3, 3, 1, 1985. pp. 69-75. □
- SMITH, Cecil. Deme legends on attic Vases. *Journal of Hellenic Studies (JHS)*. 23, 1893. pp. 115-120.
- VENIT, Marjorie. The Caputi hydria and the working women in classical Athens. *Classical World (CW)*. 81, 1988. pp. 265-72.
- VOUTIRA, Alexandra. Observations on domestic music making in vase paintings of the fifth century b.C. *Imago Musicae*. 8, 1991. pp. 73-94.
- WILLIAMS, Dyfri. Woman on Athenian Vases: Problems of Interpretation. *Images of Woman in Antiquity*. Ed. A. Cameron e A. Kuhrt, Detroit, 1983. pp. 92-106.
- ZEVI, Elena. *Scene di gineceo e di idillio nei vasi greci della seconda metà del secolo quinto*. (Memorie della R. Accademia Nazionale dei Lincei, serie VI, volume VI, fascicolo IV), Roma: Tipografo della Accademia Nazionale dei Lincei. 16, 1938. pp. 341-69, pr. 1.

Recebido em: 22/02/2008

Aprovado em: 26/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Arqueologia dos espaços domésticos em Santo Ângelo Custódio: propostas teóricas

Jonathan Santos Caino<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** Utilizando conceitos de De Certeau (1994), Beaudry *et al.* (2007), Jones (2005) para discussões as teóricas, bem como pesquisas em contextos missioneiros desenvolvidas por Carle (1999) e Tocchetto (1998), além de outras referências bibliográficas pertinentes, procuramos propor o uso sistemas de pensamento úteis para a compreensão das ações desenvolvidas pelos Guarani que tiveram caráter tático, ou seja, de alguma forma, subverteram ou burlaram a estratégia jesuítica. Isso pode ser percebido através da criação de novos espaços de sociabilidade ao redor das habitações e também pela presença de determinados artefatos que são indicativos de práticas tradicionais ou de afirmação da etnicidade. As propostas teóricas são analisadas a partir de exemplos encontrados em escavações realizadas no município de Santo Ângelo, que ocupa hoje o local onde ficava a redução jesuítica de Santo Ângelo Custódio.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Missões jesuíticas, Santo Ângelo Custódio, Guarani.*

**ABSTRACT:** Using concepts from De Certeau (1994), Beaudry et al (2007), Jones (2005) for the theoretical discussions and research about the context of Missions developed by Carle (1999) and Tocchetto (1998) and other relevant references, we try to propose the use of systems of thought useful to understanding the actions developed by the Guarani which had tactical character, it means, which somehow had undermined or circumvent the jesuitical strategy. This can be realized through the creation of new spaces of sociability around the house and also by the presence of certain artifacts that are indicative of traditional practices or affirmation of ethnicity. The theoretical proposals are analyzed from examples found in excavations carried out in Santo Angelo, which now occupies the place where was the jesuitic mission of Santo Ângelo Custódio.

**KEY-WORDS:** *Jesuit Missions, Santo Ângelo Custódio, Guarani.*

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Brasil. Mestrando em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

## **Introdução**

Santo Ângelo Custódio foi um dos últimos povoados missioneiros dentre o sistema dos Trinta Povos Jesuítico-Guaranis e o último dos sete povos na margem oriental do Uruguai, no atual Rio Grande do Sul. Estabelecido em 1707 onde hoje está o município de Santo Ângelo, se originou do excesso populacional da redução de Concepción, fundada em 1609 em território argentino. Tendo papel importante no sistema reducional, teve seu declínio a partir da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, a Guerra Guaranítica e as subseqüentes disputas territoriais entre Portugal e Espanha, que foram levando aos poucos ao abandono do povoado e reocupação da área por estancieiros e imigrantes europeus no século XIX (FURLONG, 1962; NAGEL, 1994; PIPPI, 2007). Embora haja grande quantidade de pesquisa historiográfica sobre o assunto, pouco havia sido feito em termos de arqueologia. No ano de 2004, iniciaram pesquisas arqueológicas no centro do município, no local onde estavam estabelecidas algumas casas da redução. Estas pesquisas foram desenvolvidas pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade de Cruz Alta sob coordenação inicialmente dos professores Cláudio Carle e Clarissa Rahmeier e, posteriormente, apenas pelo primeiro.

### **Arqueologia em espaços domésticos em Santo Ângelo Custódio**

As intervenções arqueológicas realizadas no centro de Santo Ângelo se deram em terrenos em frente à praça, ou seja, na área onde estavam as primeiras linhas de casas. As áreas pesquisadas compreendem cinco terrenos, três deles vizinhos e os outros dois em áreas próximas. Como as intervenções foram realizadas em momentos e circunstâncias diferentes, não foi possível seguir a mesma metodologia em todos. Em dois deles foram realizadas sondagens de 1 m<sup>2</sup> cada, totalizando 13 m<sup>2</sup> escavados, em outros



dois foi realizada apenas coleta de superfície, totalizando uma área de mais de 1.500 m<sup>2</sup>, e no último terreno, foi realizado apenas um breve acompanhamento da abertura de trincheiras para estabelecimento de fundações de uma edificação. O trabalho de campo resultou em um acervo de mais de 17.000 peças arqueológicas, entre vasilhas cerâmicas, material construtivo, metal, vidro e louças dos séculos XVIII e XIX, além de material do século XX.

As intervenções aqui discutidas se desenvolveram em áreas relativamente grandes, mas não houve a identificação ou escavação de “uma casa”, ou uma localização precisa dos vestígios arqueológicos quanto ao fato de estarem dentro de uma casa, ou fora de uma casa. Os locais em questão estão no centro da cidade, em terrenos ocupados já há muitos anos. Em dois terrenos, inclusive, as pesquisas se deram em meio a obras de engenharia. Devido à grande perturbação do registro arqueológico e a não identificação de fundações, não houve possibilidade de relacionar precisamente os vestígios arqueológicos a estruturas arquitetônicas. A caracterização destas áreas enquanto espaços domésticos se deu devido ao conhecimento histórico do plano urbano missioneiro e sua posição na atual malha urbana municipal.

Dentre os vestígios arqueológicos recolhidos nas pesquisas de campo, apenas a cerâmica foi analisada. Nesta análise ficou evidente o predomínio da cerâmica produzida em roletes, técnica utilizada pela maioria dos grupos ceramistas americanos. Esta corresponde a 84% de toda a amostra, sendo os demais 16% referentes a fragmentos cerâmicos produzidos no torno de oleiro, tecnologia trazida da Europa. Uma grande quantidade de artefatos em metal também foi verificada. Muitos deles associados à construção das casas no período missioneiro, como cravos e dobradiças, mas a falta de um estudo específico dificulta inferências com relação a esse tipo de material, pois muitos dos objetos estão em processo avançado de oxidação, o que dificulta sua identificação e análise. Além destes, há em pequena quantidade a presença de

material lítico: uma pedra de arremesso de basalto e cinco pequenos raspadores lascados e, por fim, uma imensa quantidade de material construtivo, principalmente telhas cerâmicas, além de vestígios ósseos de restos alimentares.

Tendo apresentado brevemente a pesquisa desenvolvida neste sítio, o objetivo deste artigo é apresentar algumas propostas teóricas para a compreensão e estudo do espaço doméstico no povoado de Santo Ângelo Custódio, buscando referencial em teóricos sociais e em discussões teóricas específicas do campo da arqueologia, como a arqueologia da paisagem, por exemplo. Assim, reconhecemos os artefatos da cultura material como “encarnações tangíveis das relações sociais, incorporando atitudes e comportamentos do passado” (BEAUDRY *et al.*, 2007, p. 73), e procuramos identificar de que forma os artefatos, seus usos e significados, podem refletir relações e discursos sociais, assumindo assim, com Julian Thomas (2005, p. 14-15) “o caráter inerentemente social da cultura material”<sup>2</sup>. Embora seja um estudo com ênfase na teoria, as pesquisas de campo em Santo Ângelo são utilizadas como ilustração e demonstração das hipóteses.

### **Estratégia jesuítica, táticas indígenas e o espaço doméstico nas missões**

De forma simplificada e sintética, Gutierrez (1987, p. 8-10) caracteriza as reduções como núcleos urbanos onde os indígenas que viviam dispersos em áreas rurais eram reunidos para que aprendessem a doutrina católica, e, ao mesmo tempo, a colônia tivesse um controle populacional, econômico e tributário sobre estas populações. Ou, nas palavras de Meliá (1986, p. 171), foi “un proyecto político de integración del índio dentro del sistema colonial”. Todavia, além das implicações políticas e econômicas

---

<sup>2</sup> “the inherently social character of material culture”. (Todas as citações em inglês foram traduzidas pelo autor no corpo do texto e o original transcrito em nota de rodapé).

inerentes ao contexto do colonialismo, há um grande espectro de questões sociais e culturais, geradas por conflitos, disputas e negociações no campo da cultura e da religião entre os dois grupos: jesuítas europeus (ou criollos, em alguns casos) e índios Guarani.

Estamos analisando, portanto, um contexto onde levar em consideração a interação entre grupos de culturas distintas é essencial. Beaudry *et al* (2007, p. 84) defende, para os casos que apresentam processos de mudança cultural envolvendo classe, etnia ou gênero, o uso do conceito de “hegemonia cultural” de Antonio Gramsci. Os autores lembram que dentro desta perspectiva, os membros de cada grupo manifestam publicamente ideologias concorrentes, e as relações entre estes grupos consistem, portanto, na negociação das ideologias na arena cultural. Entretanto, a noção de ideologias em disputa presume uma paridade entre os grupos, ao menos na perspectiva de que todos estão em posição de por suas ideologias em disputa.

No contexto missioneiro, entretanto, este sistema de pensamento parece inadequado. Segundo Schalleberger (1997, p. 200) “A conversão do gentio pressupõe um estado original de pecado”. Isso significa que, desde o princípio, o pensamento colonial – no qual o sistema reducional se insere – parte do pressuposto de que o modo de vida indígena é inferior e deve ser combatido e suprimido, em detrimento da civilidade católica europeia. Não há igualdade de condições e, portanto, não há possibilidade de os Guarani manifestarem sua ideologia livremente, de modo a disputar espaço, pois há todo um sistema colonial que coíbe fortemente este processo. Se há uma cultura hegemônica, ela já está definida pelo poder econômico, bélico e religioso.

Assim, propomos aqui como ferramenta teórica útil para compreender o contexto arqueológico dos espaços domésticos missionários a perspectiva apresentada por Michel De Certeau. O arqueólogo Luis Cláudio Symanski define seu pensamento de forma sintética, lembrando que De Certeau faz uma caracterização da

sociedade que a divide em dois grupos, os produtores e os consumidores. “Os produtores são os sujeitos que detêm o poder, enquanto os consumidores são os elementos dominados” (SYMANSKI, 2007, p. 10). Embora estes termos sejam utilizados no decorrer do texto, é importante destacar que têm função basicamente analítica dos processos aqui levados em consideração. A sociedade missioneira foi, certamente, muito mais complexa.

É preciso compreender que aquilo que De Certeau caracteriza como consumo é também produção, mas funciona em termos de uma reapropriação dos consumidores que, com um referencial cultural diferente, reutilizam os produtos impostos de outra maneira, gerando práticas novas e diversas daquelas que os produtores tinham em mente. A produção da ordem dominante é previamente racionalizada, centralizada, barulhenta, se faz perceber constantemente a todos aqueles que estão a ela submetidos e se impõe enquanto norma geral. Todavia, a produção dos consumidores, o “consumo”, é dispersa, silenciosa, se dá nos momentos propícios, e “não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos” (DE CERTEAU, 1994, p. 39). Refere-se, portanto, à maneira como os índios se apropriam das normas e dos espaços criados pelo processo reducional. Isto posto, as práticas e ações desenvolvidas por produtores e consumidores são definidas por De Certeau respectivamente como estratégias e táticas.

*“Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações*

*com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios” (DE CERTEAU, 1994, p. 99).*

Podemos assim, caracterizar a estratégia jesuítica. Há inicialmente um campo maior de legitimação, que é o sistema colonial ibérico. Embora tenham sido consideradas por alguns como um Estado dentro do Estado, ao ponto de sua relativa independência da ordem colonial ter assustado as coroas ibéricas ao ponto de causar a expulsão dos jesuítas, “Las reducciones nunca dejarían de ser producto de la norma colonial, cuya práctica abusiva querían corregir” (MELIÁ, 1986, p. 172). Ainda segundo Bartomeu Meliá, a estratégia reducional tem caráter totalizante. Ela perturba a ecologia tradicional, modifica a morfologia social, alterando inclusive o sistema de parentesco, dispõe do espaço urbano de modo a atingir objetivos bem definidos e como meta principal ataca, ridiculariza, suprime e procura substituir a religião guarani (MELIÁ, 1986, p. 178).

Um dos principais aspectos da estratégia missioneira é sem dúvida a manipulação dos espaços. Deter-me-ei agora neste fator, cuja compreensão é essencial para a interpretação do contexto histórico e também do contexto arqueológico dos povoados missioneiros. Considerando que “uma mudança na relação entre humanos e ambiente provoca uma mudança similar na formação

social da mente”<sup>3</sup>(BOADO, 1997, p. 7) e conseqüentemente nas práticas sociais e culturais, torna-se evidente que o plano urbano missioneiro foi deveras importante no processo colonial e reducional para gerar um espaço e práticas diversas da sociedade Guarani pré-colonial. Bartomeu Meliá (1986, p. 105) expressa o mesmo quando afirma que “sin **tekoha** no hay **teko**”. Isso significa que sem o espaço tradicional da aldeia, onde a cultura Guarani se produziu e reproduziu por séculos, não há possibilidade de manter o **ñande reko**, o modo de ser (MELIÁ, 1986, p. 100).

Baseando-se também em Michel De Certeau, Symanski (2007, p. 10) discute o conceito de *lugar*. Segundo ele, o lugar é o *locus* onde os produtores desenvolvem suas estratégias a fim de controlar os consumidores. Apresenta “uma configuração instantânea de posições, na qual cada elemento está situado em uma locação própria e específica” que “implica em uma indicação de estabilidade” (SYMANSKI, 2007, p. 10). Embora o autor utilize o conceito para interpretar um contexto completamente diferente, ele é perfeitamente aplicável ao planejamento urbano das missões.

Vale notar, entretanto, que a planificação do espaço nas reduções jesuíticas é resultado não de um modelo pronto, mas de um “largo proceso de ensayo-error-corrección, que passa por diversas fases hasta definirse aquello que puede ser un modelo apto para su utilización en escala generalizable” (GUTIERREZ, 1999, p. 365). Embora o rei de Espanha Felipe II tivesse definido um traçado urbanístico em suas “Ordenanzas de Población” de 1573 (GUTIERREZ, 1987, p. 24), as características específicas de cada terreno e as idiosincrasias das populações indígenas foram gerando novas formas de utilizar e organizar o espaço. Assim, se há um padrão de assentamento no sistema dos Trinta Povos da Província Jesuítica do Paraguai, ele “no fue fruto de una imposición inicial

---

<sup>3</sup> “a change in the relationship between humans and environment provokes a similar change in the social shaping of mind”

sino de la consolidación y transferencia de experiencias” (GUTIERREZ, 1999, p. 371).

A praça ficava invariavelmente no centro da redução. No caso específico de Santo Ângelo Custódio, em frente à sua face norte estava a igreja ao centro, à sua direita o colégio e as oficinas, e à sua esquerda o cemitério<sup>4</sup>. No lado oposto, de frente à face sul da praça havia o cabildo, onde se dava a administração laica do povoado, sob responsabilidade de caciques escolhidos na redução (KERN, 1982, p. 41). Ao lado e atrás do cabildo, bem como nas faces leste e oeste da praça, estavam as casas habitadas pela população indígena, cujas especificidades serão discutidas adiante.

Embora este estudo não tenha a pretensão de estudar profundamente a paisagem arqueológica de Santo Ângelo, a discussão de Felipe Boado ajuda a compreender melhor de que forma a paisagem construída do povoado missioneiro interferiu nos aspectos sociais e culturais dos Guarani. Este arqueólogo defende “el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia” (BOADO, 1999, p. 6), assumindo assim o papel ativo do espaço nas atividades sociais e mesmo na formação e negociação de identidades. Isto é importante, pois é evidente o caráter deliberado da planificação jesuítica, com vistas a tornar ainda mais eficaz o processo de evangelização e integração do índio ao sistema colonial.

*“La implantación de un poblado implicaba un nuevo orden sobre el orden natural,*

---

<sup>4</sup> Conforme plano da redução de San Angel em Furlong (1962, p. 200). Corroborando a hipótese de que o modelo era, em certa medida, flexível, vale destacar que este complexo oficinas-colégio-igreja-cemitério podia estar em orientação inversa, com o cemitério à direita. Exemplo disso é o núcleo urbano de São Miguel. Outra especificidade do plano urbano de Santo Ângelo é a orientação da igreja, voltada para o sul, ao contrário dos demais povoados da margem esquerda do Uruguai (PIPPI, 2007, p. 60).

*una jerarquización de áreas dentro del mismo poblado y una presencia escénica del paisaje. A la vez los jesuitas introducían su propia ideología del reino teocrático, de la “Ciudad de Dios” y la vinculaban a las utopías de la comunidad justa en una sociedad plenamente Cristiana” (GUTIERREZ, 1999, p. 369).*

Rapoport (1994, p. 496) considera os ambientes construídos não como meros contêineres de cultura e reconhece que as pessoas os utilizam ativamente no contexto de processos culturais. Isso dá sentido à afirmação de Ramon Gutierrez (1999, p. 372) quando este coloca “el imaginario barroco del poblado como un Gran Teatro del Mundo” onde o núcleo principal templo-colégio-cemitério funciona como pano de fundo de um encenação que transforma a praça não apenas no centro geográfico do povoado, mas também o centro onde a doutrina cristã e a ideologia colonial são legitimados e reforçados<sup>5</sup>. Na praça se realizavam diversas atividades religiosas, civis e militares. Nela eram recebidas as autoridades coloniais, eram realizadas festas e procissões religiosas, representações teatrais, jogos e treinamentos de guerra (NAGEL, 1994, p. 74).

Compreender o papel central da praça e da igreja enquanto teatro de legitimação da ordem missional e colonial é necessário para que se entenda a dinâmica do povoado. É neste núcleo central onde o catolicismo é constantemente vivido e a estratégia reforçada. Mas se a praça é o núcleo irradiador da estratégia

---

<sup>5</sup> O processo de legitimação de uma ordem a partir de um grande teatro é aqui compreendido baseado naquilo que Max Weber chama de Dominação carismática. Segundo ele, essa dominação se dá “em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente, a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória; o sempre novo, o extra-cotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam, constituem aqui a fonte da devoção pessoal. Seus tipos mais puros são a dominação do profeta, do herói guerreiro e do grande demagogo. A associação dominante é de caráter comunitário, na comunidade e no obséquio – ‘séquito’. O tipo que manda é o líder. O tipo que obedece é o ‘apóstolo’” (WEBER, 1995, p. 354).



religiosa e ideológica de uma redução, é em outro lugar onde poderemos compreender em que medida essas práticas e discursos eram recebidos pelos índios. Este espaço é a casa. É neste espaço doméstico, do convívio familiar, de domínio essencialmente feminino, que tentaremos aqui avaliar de que forma os Guarani de Santo Ângelo responderam a todo este processo e como isso se manifesta na cultura material.

Embora ainda haja quem identifique as reduções jesuíticas com um processo harmonioso, onde Guaranis e jesuítas viveram na mais perfeita paz, na verdade o projeto jesuítico se desenvolveu de forma bastante conflituosa. Duas visões de mundo completamente diferente em contato geraram um processo dialético intenso, onde ambos os grupos tiveram que adaptar-se a uma realidade nova e sem precedentes. Cada local era geograficamente único e cada grupo indígena, mesmo etnicamente semelhante, tinha suas idiosincrasias. O processo de estabelecimento das primeiras reduções no século XVI foi dificultado pelas rebeliões indígenas levadas a cabo principalmente pelos “feiticeiros”. Há diversas dessas situações descritas nos relatos do jesuíta Antônio Ruiz de Montoya (1997).

*“Hacer misión era politizar, o sea cambiar las estructuras sociales y sobre todo las pautas culturales. El segundo Concilio de Lima, en 1567, suponía, con su etnocentrismo cultural y religioso, que las costumbres salvajes y bárbaras no se compaginan con la fe cristiana y por ello hay que enseñar a los indios a vivir “políticamente” (Mateos 1950: 578). Claro que aquí la vida política significa principalmente vivir en “ciudad”, pero de todos modos un proyecto socio-político,*

*que tenía que cambiar profundamente el modo de ser, la “naturaleza” de los indios” (MELIÁ, 1986, p. 118).*

Certamente muitos dos índios contatados no início do processo percebiam que seu modo de vida era visto com desprezo. Desde o início, os jesuítas trabalharam para levar a “verdadeira” religião e a civilização aos selvagens Guarani, cuja cultura era colocada em oposição à Europa católica. “O índio era visto como homem, mas não como humanizado” (SCHALLEMBERGER, 1997, p. 200) e as lideranças Guarani certamente percebiam o quanto a redução cercearia sua liberdade cultural e religiosa. É certo, entretanto, que o contexto colonial mais amplo gerou uma série de situações que acabou tornando as reduções “dos males, o menor”. Afinal, os povoados missionários serviram como abrigo e proteção contra os trabalhos extenuantes da mita e da encomienda no lado espanhol e proporcionou maior proteção contra os ataques de bandeirantes do lado português. É certo que este não foi o único motivo que levou ao sucesso da empreitada jesuítica, de qualquer modo, é provável que tenha tido participação neste sucesso.

Todavia, é preciso destacar o fato de que apesar de os indígenas terem se submetido e incorporado ao sistema reducional, não o fizeram abdicando totalmente de sua cultura, de suas idiosincrasias e visões de mundo. Se havia uma forte repressão contra as práticas religiosas tradicionais e uma normatização diferenciada no uso dos espaços com vistas a manter os índios sob controle, estes adaptaram-se ao sistema. Algumas práticas e pensamentos que eram inegociáveis, inaceitáveis, na perspectiva católica dos padres, continuaram ocorrendo longe da vigilância dos curas. É o tipo de ação que De Certeau (1994, p. 100-101) caracteriza como tática.

*“Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio.*

*Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo”, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia”.*

As ações de caráter tático, portanto, desafiam o sistema dominante. Isso pode ser identificado de várias maneiras no espaço

doméstico missioneiro. O índio que utiliza um cachimbo tradicional dentro do povoado missioneiro atua em caráter tático, pois sua prática retoma significados culturais tradicionais que são combatidos pelos padres. No caso missioneiro, um importante exemplo que pode ser classificado como tático além do já citado uso do cachimbo, advém do uso do espaço doméstico. Segundo Symanski, quando os consumidores utilizam o lugar, ele torna-se espaço. Assim, o “espaço é um lugar praticado, o qual existe em termos de vetores de direção, velocidades e variáveis temporais” (2007, p. 10).

O modo de vida pré-colonial era inaceitável para os padres, e um dos principais problemas, em sua perspectiva, eram as grandes casas que chegavam a abrigar centenas de índios de uma mesma família extensa. Segundo Pierre Clastres (1988, p. 62), teria havido casas com mais de quinhentos habitantes, todos ligados por laços de parentesco a um mesmo chefe de família, cujo poder advinha de seu prestígio enquanto guerreiro.

Neste espaço podia haver dezenas de famílias nucleares, cada uma com um espaço definido dentro da casa, mas com livre circulação por todo o interior. Quando estes índios vão viver nos povoados missioneiros, há uma alteração expressiva neste espaço. Está claro que os jesuitas também fizeram concessões na organização espacial dos povoados. A primeira instrução dada pelo Padre Provincial para as missões do Guairá no ano de 1609 determinava “una cuadra cada cuatro indios, un solar a cada uno” (LEVINTON, 1997, p. 502), ou seja, uma casa para cada família, quatro famílias por quadra. As casas deveriam ser, portanto, independentes umas das outras. Entretanto, o padrão em todos os povoados posteriores veio a ser a implantação de grandes casas contíguas, divididas em células independentes aonde cada família nuclear deveria viver.

Arnaldo Bruxel faz afirmações sobre o porquê de construir as casas desta forma.

*“Primeiramente lembramos o apego do índio à vida em comunidade, não só dos membros da família, mas ainda de parentes e conhecidos. Além disso havia evidente economia de terreno, material de construção e mão-de-obra. Oito aposentos justapostos, dispensam sete paredes laterais, e, no caso de fileira dupla, também uma parede longitudinal, com uns 40 ou 50 metros de comprimento. Os índios aceitaram blocos de casas com paredes divisórias, mas não teriam aceito, ao menos não nos inícios, casas isoladas, distantes umas das outras. Seria inútil e antipedagógico querer romper com uma tradição secular muito cara ao coração do índio” (BRUXEL, 1987, p. 40).*

De acordo com o autor, portanto, são dois os principais motivos para a construção de blocos de casas: a manutenção da vida em comunidade dos indígenas e a economia de material. Não foi possível aos padres impor aos índios o sistema de casas independentes, tal qual o planejamento urbano hispânico em voga na América colonial, porém estes também não permitiram a manutenção da casa tradicional Guarani. A casa ainda era uma grande edificação que abrigava várias famílias nucleares, porém construída agora com paredes divisórias internas que impediam que estas famílias circulassem pelo interior da casa.

O acréscimo de uma parede divisória além de impedir a mobilidade no interior da casa e acabar com a família extensa, ainda “obrigava a novas construções, no caso de um aumento populacional, pois não era possível descaracterizar o traçado urbano, aumentando casas e avançando sobre a rua” (BARCELOS,

2000, p. 210). Ainda assim este sistema era vantajoso para o propósito dos padres, por manter cada família em seu espaço e assim manter a moral cristã no espaço do povoado. Assim se materializava a estratégia missioneira no cotidiano doméstico dos índios.

Os pesquisadores que analisaram as casas missionárias concordam em afirmar que não havia nenhum tipo de subdivisão permanente no espaço de cada família nuclear. Bruxel (1987, p. 40) afirma que havia apenas “tabiques de taquara ou esteiras de junco, só colocados à noite para obter alguma separação”. A descrição de uma casa, feita pelo padre Sepp, confirma a existência de um espaço único, sem divisão em cômodos.

*“E dentro da casa – onde está a saleta? Onde o dormitório, a cozinha, adega, dispensa, e onde o pão na dispensa, e onde o vinho e a cerveja na adega, e onde as panelas e as bacias de estanho na cozinha, e onde a cama no dormitório? Tudo isto os índios têm reunido numa só peça. Não há passagem alguma do quarto de dormir para a saleta; sua adega é um porongo oco, com que buscam água no rio e do qual também bebem. Quem pode dependurar sua cama, qual longa rêde de pescar trançada de fibras de palmeira, entre duas árvores, é rico e passa por pobre. Quem não tiver semelhante fortuna, sobre uma pele de tigre ou um couro de vaca no chão raso; em vez de travesseiro ou almofada usam um bloco duro ou uma pedra” (SEPP, 1972, p. 69).*

Na leitura deste trecho fica clara a tentativa que o padre Sepp faz em comparar as casas dos índios com as casas européias. Nesta descrição ele deixa clara a inexistência de paredes que normatizem o espaço tal qual faziam os europeus. Além disso, faz referência também à simplicidade dos móveis e objetos utilizados dentro da casa. Há, entretanto, uma explicação bastante clara para esta simplicidade no interior da casa dos índios. Não era esta a principal área de atividades no dia-a-dia da família Guarani.

Nas casas construídas nos povoados missioneiros, os alpendres passam a ter papel importante. Este era na verdade um prolongamento do telhado, que criava uma espécie de corredor coberto com cerca de 2 m de largura que cercava todas as casas. Outra característica destas casas era o fato de cada uma delas ser cercada de ruas pelos quatro lados. Assim, a rua e o alpendre são as áreas de circulação ao redor da casa. Desse modo, apropriando-se de uma nova forma daquele espaço criado pela estratégia jesuítica, os Guarani, sem poder suprimir as paredes, produziram uma forma alternativa. “A rua ou o alpendrado, na Missão, passa a representar o novo espaço para a difusão da tradição, visto que a casa foi limitada ao espaço de repouso” (CARLE, 1999, p. 114-115).

Cláudio Carle afirma que

*“Os jesuítas objetivaram a divisão da casa para impedir a continuidade da tradição e imposição do modo de vida “civilizado”, europeu. Mas com certeza, também, para manter a união na Missão mantendo laços de identidade do grupo, a tradição deveria – em parte – prosseguir, liberando involuntariamente o espaço da rua para a sua perpetuação. Espaço este que permitia a rápida censura se necessário” (CARLE, 1999, p. 116).*

Dessa forma, o autor coloca a utilização do espaço da rua e do alpendre como forma de escapar das limitações internas da casa. Cada família nuclear tinha seu espaço próprio, mas agora a área de circulação, de encontro e convivência se transferiu para o lado externo da casa, no alpendre. Artur Barcelos (2000, p. 230) lembra que “As varandas que circundavam estas casas eram centros essenciais da vida dos guaranis. Ali concentravam-se atividades básicas de estar, circular e comer.”

Embora tenha embasado sua análise no pensamento de Roberto Da Matta, Carle apresenta uma situação caracteristicamente tática. Uma ordem dominante que impôs limites físicos específicos dentro da casa, e a resignificação do uso deste espaço pelos indígenas que, impossibilitados de manter a estrutura tradicional pré-colonial, desenvolveram uma nova maneira de aproveitar os espaços exteriores à casa para se relacionar, mantendo assim aceso o espírito comunitário atribuído aos índios.

É possível reconhecer práticas de caráter tático não apenas na resignificação dos ambientes construídos. Symanski argumenta que a negligência com os artefatos portáteis gera um quadro incompleto dos processos sociais e culturais. Segundo ele

*“A razão para isso acontecer é que as estruturas pertencem ao domínio da estratégia, tendo como meta organizar o uso do espaço e assim definir a série de práticas apropriadas que podem ser nele realizadas. Porém, [...] os consumidores nem sempre são sujeitos passivos, antes, através de suas práticas, eles podem dar diferentes usos a esses espaços e mesmo, em algumas ocasiões, subverter os propósitos originais e conseqüentes*



*significados associados aos mesmos. Artefatos portáteis são itens empregados na execução dessas práticas, tendo, portanto, um caráter mais dinâmico do que as estruturas” (SYMANSKI, 2007, p. 11).*

Sendo assim, a análise dos artefatos portáteis pode colaborar para formar uma visão mais completa sobre como os Guarani missioneiros atuaram de forma a burlar as estratégias jesuíticas no espaço doméstico, seja a partir da análise espacial dos objetos, seja a partir da caracterização de objetos específicos que, segundo a ordem dominante, não deveriam estar lá. Afinal, se a estratégia jesuítica procura suprimir de diversas formas uma série de práticas culturais dos Guarani, a presença em sítio de cultura material relacionada a estas práticas é mais um indicativo de ações de caráter tático desenvolvidas no espaço da casa.

Exemplo já citado disso é o uso de cachimbos cerâmicos nos povoados missioneiros. Apenas um pequeno fragmento de cachimbo foi encontrado durante a escavação em Santo Ângelo, mas apesar de único, é extremamente significativo. Conforme Fernanda Tocchetto (1998, p. 160), a presença de cachimbos nas áreas de habitação é significativa em vista de sua importância na vida cotidiana e em alguns rituais entre os Guarani pré-coloniais. Segundo a arqueóloga, embora não houvesse espaço para a prática dos rituais que envolviam o cachimbo, o uso deste foi provavelmente permeado de significados. Embora os rituais associados ao cachimbo provavelmente não ocorressem em Santo Ângelo Custódio, o uso do cachimbo trazia implícita a recordação e os significados intrínsecos aos rituais.

Como já dito anteriormente, apenas os fragmentos cerâmicos foram analisados até o momento. Fernanda Tocchetto (1998, p. 162) atribui a manutenção dos modos de fazer e usar as

vasilhas cerâmicas como um ato de afirmação étnica dos Guarani frente ao sistema colonial. Considerando o conceito de identidade discutido pela arqueóloga Siân Jones (2005, p. 33) quando ela defende que a identidade étnica de determinado grupo não é mero reflexo passivo de uma cultura ou língua específica, mas se forma a partir de uma construção subjetiva baseada na cultura compartilhada e/ou na descendência comum, podemos tentar compreender de que maneira a etnicidade Guarani pode ser identificada nos vestígios cerâmicos.

Corroborando a hipótese de Tocchetto, podemos mencionar o pensamento do antropólogo Pierre Lemonnier, comentado por Neumann (2008, p. 55-56). Segundo ela, o antropólogo considera que cada escolha técnica feita durante a concepção de um determinado artefato pode ser índice de identidade social, já que o processo de aprendizado é dado socialmente, de uma geração para a seguinte. Assim, a continuidade do uso de técnicas produtivas e decorativas tradicionais na cerâmica do contexto missionário pode ser realmente identificada com uma forma de afirmação de etnicidade. Um estudo tecnológico da cerâmica missionária poderia proporcionar maior segurança a estas afirmações.

E se “a construção ativa de identidades está embutida na negociação dos interesses econômicos e políticos ou o que pode ser amplamente denominado relações de poder” (JONES, 2005, p. 33), a afirmação étnica verificada na produção cerâmica pode também ser considerada uma prática de caráter tático, tendo em vista que, estando em um sistema que ameaça sua identidade (MELIÁ, 1986, p. 177), as ceramistas Guarani continuaram ensinando suas filhas e reproduzindo a cerâmica com caracteres estilísticos familiares ao seu grupo. Além disso, afirmar uma identidade étnica é, obrigatoriamente, negar as demais.

A cerâmica da área de habitações indígenas de Santo Ângelo é predominantemente produzida em roletes e, apesar de o tamanho das vasilhas ser menor, o que reflete a ruptura das famílias

extensas, as decorações características dos Guarani foram identificadas em 27% dos fragmentos em roletes, excluindo-se neste cálculo as cerâmicas alisadas, que correspondem a mais de 50%. Como já mencionado anteriormente, um estudo aprofundado da cadeia operatória utilizada na produção das vasilhas cerâmicas do contexto missioneiro, associado à comparação com estudos tecnológicos da cerâmica Guarani pré-colonial, daria maior profundidade às discussões que associam as tecnologias cerâmicas à uma afirmação étnica, embora a simples identificação de padrões decorativos característicos pareça ser suficiente para embasar esta hipótese.

### **Considerações finais**

Os conceitos propostos aqui, principalmente aqueles de Michel De Certeau, parecem adequados para a compreensão dos aspectos levantados. A ordem colonial realmente nega valor à identidade indígena e procura impor a religião católica, enquanto os Guarani, levados pelas circunstâncias à incorporar-se às reduções jesuíticas, ao mesmo tempo em que vivem pelas orientações dos padres, utilizam subterfúgios variados em vista de realizar atividades que lhes são caras, como o uso do cachimbo, criam novas formas de sociabilidade em um espaço que não é mais o da aldeia, e mantém laços com sua identidade tradicional em práticas como a produção cerâmica. Tais práticas de caráter tático são comuns em contextos de contato étnico onde um grupo é submetido a outro, o que foi, sem dúvida, a situação nas missões, e não há dúvida de que o contexto doméstico parece ser o melhor local para encontrarmos tais práticas dentro do povoado. Embora a discussão aqui apresentada tenha sido essencialmente no campo da teoria, com apenas alguns exemplos retirados da pesquisa realizada em Santo Ângelo, ela aponta possibilidades interpretativas interessantes para a compreensão do contexto missioneiro.

## Bibliografia

- BARCELOS, A. H. F. *Espaço e Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BEAUDRY, M. C., COOK, L. J. e MROZOWSKI, S. A. Artefatos e Vozes Ativas: Cultura Material como Discurso Social. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Laboratório de Arqueologia – Fafich/UFMG. Belo Horizonte: Argvmentvm. 1 (2), Jul-Dez., 2007. pp. 72-113.
- BOADO, F. C. Introduction. Combining the different dimensions of cultural space: Is a total archaeology of landscape possible? In: BOADO, F. C. & PARCERO, C. (Ed.). *Trabajos en Arqueología del Paisaje – TAPA 2. Landscape, Archaeology, Heritage*. Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1997.
- BOADO, F. C. Del terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología del Paisaje. *Criterios y Convenciones em Arqueología del Paisaje – CAPA*. Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela. 6, 1999.
- BRUXEL, A. *Os Trinta Povos Guarani*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1987.
- CARLE, Cláudio Baptista. Espaços de sociabilidade físico e simbólico de resistência no interior dos povoados missioneiros. In: KERN, Arno Alvarez (Org.) *O Povoamento do Rio da Prata. Anais do III Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. (CD-ROM). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- CLASTRES, P. *A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- FURLONG, G. *Misiones y sus pueblos de Guaraníes*. Buenos Aires: Inprenta Balmes, 1962.
- GUTIERREZ, R. *As Missões Jesuíticas dos Guaranis*. Rio de Janeiro: Unesco, 1987.
- GUTIERREZ, R. Urbanismo de las misiones jesuíticas del Paraguay, Moros y Chiquitos. In: GADELHA, R. A. F. (Ed.). *Missões Guaraní: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1999.
- JONES, S. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, P. P.; ORSER JR, C. E. & SCHIAVETTO, S. N. (Orgs.). *Identidades, discurso e poder: Estudos de arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- KERN, A. A. *Missões: Uma Utopia Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- LEVINTON, N. R. ¿Presencia indígena en la arquitectura de las misiones jesuíticas? De la manzana cuadrada a la vivienda-manzana. *Anais do XI Simpósio de Estudos Missionários. Missões: a questão indígena*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa: Centro de Estudos Missionários/Ed. UNIJUÍ, 1997.
- MELIÁ, B. *El Guaraní Conquistado y Reducido: Ensayos de Etnohistória*. Asunción: CEADUC, 1986.
- MONTOYA, A. R. *Conquista Espiritual Feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
- NAGEL, L. M. *A História de San Angel Custódio – Redução de fronteira – no contexto dos Trinta Povos Guaraní-Jesuíticos da região platina*. Porto Alegre: PUCRS. (Dissertação de Mestrado), 1994.
- NEUMANN, M. A. *Ñande Rekó: Diferentes jeitos de ser Guaraní*. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de Mestrado), 2008.

- PIPPI, G. M., Redução de Santo Ângelo Custódio. In: PIPPI, G. M.; MÜLLER, N. (Orgs). *300 anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio*. Santo Ângelo: EDIURI, 2007.
- RAPOPORT, A. Organization and the Buildt Environment. In: INGOLD, T. (Ed.). *Companion Encyclopedia of Anthropology: Humanity, Cultural and Social Life*. London: Routledge, 1994.
- SCHALLEMBERGER, E. Missionarização e indigenidade. *Anais do XI Simpósio de Estudos Missionários. Missões: a questão indígena*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa: Centro de Estudos Missionários/Ed. UNIJUÍ, 1997.
- SEPP, A. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.
- SYMANSKI, L. C. P. O Domínio da Tática: Práticas Religiosas de Origem Africana nos Engenhos da Chapada dos Guimarães. *Vestígios*. 1, (2), 2007. pp. 9-36.
- TOCCHETTO, F. B. A cerâmica do Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. In: KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia Histórica Missioneira*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- THOMAS, J. Materiality and the Social. In: FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. & STOVEL, E. *Global Archaeological Theory: Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2005.
- WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais. Parte 2*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

Recebido em: 21/02/2008

Aprovado em: 22/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Das Brenhas ao Asfalto - Investigação da Fricção Interétnica das Comunidades Indígenas Transitórias na Cidade de Cruz Alta

Cláudio Baptista Carle<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** A investigação sobre a criação da Casa de Passagem do índio Kaingang em Cruz Alta.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Kaingang, Índios, Casa de Passagem*

---

**ABSTRACT:** The inquiry on the creation of the House of Ticket of the Kaingang indian in High Cross.

**KEY-WORDS:** *Kaingang, Indians, House of Ticket*

---

## Introdução

O título deste trabalho é baseado no título da tese do Prof. Dr. José Octávio Catafesto de Souza ao qual devo o meu conhecimento sobre as sociedades indígenas e seu estudo. A proposta também é realizar uma homenagem a este pesquisador que não vem sendo bem valorizado em sua instituição de origem e o que demonstra uma falta de sensibilidade com a questão indígena naquela. A UFPel nova na sua constituição enquanto antropologia tem buscado valorizar mais esta produção e pesquisa e em poucos anos será referência nacional. Este estudo porém está relacionado a um tempo de pesquisa anterior e que mantém-se hoje dentro da UFPel. É uma pesquisa sobre a criação da Casa de Passagem do Índio em Cruz Alta, cujo principal beneficiado é o Kaingang.

O estudo ora apresentado *Das Brenhas ao Asfalto - Investigação da Fricção Interétnica das Comunidades Indígenas Transitórias na Cidade de Cruz Alta*, foi uma prévia do conhecimento até o momento já obtido dos Kaingang que transitoriamente saem de suas aldeias (reservas) localizadas em áreas muitas vezes

---

<sup>1</sup>Prof. do Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil.

distantes de ocupação de euro-descendentes (as brenhas) e se deslocam para região da cidade de Cruz Alta (asfalto) para desenvolver uma dinâmica social diferente que em suas áreas de origem. Foi uma pesquisa-ação que conjugou antropologia e Serviço Social e revelou seus problemas na ação. A equipe da Universidade de Cruz Alta<sup>2</sup> foi liderada pelo autor e pela colega do Serviço Social, Ciberen Ouriques.

A resistência cultural e física desta sociedade enquanto patrimônio vivo e étnico da nossa sociedade é assegurada pela constituição e fica ao encargo dos Estados e Municípios apoiar neste exercício. Preocupados com esta possibilidade a sociedade cruzaltense através de seus órgãos de administração pública, em destaque a Secretaria e Desenvolvimento Social, na figura de sua Secretária Natália Steinbrener, e a Câmara dos Vereadores, na figura do parlamentar Alex Sandro Della Méa, desenvolveram, na integração com outras secretarias e departamentos municipais, uma ação no sentido de implementar um modelo de ordenação da vida destes viajantes dentro do espaço da Cidade de Cruz Alta. Pretenderam criar uma Casa de Passagem e uma banca de vendas para este grupo considerou importante implementar uma política pública para indígenas em Cruz Alta. Desta proposta original resultou a criação de uma comissão no setor de habitação da prefeitura que procurou um espaço para construir a casa de passagem.

O momento histórico que tal ação representa resulta de levantamentos etnográficos e histórico-culturais efetuados na etnia indígena Kaingang, principalmente na figura do Professor Doutor José Otávio Catafesto de Souza, cuja vasta obra pericial nos foi emprestada pelo mesmo possibilitando o aprofundamento desta questão para esta cidade.

---

<sup>2</sup> Este texto se refere ao período 2005-2008 em que ainda estava na UNICRUZ o projeto.



## **A questão Kaingang**

O Kaingang, grupo étnico de fala Jê, é uma população indígena, dentre as mais numerosas do sul do Brasil. Este grupo étnico está em relevante momento de sua histórica, pois estão reivindicando a posse de terras e o direito sobre os seus territórios, revalorizando elementos tradicionais de sua cultura. Há muito tempo vem sendo inserido no contexto da sociedade regional, fruto de eliminações físicas e étnicas, hoje reivindicam legitimamente sua manutenção como grupo étnico proteção legal do Estado. Há que se procurar entender como se desenvolve a resistência. Apresenta com certeza uma articulação com os mecanismos que sempre tentaram diluí-la na sociedade nacional, engendrando caminhos no sentido de lutar contra a expropriação da sua terra. Hoje esta sociedade, como dantes, migra entre as remodelações dos não-índios na perspectiva de manutenção do seu modelo de vida e na interlocução com a sociedade que se pretende envolvente. Sua perspectiva migratória já demonstrada pela arqueologia hoje se refaz, pelos sistemas viários disponibilizados pelos não-índios, e seus pontos de parada e comercialização<sup>3</sup> são estabelecidos pelas possibilidades afirmadas pela sociedade regional. Permanecem próximas as rodovias e aos trevos das estradas no sentido de perpetuar sua cultura, nos aspectos nômades, e revitalizara sua existência com a confecção e venda de artesanato.

O Rio Grande do Sul, principalmente nos municípios de Passo Fundo, Erechim e Lagoa Vermelha, o antropólogo supracitado desenvolveu pesquisas com o intuito de fundamentar laudos periciais de afirmação das terras indígenas, possibilitaram

---

<sup>3</sup> Hoje praticada para manter-se viva, no que antes era uma forma de relação entre os grupos, na perspectiva da aliança ou nos tratados de não agressão, durante as viagens empreendidas.

identificar, em pesquisa de campo, dados para a Regularização das Terras Indígenas de Monte Caseros e Ventarra<sup>4</sup>.

O índio Kaingang está inserido naquilo que Souza (1994e) ao tratar dos *índios como um problema social no Brasil contemporâneo* considera necessário aprofundar a problemática conceitual sobre "questão indígena" e envolvendo teoria e ações empíricas diversas. Busca-se dar conta de dados advindos da realidade social sulbrasileira, enfatizando as relações observadas empiricamente entre os descendentes indígenas e os demais cidadãos brasileiros que com eles convivem direta ou indiretamente. O "índio" sempre foi colocado em uma posição de divergência com a sociedade e sua impressão determina um pensamento preconceituoso. O índio já apresenta reconhecimento social dentro de nossa sociedade sendo que em muitos casos ainda é tratado como um incapaz.

É importante destacar o que trata o Estatuto do Índio publicado em 1973 no Diário Oficial da União (DOU) no governo de Emílio G. Médici que busca regular a situação jurídica dos índios, que interessadamente são chamados também neste de "silvícola" e de suas comunidades para a preservação da cultura. O que é antagônico, pois pretende "integrá-los, progressiva e harmonicamente". Este pressuposto deve ser indicado, é um dos mais intrigantes dentro deste estatuto, pois com isso a proteção de seu processo de preservação cultural. Segundo este estatuto os índios são entendidos obtendo a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas.

Os índios, por este estatuto, são considerados: Isolados - quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes através de contatos eventuais com elementos da comunhão nacional; Em vias de integração - quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos,

---

<sup>4</sup> conforme estabelecem o Decreto-lei número 22/91, o processo administrativo específico da Fundação Nacional do Índio e a Portaria número 352/PRES/95/FUNAI.

conservem menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional; Integrados - quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições característicos da sua cultura.

No seu artigo sexto está destacado que serão respeitados os usos, tradições costumes das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade nos atos ou negócios realizados entre índios, salvo se optarem pela aplicação do direito comum. É muito importante salientar o que o artigo sétimo destaca: *Os índios e as comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional ficam sujeitos ao regime tutelar estabelecido nesta Lei.*

Esta tutela estabelecida é aplicável no que couber no direito comum, independentemente, todavia, o exercício da tutela da especialização de bens imóveis em hipoteca legal, bem como da prestação de caução real ou fidejussória, sendo conduzida pela FUNAI. Relacionada a questão da Tutela é importante destacar a questão das terras indígenas que são aquelas ocupadas ou habitadas pelos índios, as reservadas, as terras de domínio das comunidades indígenas. Estas não podem ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena. As terras ocupadas pelos índios, nos termos deste artigo, são bens inalienáveis da União. A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas distintas à posse e ocupação pelos índios, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais indígenas, podendo organizar-se sob uma das seguintes modalidades: reserva indígena; parque indígena; Colônia agrícola indígena; território federal indígena.

É importante também considerar que estas comunidades apresentam uma base muito forte na lei sobre a questão da Educação, Cultura e Saúde. Sendo assegurado a estes o respeito ao seu patrimônio cultural, seus valores artísticos e meios de exploração. O ensino deve ser adaptado para eles, sendo sua alfabetização garantida em sua própria língua. *A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.* O artesanato e as indústrias rurais serão estimulados, no sentido de elevar o padrão de vida do índio com a conveniente adaptação às condições técnicas indígenas. É assegurada também a proteção à saúde e na infância, na maternidade, na doença e na velhice, deve ser assegurada ao silvícola especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse destinados. O regime geral da previdência social é extensivo aos índios, atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas.

Verificando estas questões asseguradas pelo estatuto do índio e muitas outras, aqui não arroladas, nos faz pensar que esta atividade proposta pela Prefeitura Municipal de Cruz Alta através de sua Secretaria de Desenvolvimento Social busca compensar estes processos.

Conforme nos coloca José Octávio (1994a) a política oficial de integração nacional das populações indígenas entendida como intenção assumida pelos diversos agentes individuais, foi aprimorada no processo histórico da jovem Nação brasileira. Este mesmo autor enfatiza as ações contínuas de exclusão do Grupo e interpõe formas de sua inserção na sociedade de maneira pejorativa, levantada por termos como o legal silvícola, "bugre", selvagem e outros.

*"Atos de violência foram vivenciados, segundo o relato dos próprios índios, sem a possibilidade de qualquer defesa legal. Os índios antigos não tiveram acesso aos*

*mecanismos jurídicos considerados legítimos pela sociedade nacional, nem mesmo tiveram informações sobre seus direitos. Apenas podiam sofrer quietos os agravos de que eram objeto. Para os Kaingang de Monte Caseros, não havia defesa possível. A situação hoje está completamente invertida e eles consideram que sua luta recém começou” (SOUZA, 1994a).*

A memória dos indígenas, do Kaingang em questão, sofreu e foi submetido durante muitos anos por esta designação espúria que eles mesmos questionam hoje. A sociedade envolvente não consegue, contudo desatrelá-los destes processos de exclusão gradativa, mas constante expulsão de suas terras e de seus caminhos. Considerando Cruz Alta como parte integrante de seu imaginário inicial e que possibilita a sua retomada enquanto caminho e local de pouso.

### **A pesquisa antropológica e a intervenção do Serviço Social**

O que aprendi com José Octávio é que a etnografia é uma viagem ao mundo do “outro”, desvendando uma “teia de significados” (GEERTZ, 1989) inscrita nas ações sociais dos grupos que se projetam em seus fazeres cotidianos e em sua cultura material (este objeto de estudo da arqueologia – que é uma forma de antropologia) O “ponto de vista” do índio, neste caso o Kaingang, implica na imersão do investigador no dia a dia do índio em estudo de contexto. A investigação etnográfica mais que um método transforma-se em atitude do pesquisador. A visão de mundo do “outro” que é o índio a partir do que ele pensa é o exercício

continuo do fazer etnográfico, é ter acesso à “visão de dentro”, ou seja, ao mundo de significados que orienta e dá sentido às ações dos índios. No caso do Serviço Social esta atitude não se faz representar, pois a ação sempre é interventiva e os Kaingang em questão foram considerados grupo de risco.

A etnografia (SOUZA, 1993a) como metodologia antropológica possibilita o entendimento dos significados a partir do ponto de vista de quem os produziu. Os estudos etnográficos elaboram conceitos através da compreensão dos valores, representações, construções culturais que fazem parte da forma de ser dos indígenas (SOUZA, 1994a). A busca de observar e menos de intervir nos Kaingang sempre sofreram com as ações da parcela da equipe do Serviço Social, sendo que em um momento tivemos sério conflito com o grupo que observávamos, onde as pessoas não queriam mais nossa presença entre eles. Isto ocorreu devido a informações desconhecidas sobre possível prostituição infantil e bebedeiras, que foram relatadas pela colega do Serviço Social junto às lideranças da aldeia.

Os estudos etnográficos foram à forma de entrada para o entendimento das relações que estes grupos possuem com seus interlocutores na política municipal que se aplica a estes. A questão é que com isso o Serviço Social passou a interferir diretamente entre os índios, sendo que o nosso trabalho acabou ajudando a que isto ocorresse.

A antropologia e o método etnográfico possibilitaram uma reflexão sobre o modo pelo qual vem ocorrendo essas interações adaptações e as perspectivas desses novos caminhos de pesquisa sobre a presença indígena na cidade (DUMONT, 1985). A análise dos caminhos da pesquisa que ainda está em desenvolvimento foi pouco explorada e mostraram as dificuldades de diálogo entre a Antropologia e o Serviço Social, em uma investigação aplicada ou investigação ação. As bases do método etnográfico, na concepção dos antropólogos (BRANDÃO, 1986), indicou um dos principais desafios de pesquisa relacionado basicamente na sua adaptação e

utilização no campo de pesquisas de Social em especial o Serviço Social não se demonstra válida, para estes, pois sempre pretendem uma intervenção.

A etnografia para os antropólogos está além da metodologia de pesquisa ou técnica de coleta de dados, é entendida como o eixo fundador da disciplina, a filosofia da mesma (HAGUETTE, 1990). O Serviço Social ainda é assistência social e o conceito de controle social vem sendo aplicado para os grupos e não para os governos. Cabe dizer que a etnografia é a descrição sócio-cultural de um determinado grupo (SOUZA, 1991b). A etnografia caracteriza-se pela ênfase na exploração de um fato social particular, realizam entrevistas em profundidade, busca a observação participante, desenvolve a análise de discursos de informantes, investiga em detalhes o contexto e as ações sociais, busca mesmo uma perspectiva microscópica da interpretação de significados e práticas sociais, que assumem a forma de descrições verbais (LÉVI-STRAUSS, 1975). O estudo etnográfico realiza a investigação da realidade de um grupo a partir do grupo mesmo, sendo o conhecimento científico gerado a partir do ponto de vista do indígena (SOUZA, 1994e). O Serviço Social intervém e indica ações para os indivíduos determinando com bases legais o que estes devem fazer para se manterem, mas isso funciona razoavelmente para não-índios o que não é o caso dos Kaingang em estudo.

As informações das fontes originais não intermediadas foram feitas com relativização, pois o significado de um ato é visto não pela dimensão absoluta, mas no contexto em que acontece, o que é uma relativização (MAUSS, 1972). Clifford Geertz (1989) indica que o método etnográfico é uma descrição densa, onde o antropólogo a realiza em profundidade, buscando dar enlevo as “teias de significado”. Estudamos vários textos produzidos pelo antropólogo José Octávio de Souza, que nos configurou claramente

os problemas atuais que os Kaingang tem com a sociedade envolvente.

A sociedade Kiangang que é configurada por indivíduos que constroem sua vida por valores que regem seu mundo. O estudo deste texto próprio da comunidade é o que investigador deve fazer, uma apreciação sobre essas interpretações elaboradas coletivamente. O que muitas vezes não aconteceu em nosso estudo tendo em vista a intervenção contínua do Serviço Social. A idéia de um “controle social”, que o Serviço Social apregoa, muitas vezes serve para impedir as ações do próprio grupo em risco. Foi o que em muitos momentos de nossa pesquisa aconteceu.

Na perspectiva de Geertz (1989), chega-se a amplas afirmações sobre o papel da cultura na elaboração da vida coletiva, a partir de “especificações complexas”. Para este autor (1989) o antropólogo deve usar um “microscópico”, já que se ocupa de pequenos universos que são os grupos indígenas. O Assistente Social ainda não compreende esta lente do mundo e recria a partir de leis para não-índios o que se deve fazer entre as comunidades indígenas. As intervenções muitas vezes não respeitavam as hierarquias sociais ou xamanicas dos grupos e interferia na pesquisa antropológica. Insisti que devíamos ouvir mais do que falar, mas os pesquisadores não conseguiam não interferir.

A Antropologia estuda a religião, o parentesco, e outros contextos através da análise do pequeno e do particular, é microscópica (SOUZA, 1994f). Olhar com atenção para o detalhe, para os pequenos gestos, para a vida privada e cotidiana, que são tão importantes e reveladores dos mecanismos que constituem a vida social (VIVEIROS DE CASTRO, 1987). O Assistente Social não se preocupa com isso, pois, já possui uma visão de mundo pré-estabelecida e usa dela para as sociedades que considera em risco.

A sistematização na etnografia (MALINOWSKI, 1988) é fruto de uma visão de dentro, constitutiva da vida de grupos específicos, deve ser buscada através do convívio íntimo e intenso do antropólogo com a cultura investigada. O entendimento do ponto



de vista do índio é possível através da observação participante, que se constitui no modelo de trabalho de campo para o investigador (GEERTZ, 1989). Para Malinowski (1988) e Mauss (1972), o método de trabalho possibilita ao etnógrafo um acesso a maneira como os valores sociais são vivenciados no cotidiano dos grupos. O Kaingang por ter sofrido por anos com a presença (PREZIA, 1994) dos não-índios usa das linguagens deste para se proteger das constantes penetrações em seu meio.

O pesquisador faz, utilizando de documentos pessoais, o trabalho de campo sistemático vivenciando o cotidiano do grupo estudado e a exploração de diversas fontes documentais (SOUZA, 1991a). O olhar do etnógrafo define uma postura e não somente uma técnica. O investigador deve pressupor uma noção de identificação da situação, onde os autores-atores definem a situação na qual se encontram, e ao fazerem-na, a estão construindo coletivamente (SOUZA, 1993d). Não foi possível com os assistentes sociais.

A dinâmica de trabalho de campo foi marcada pela idéia de implementação de vários estágios de pensamento tanto no campo da antropologia, considerando as especificidades de cada área do conhecimento. Foram realizadas leituras extensivas sobre as comunidades Kaingang do Estado e com isso buscar determinar as possíveis bases da estrutura sócio-cultural passível de ser observada nos grupos. Realizamos reuniões, com os responsáveis pela tutela, com a comunidade local e de seu ponto de origem, para identificar as possíveis ações de investigação permitidas pela comunidade. O trabalho compreendeu observações em loco dos processos de relações interétnicas que se desenvolvem naquela comunidade e nas outras que por ventura virão a se instalar junto a aquele espaço ou outro em Cruz Alta. Foram realizadas pequenas gravações em vídeo para melhor desenvolver as técnicas observativas em relação

aos aspectos a avaliados. Foram realizadas entrevistas com os indígenas bem como com a comunidade lindante.

### **Alguns resultados**

O trabalho de campo que foi realizado nos obrigou a levar em conta e aprender novamente a situação cultural do Kaingang, frente ao espaço urbano, “o asfalto”, e sua reinvenção a partir de seus pressupostos trazidos da aldeia, “as brenhas”. A cultura do grupo Kaingang foi investigada, mesmo que não tivéssemos permanecido de forma prolongada junto à população estudada (SOUZA, 1994c). Não foi possível sofrer a impregnação dos costumes e das práticas dos Kaingang, perdendo muitos momentos de estranhamento e de seu significado (SOUZA, 1995b). O ponto de vista do índio não foi muitas vezes compreendido e as ações promoveram reações fortes e críticas ao processo de pesquisa e efetivação de ações do serviço social. Faltou muitas vezes partilhar da realidade Kaingang, da sua descrição do mundo e das suas marcas simbólicas (SOUZA, 1994e). Criamos mais problemas que entendemos os índios Kaingang.

A antropologia fez foco na saúde. O estudo teve início com um amplo levantamento de fontes escritas sobre este grupo no sentido possibilitar um pequeno banco de dados sobre este grupo, em conjunto com o Serviço Social, sendo que estes dados ficaram restritos ao laboratório deste Curso, pois não há dados de saúde sobre esta comunidade. Estes índios são atendidos como um cidadão comum, e não como comunidade indígena, em Cruz Alta, não havendo dados sobre saúde em qualquer secretaria, mesmo na de Assistência Social, talvez outro projeto de saúde em termos quantitativos deva ser realizado.

Outra atividade que desenvolvi nos meses iniciais de pesquisa foi a caracterização cultural deste grupo na relação com o não-índio, nos aspectos de saúde. O primeiro ponto importante a destacar que as nossas noções de higiene e responsabilidade pela

higiene estão sendo aos poucos incorporadas pelos índios Kaingang, mas não é foco de discussão da doença. A doença para eles é proveniente de relações mágicas no campo da ação não válida do ser índio sendo que reconhecem três tipos de doenças as de origem animal, as de origem humana e as de origem vegetal, conforme o tipo de doença há um sistema de cura. A maioria das doenças que estes sofrem são “de origem humana”, segundo indicam e os tratamentos são alopatícos, através de intervenções dos não-índios os quais são os responsáveis por estas doenças. As de origem animal e vegetal são tratadas pelos kunhãs (líderes religioso). Há outro tipo de doença que não é considerado doença que é a doença da alma, para nós poderia ser entendida como doença psicológica, mas que não podemos transpor tão diretamente assim. Não há cura sem identificação da doença. E muitas vezes as ações dos não índios são erradas por reconhecer a doença não levando a cura.

Propúnhamos também conhecer os níveis de intervenção cultural no campo da saúde que os Kaingang têm sofrido, o que não se tornou possível, pois não-índios não os reconhecem como índios, estes não existem nos nossos bancos de dados, não há como identificá-los através de estudos dos documentos não-índios. Para efetivar este estudo é necessário trabalhar na aldeia de onde são originários ou conviver com os sistemas de cura nos acampamentos que realizam nas cidades, o que determina uma convivência mais contínua com os mesmos, como tempo destinado a pesquisas financiadas pela instituição é algo impossível, pois um ano com quatro horas semanais não permite tal estudo.

Infelizmente para o estudante não familiarizado com as comunidades a pesquisa em campo não permita uma identificação clara do que é sua construção teórica e do que é sua investigação antropológica na área da saúde. No caso da primeira bolsista esta não correspondeu nem a possibilidade de investigação direta dos índios a partir de uma visão massificada do não-índio quanto mais a

uma pesquisa no campo da antropologia da saúde. O que podemos constatar desta pesquisa é que não há um reconhecimento da presença indígena em Cruz Alta, nem pela instituição médica e nem pela assistência social que o identifica como um cidadão comum em risco, e não como uma outra etnia, com parâmetros sócio-representativos muito diferentes dos nossos modelos culturais. O Professor José Otavio Catafesto de Souza o qual deu início aos estudos desta fricção interétnica em Cruz Alta, havia considerado a falta de possibilidades da Prefeitura e mesmo da Universidade em efetivamente realizar um acompanhamento deste grupo, tendo em vista a falta de conhecimento sobre os mesmos.

### **Considerações Finais**

A pesquisa possibilitou realizar contatos com funcionários da FUNAI, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a Secretaria Municipal da Saúde, com NIT – UFRGS, com a Associação Indígena de Inhacorá, com o Posto Indígena de Inhacorá e Guarita e com a Antropóloga da EMATER.

Não há como realizar um plano de ação junto às instituições de saúde para redução dos níveis de intervenção dos não-índios na comunidade, principalmente no que se refere à saúde indígena, pois estes nunca são reconhecidos como índios. No campo da Educação Patrimonial com a Cidade no sentido da valorização destas comunidades indígenas remanescentes é algo que até o momento é impossível de realizar, os índios são vistos como comunidade “carente” ou como “vagabundos” e esta percepção é executada pela autoridade pública ao enquadrá-los na condição de um cidadão comum em risco. Existe uma ampla gama de resultados que foram arrolados no trabalho de pesquisa, mas que não dizem respeito a este projeto que estão sendo tratados em separado para uma futura publicação no campo do Serviço Social.

A falta de tempo e a irresponsabilidade da primeira bolsista foram um dos principais pontos de dificuldade em realizar a

pesquisa. A aproximação feita com os índios foi muito boa apesar de alguns contratempos causados por informações desencontradas entre o grupo acampado na rodoviária e suas lideranças contactadas.

A forma de abordagem da equipe é que determinou este problema e que não pode ser solucionada levando a comunidade há refletir mal junto aos pesquisadores causando uma série de dificuldades de resgatar informações. A sua não continuidade é um aspecto muito ruim para a instituição, mas vem sendo de praxe na pesquisa. A primeira bolsista infelizmente foi uma decepção quanto a sua formação como pesquisadora tendo em vista sua indisponibilidade para atuar no campo e pela falta de empenho em realizar as pesquisas documentais, já a segunda bolsista, podemos dizer ao contrário, esta se empenhou muito no pouco tempo que teve para realização do trabalho e no aprendizado sobre a inexistência de dados sobre estas comunidade e formas futuras para a solução deste problema. A colega envolvida na pesquisa por seu próprio projeto esta reconhecidamente demonstrou uma vontade muito grande em conhecer o método antropológico, mas como de direito enfocou os métodos do Serviço Social para compreender seus estudos, as trocas com esta colega e seu bolsista foram muito proveitosas, sendo que teria sido importante, se a instituição (UNICRUZ) tivesse tido interesse de formar um Grupo de Pesquisa na questão indígena. Hoje o projeto está sendo conduzido com mais dificuldade a partir da UFPel, no Curso de Antropologia, ainda sem verbas específicas para tanto.

## Bibliografia

- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul s/d. *Fundo Indígena* (cinco maços de documentos). Porto Alegre.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Os índios d'Aldeia dos Anjos - Gravataí - Século XVIII*. Porto Alegre: AHRGS, 1990.
- BECKER, Howard S. *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1977.
- BECKER, Ítala Basile. O índio Kaingang e a colonização alemã. In: *Anais do Segundo Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, 1976. pp. 45-71.
- BECKER, Ítala Basile. *O índio Kaingang no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Pesquisas/Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.
- BELTRÃO, Luiz. *O Índio, um mito brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BOURDIEU, Pierre, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CESAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.
- CHIARA, Vilma. Índios do Rio Grande do Sul. In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Editora Regional Ltda. 1, 1956. pp. 3-28.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COSTA E SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: EDUSP/Comissão Pró-índio de São Paulo, 1992.
- D'ANGELIS, Wilmar Rocha. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê: Cimi - Regional Sul, 1984.
- DIETRICH, Mozar. *Parecer Jurídico*. Passo Fundo: FUNAI, 1995.

- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./CNPq, 1988.
- DUARTE, Manuel. Velhos documentos riograndenses - copiados e anotados In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial. 97, 1945a. pp. 33-36.
- DUARTE, Manuel. Veredas Planaltanas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gráfica da Imprensa Oficial. 97, 1945b. pp. 75-85.
- DUMONT, Louis. *O Individualismo: Uma interpretação antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- DUMONT, Louis. *O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FACULDADES Integradas de Santa Cruz. *Revista do CEPA*. Santa Cruz do Sul: FISCS. 16, (19), out. 1989.
- FAYERABEND, Paul. *Adiós a la razón*. Madrid: Editorial Tecnos, 1987.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Mapa Etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes* (adaptado do mapa de Curt Nimuendaju - 1944). 1980.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1989.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.
- GONÇALVES, C. Torres. Proteção Fraternal aos Índios. In: *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios e Obras Públicas*. Porto Alegre, 1911. pp. 147-157.

- HAGUETTE, T.F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HÖMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1986.
- INSTITUTO Anchieta de Pesquisas. *Documentos 2*. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 1988.
- INSTITUTO Anchieta de Pesquisas. *Pré-história do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 1991.
- KERN, Arno A.; SEFFNER, Fernando e SOUZA, José Otávio Catafesto de. Arqueologia de Salvamento e a ocupação pré-histórica do vale do rio Pelotas (Municípios de Vacaria e Bom Jesus): Iª Parte: Arqueologia de Campo. *Veritas*. Porto Alegre. 35, (133), 1985. pp. 99-127.
- KERN, Arno A.; SEFFNER, Fernando e SOUZA, José Otávio Catafesto de. - Arqueologia de Salvamento e a ocupação pré-histórica do vale do rio Pelotas (Municípios de Vacaria e Bom Jesus): IIª Parte. Arqueologia de Laboratório. *Veritas*. Porto Alegre. 35, (134), 1985. pp. 277-300.
- LEAL, Ondina F. (org.). *Corpo e Significado: Ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- LEROI-GOURHAN, André. *O gesto e a palavra: memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70. 2, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- MABILDE, Pierre F.A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação dos Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ibrasa, Brasília: INL/FNPM, 1983.
- MALINOWSKI, B. *Magia, Ciência e Religião*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Lisboa: Olímpio, 1972.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP. 2, 1974.



- MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido (ensayos de etnohistoria)*. Assunção: CEADUC, 1986.
- MELIÀ, Bartomeu. *Una Nacion, dos Culturas*. Asunción: RP Ediciones/CEPAG, 1988.
- MELIÀ, Bartomeu. Informação etnográfica e histórica sobre os Kaingang do Rio Grande do Sul. *Publicações do Museu Municipal de Paulínia*. 26, 1983. pp. 11-24.
- METRAUX, Alfred. The Caingang. *Handbook of South American Indians*. New York. 1, 1963. pp. 445-75.
- MINISTÉRIO da Justiça - Fundação Nacional do Índio/Diretoria de Assuntos Fundiários. Planta de Delimitação. Área Indígena Monte Caseros. Passo Fundo: Funai, 1993.
- MONTOYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.
- NIMMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1987.
- NIMMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. Tradução e notas de Egon Schaden. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: N.S.. 3, 1954. pp. 9-57.
- NIMMUENDAJU, Curt. 104 mitos indígenas nunca publicados (introdução de Eduardo Viveiros de Castro). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/Minc, 1986. pp. 64-112.
- OLIVEIRA, Maria Conceição de. *A etnomedicina e as práticas de cura entre os Kaingang do P.I. Xapecó*. (Projeto de pesquisa (mimeografado)), 1993.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pineira Ed, 1976.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A crise do Indianismo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PARAISO, Maia Hilda B. Reflexões sobre Fontes Orais e Escritas na Elaboração de Laudos Periciais. In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lúcia & HELM, Cecília Maria V. (orgs.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. pp.42-52.
- PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural, três experiências contemporâneas*. Brasília: UNB, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PREZIA, Benedito. O Colaboracionismo Kaingang: dos Conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no Século 19. In: PREZIA, Benedito; Veiga, J. et al.. *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: Ed. Unimed, 1994. pp. 59-80.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- RUSCHEL, Ruy Ruben. Presença Platina na formação de Torres. In: *Anais do Encontro de História e Geografia do Prata*. s/d.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1979.
- SALZANO, Francisco Mauro. *Estudo Genéticos e Demográficos entre índios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1961.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: A dramática Experiência dos Xokleng*. Florianópolis: EDENE, 1973.
- SANTOS, Sílvio Coelho. *O homem índio sobrevivente do sul*. Porto Alegre: Garatuja, 1978.
- SCHADEN, Egon. *A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1989.

- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- SHIRLEY, Robert Weaver. *Antropologia Jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- SILVA, Aracy Lopes da. Há antropologia nos laudos antropológicos? In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lídia & HELM, Cecília M.V. (orgs.). *A Perícia Antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. pp. 60-66.
- SILVA, Fabíola Andréa & NOELLI, Francisco Silva. Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para etnografia, etno-história e arqueologia. In: *Anais da XIX Reunião da Associação Brasileira de Antropologia*. Niterói: UFRJ. (mimeo), 1994.
- SIMONIAN, Ligia. *Os índios de Ventarra e seus direitos territoriais. Laudo Antropológico*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. (mimeo), 1994.
- SIMONIAN, Ligia. Toldo Monte Caseros, RS: Terra de Índios. *Laudo Antropológico*. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. (mimeo), 1994.
- SIMPÓSIO Nacional de Estudos Missioneiros. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros*. Santa Rosa: UNIJUÍ, 1993.
- SOUZA, José Otávio C. e TORRESINI, Elisabeth W. Rouchadel. *Levantamento e descrição de fontes referentes aos indígenas do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII, XIX e XX*. Porto Alegre: FAPERGS. (Projeto de Pesquisa), 1991a.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. "A presença indígena no Quadrante Histórico Patruhense". In: *Anais do Raízes de Gramado II: V Encontro dos Municípios originados de Santo Antônio da Patrulha*. Gramado: Prefeitura Municipal, 1994a.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Economia, tecnologia e ambiente natural entre os grupos Kaingang no sul do Brasil atual*. Porto Alegre: UFRGS. (Projeto de pesquisa), 1993a.

- SOUZA, José Otávio Catafesto de Souza; VENZON, Rodrigo; DIETRICH, Mozar Artur; ALVAREZ, Glênio da Costa. Regularização da Terra Indígena de Ventarra - Município de Erebang - Rio Grande do Sul. Grupo Técnico para produção de Parecer Antropológico Complementar. *Portaria No 352/PRES/95/FUNAI de 18 de abril de 1995*. Porto Alegre, setembro de 1995a.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Os índios de Lagoa Vermelha: ontem e hoje. In: *Anais do Raízes de Lagoa Vermelha: IV Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha*. Lagoa Vermelha, 1993b.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. A pesquisa de fontes referentes aos indígenas do Rio Grande do Sul: notícias prévias. *Veritas*. Porto Alegre: PUC-RS, 36, (143), 1991b. pp. 413-422.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. A presença indígena no Quadrante Histórico Patruhense. In: *Anais do Raízes de Gramado II: V Encontro dos Municípios originados de Santo Antônio da Patrulha*. Gramado: Prefeitura Municipal, 1994b.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. O que é, afinal, o corpo índio no Brasil Meridional? Limites modernos ao entendimento da lógica hierárquica indígena sobre o corpo. In: Leal, Ondina F. (org.). *Corpo e Significado: Ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995b. pp. 453-466.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Os índios de Lagoa Vermelha: ontem e hoje. In: *Anais do Raízes de Lagoa Vermelha: IV Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha*. Lagoa Vermelha, 1993c.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Uma análise do discurso missionário: o caso da indolência e imprevidência dos Guarani. *Veritas*. Porto Alegre: PUCRS. 35, (140), 1990a. pp. 706-726.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *A Tecnologia da informática e o patrimônio arqueológico das Missões Jesuíticas de Guarani no sul do Brasil*. Porto Alegre: IBPC / Antropologia Social UFRGS, 1995c.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Economia, tecnologia e ambiente natural entre os grupos Kaingang no sul do Brasil atual*. Porto

- Alegre: UFRGS. (Projeto de pesquisa visando tese, apresentado em banca de seleção para uma vaga no Curso de Doutorado (mimeo)), 1993d.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Natividade (Re)velada: pluralidade étnica e invisibilidade da população de descendência Guarani-missioneira no atual RS*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS. (Projeto de pesquisa), 1994c.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *O que é, afinal, o corpo índio?: Aproximações conceituais para o estudo das noções de pessoa e corpo entre populações de descendência indígena do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS. (Monografia), ago. 1994d.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *O que é, afinal, o corpo índio no Brasil Meridional?: Limites modernos ao entendimento da lógica hierárquica indígena sobre o corpo*. Porto Alegre: UFRGS, 1995d.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Os índios como um problema social no Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS. (Monografia), out. 1994e.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. *Possibilidades de aplicação do eixo conceitual holismo-individualismo às configurações ideológicas presentes entre as populações indígenas Guarani*. Porto Alegre: UFRGS. (Monografia), ago. 1994f.
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. Regularização da Terra Indígena Monte Caseros - Municípios de Ibiraiaras e Muliterno - Rio Grande do Sul. Grupo Técnico para produção de Parecer Antropológico Complementar. *Portaria No 352/PRES/95/FUNAI de 18 de abril de 1995*. Porto Alegre, 1995d.
- SPONCHIADO, Breno A. A redução dos Kaingang: ensaio de interpretação a partir dos oprimidos. *Anais do X Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa: Ed. Unijuí, 1994. pp. 107-135.
- TAUSSING, Michael. *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- VALADÃO, Virgínia. Perícias Judiciais e Relatórios de Identificação. In: SILVA, Orlando S.; LUZ, Lídia & HELM, Cecília M.V. (orgs.). *A Perícia Antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. pp. 36-41.
- VARA, Alfredo. Corrientes en el mundo guaranítico. In: *Todo es historia*. Buenos Aires: Emílio Perina, (3), 1994. pp. 3-34.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A fabricação do corpo na sociedade xinguana. In: PACHECO DE OLIVEIRA, J. (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Alguns aspectos da afinidade no dravidiano amazônico. In: Viveiros de Castro, E. & Cunha, Manuela Carneiro (orgs.). *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo: USP/FAPESP, 1993. pp. 149-210.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- ZWETSCH, Roberto Ervino. Kaingang: os Limites do Desenvolvimento. In: Preziosi, Benedito; Veiga, J. et al.. *Kaingang: confronto cultural e identidade étnica*. Piracicaba: Ed. Unimed, 1994. pp. 15-58.

Recebido em: 19/02/2008

Aprovado em: 22/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

**Neves, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro:  
Jorge Zahar Editor, 2006.**

Maurício Schneider<sup>1</sup>

Eduardo Neves é graduado em História pela USP (Universidade de São Paulo) e Doutor em Arqueologia pela universidade de Indiana, Estados Unidos. Professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e professor do programa de pós-graduação em arqueologia na Universidade do Centro da Província de Buenos Aires, Argentina. Desde 1986 ele trabalha com arqueologia na Amazônia.

Neste livro, Neves expõe o equívoco em pensar a região amazônica como uma região permanentemente pouco habitada. Com o início da colonização europeia, as populações existentes no local foram sendo dizimadas. Todavia, o estudo de sítios arqueológicos revela a densidade da ocupação humana e a diversidade de formas dessa mesma ocupação na Amazônia pré-colonial. Esses indígenas que ocuparam a Amazônia milênios antes dos europeus são ancestrais dos povos que habitam hoje aquela região. Nesse sentido, segundo ele, “a arqueologia da Amazônia é, antes de tudo, uma espécie de História Antiga, dos povos indígenas da região”.

O início da ocupação amazônica data de mais de 11.000 anos. Indícios arqueológicos foram encontrados em diversas áreas como o Pará e o Mato Grosso (neste a datação é ainda mais antiga – cerca de 14.000 anos). O clima da floresta nessa época era semelhante ao atual. Entretanto, entre 6.000 e 1.000 a.C, num período conhecido como Holoceno médio, ocorreram mudanças climáticas na Amazônia. O clima seco provocou diminuição da área verde da floresta e diminuição no nível dos rios. É esse período,

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Antropologia no Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPel), Brasil.

também, que compreende a menor frequência de sítios arqueológicos na região.

Os primeiros habitantes da Amazônia sobreviviam da caça de pequenos animais, da coleta e da pesca. Essas populações começaram a praticar a domesticação de plantas selvagens, num processo que levaria (milhares de anos mais tarde) ao advento da agricultura.

A partir de 1.000 a.C. (final do Holoceno médio), começa-se a verificar a presença de grandes assentamentos sedentários (terras pretas de índio) nos quais a agricultura seria a principal fonte de subsistência.

O tipo de agricultura que começou a ser desenvolvida costuma ser conhecido como agricultura “de coivara”, “de toco” ou “de corte e queima”. Uma parte da floresta é derrubada e queimada na época da seca e cultivada posteriormente, semelhante ao realizado pelos indígenas contemporâneos. Entretanto, em função das ferramentas, à época, serem feitas de pedra (e não de metal) esse processo tinha uma duração maior e a rotatividade de terras era bem menos intensa, havendo uma fixação bem maior por parte dos índios.

Contudo, o aparecimento da agricultura para alguns grupos não foi generalizado para todos eles, ao passo que muitas comunidades permaneciam com suas economias baseadas na pesca, na caça e na coleta. Algumas delas, inclusive, seguiam praticando a domesticação de plantas – sem, no entanto, passar a um modo agrícola de vida. Ao que tudo indica, o desenvolvimento das comunidades que iam se “agriculturalizando” propiciava sua expansão e a dominação das demais comunidades que não praticavam a agricultura.

O estudo da cerâmica produzida por esses grupos ajuda a entender como esse processo se deu. Foram encontradas peças com idades até 3500 anos (entre as mais antigas da América). Essa data não corresponde ao período que, se supõe, tenha aparecido a agricultura na Amazônia. Dessa forma, o surgimento da cerâmica



não está associado ao desaparecimento das espécies de economias “não-agrícolas”, mas sim vem ratificar a evidência da diversidade no tocante a ocupação humana na Amazônia.

A idéia de que “a Amazônia era uma terra sem gente para uma gente sem terra”, defendida pelo governo militar e, neste livro, lembrada (e contestada) pelo autor não está, de forma alguma, assentada na realidade. A arqueologia de Eduardo Neves e de tantos outros pesquisadores nos revela isso. Pensar a Amazônia como um rico espaço, não só natural, como também cultural ao longo da história não se resume somente a fazer justiça com o passado da região, mas sim abrir a possibilidade para o entendimento da ocupação amazônica como um fato global. Tendo em vista que a história de qualquer homem é a história de um pedaço da humanidade.

Recebido em: 26/02/2008

Aprovado em: 29/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

**PEREIRA, Claudio Corrêa. *Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana*. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2008.**

Rafael Guedes Milheira<sup>1</sup>

O livro publicado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho – RS, intitulado: *Minuanos/Guenoas. Os Cerritos da bacia da lagoa Mirim e as origens de uma nação pampiana*, de autoria de Claudio Corrêa Pereira é o resultado de sua monografia apresentada ao curso de especialização em História da Formação Social, Política e Cultural do Rio Grande do Sul, da Universidade Católica de Pelotas. Este livro, dividido em duas partes e considerações finais, traz à tona uma temática há bastante tempo “adormecida” na arqueologia do sul do Brasil e que diz respeito às sociedades ameríndias que habitaram a região pampiana que envolve o sul do Estado do Rio Grande do Sul, o território uruguaio e o nordeste argentino. O tema diz respeito à história dos grupos Minuano/Guenoa, como ficaram conhecidos pela documentação etnohistórica e, ainda poderíamos, com a licença das terminologias utilizadas pelo autor, complementar também lembrando os grupos Charrua, que igualmente habitaram esta região, confundindo-se e mesclando-se aos primeiros ao longo da história colonial.

É importante lembrar ao leitor que a estes grupos Charrua e Minuano faz-se a correlação etnográfica com os “*Cerritos de los indios*”, montículos de terra bastante comuns nas regiões do litoral e pampa do território já mencionado. Estes montículos de terra são geralmente tratados pelos arqueólogos como áreas de moradia, cemitérios, demarcadores de fronteiras sociais, monumentos de

---

<sup>1</sup> Professor do Bacharelado em Antropologia/Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARO-UFPEL), Brasil.

memória e identidade e marcos na paisagem, construídos pelos grupos ameríndios a partir de aproximadamente 5000 anos atrás até, pelo menos, 200 anos, quando então, dadas às transformações sociais e culturais vinculadas ao processo colonizatório, pararam de ser construídos.

Trato aqui como um tema “adormecido” em virtude de que ao longo das últimas quatro décadas, os estudos arqueológicos sobre os Cerritos no sul do Brasil estiveram limitados a poucas publicações resultantes de alguns trabalhos acadêmicos. Estes trabalhos podem ser enquadrados em três categorias principais que se modificaram substancialmente com o passar do tempo e com a inserção de novas teorias: 1) Predominam entre os anos 1960-80 trabalhos sistemáticos que buscam a compreensão de modelos regionais de ocupação dos grupos Cerriteiros a partir da interação de dados empíricos com posturas teóricas ecológico-adaptacionistas; 2) A partir dos anos 1980 há estudos das fontes documentais históricas que permitem traçar um histórico dos grupos Charrua e Minuano desde o século XVI ao século XIX, relacionando seus hábitos culturais com a construção dos Cerritos<sup>2</sup>; 3) a partir dos anos 1990 surgem trabalhos pontuais, que atendem a temas específicos da arqueologia dos Cerritos, como estudos de indústrias líticas e cerâmicas, estudos da arqueofauna, de processos de formação dos sítios arqueológicos e mapeamento dos mesmos.

Com efeito, o livro de Claudio Pereira busca um panorama histórico a partir das fontes documentais com um levantamento de campo extensivo e reconhecimento de coleções arqueológicas particulares que teve por objetivo principal: “levar o máximo de

---

<sup>2</sup>No século XIX ocorreu na década de 1830 as batalhas de *Salsipuedes* e *Mataojos*, no Uruguai, em que foram dizimados centenas de indivíduos de ambas as parcialidades, reduzindo as populações indígenas pampianas a poucos grupos marginalizados na sociedade estatal.

informação ao homem do campo da região com a intenção de aumentar o cuidado e a preservação desses sítios arqueológicos, já bastante danificados (cerca de 30%) na região por um total desconhecimento de sua origem e finalidades". O segundo objetivo do autor foi divulgar o acervo indígena existente às comunidades da região, às escolas, bem como o de criar um espaço cultural, também com a finalidade de cuidar e preservar o passado". E, um terceiro objetivo foi buscar integrar esta região da bacia da lagoa Mirim, os municípios de Arroio Grande e Jaguarão a um contexto arqueológico maior, que faz parte da construção de Cerritos de índios no nordeste uruguaio e extremo sul do Rio Grande do Sul.

Com um trabalho exaustivo de campo, o autor conseguiu identificar e mapear 41 Cerritos localizados entre os municípios de Arroio Grande e Jaguarão, na região da bacia da lagoa Mirim, nas proximidades dos arroios Bretanha, Canhada, Grande, Chasqueiro e Sarandi. Em todos os sítios identificados o autor realizou, pelo menos, uma visita para avaliar as condições de preservação dos mesmos, o que nos permite ter um diagnóstico do panorama arqueológico da região de pesquisa. Somando-se aos milhares de Cerritos do sul do Brasil e Uruguai, pode-se chegar a uma soma de aproximadamente 3500 estruturas monticulares de origem pré-colonial ainda preservados e com condições de pesquisa científica.

Do ponto de vista teórico algumas questões chamam atenção ao longo do texto, as quais eu gostaria de tecer breves reflexões. Percebe-se a reificação de alguns conceitos teóricos que devem ser repensados à luz de atuais teorias arqueológicas e antropológicas. Percebe-se a continuidade de uma matriz teórica eminentemente dedutiva que parte de alguns pressupostos já questionados pela etnologia ameríndia e pela arqueologia processual. Podemos destacar, por exemplo, o pressuposto teórico utilizado pelo autor de que os grupos construtores dos Cerritos (Minuanos/Guenoas) seriam bandos compostos por pequenos grupos de caçadores-coletores que se movem constantemente pelo

ambiente pampiano em busca de novos espaços para exploração dos recursos ambientais, convivendo entre si a partir de alianças matrimoniais fazendo parte de uma comunidade linguística. Seriam grupos com uma mobilidade circunscrita ao ambiente pampiano, mas com incursões ao litoral e a serra do sudeste e que, arqueologicamente, teria como origem cultural a chamada tradição Umbu, reconhecida através de uma tecnologia de artefatos líticos de caçadores-coletores.

Esta origem “umbuzóide” teria sido atestada por trabalhos dos anos 1960-70, em que os arqueólogos rio-grandenses atestam encontrar nas camadas basais dos Cerritos apenas materiais líticos, enquanto que nas camadas superiores, há ocorrência de fragmentos de cerâmica que remontam a potes usados no cotidiano (Schmitz, 1976). Esta percepção estratificada permitiu aos arqueólogos compor um modelo de compreensão social de que os grupos cerriteiros seriam então caçadores-coletores, que devido aos processos de difusão da cerâmica, passaram lá por volta de 1300 anos atrás a ser ceramistas, utilizando-se das vasilhas cerâmicas, supostamente, apenas como panelas para cocção de carne de caça e de peixes (Schmitz, 1976; Basile-Becker, 2002).

A questão a ser colocada é que estes pressupostos teóricos e suposições dedutivas não levam em consideração reflexões integradas entre os dados empíricos, a leitura dos dados etnohistóricos e as teorias arqueológicas e etnológicas que buscam no processualismo e no estruturalismo histórico as particularidades de cada cultura ameríndia.

Começemos com a noção de bandos de caçadores-coletores. Em primeiro lugar, os dados etnohistóricos apontam-nos uma série de informações que colocam a pesca como um elemento fundamental para a dieta alimentar dos grupos minuanos, demonstrando que o binômio caçador-coletor, deve ser, pelo

menos, ampliado se não revisto, colocando-se de uma vez por todas a noção de pescador. A análise de um sepultamento duplo nas proximidades do Povo Novo, município de Rio Grande, demonstrou uma série de patologias ósseas causadas pela atividade cotidiana de pescar com uso de embarcação (Carle *et al*, 2002). Além disso, não podemos esquecer o fato de grande parte dos sítios arqueológicos estarem sempre voltados para os recursos hídricos de grande porte (lagoas e rios), permitindo a atividade da pesca permanentemente, o que se confirma também pela grande abundância de materiais arqueofaunísticos que compõem o registro arqueológico dos sítios localizados nas proximidades da Laguna dos Patos.

O conceito de bando, composto por pequenos grupos deve ser repensado também através das ricas informações dos séculos XVI e XVII que apontam para um complexo sistema de *tolderias*, cuja definição seria um sistema de habitações do tipo choupanas ou para-ventos integradas a um amplo sistema de espaços funcionais na aldeia, em que se integram também áreas de cemitério, armadilhas, caminhos, áreas de pesca e de caça. Tais *tolderias* compõem então aldeias com até centenas de indivíduos que ocupavam diferentes áreas do seu território de domínio.

A idéia de que os grupos cerriteiros tivessem uma mobilidade sazonal foi muito encorajada pela tese de Schmitz (1976), que, ao estudar os Cerritos da borda meridional da Laguna dos Patos, defendeu que os mesmos não ocupariam esta área no inverno, quando então o peixe tainha desova. Sua tese é calcada pela ausência de otólitos de tainha nos sítios arqueológicos escavados, em detrimento de outros tipos de peixes (bagres, corvinas, miraguaias, etc.), bastante frequentes nos estratos arqueológicos. Porém, embora os otólitos de tainha não tivessem sido identificados na época de sua tese, anos mais tarde, Oliveira (2006), ao re-analisar a mesma coleção faunística, identificou outros elementos anatômicos da tainha, o que nos permite repensar o

modelo de mobilidade proposto anteriormente. Logo, a tese de alta mobilidade dos grupos construtores de Cerritos não passa de uma dedução calcada na ausência de um tipo de material arqueológico, que, por sua vez, transpassou dezenas de trabalhos acadêmicos ao longo das próximas décadas após a publicação da referida tese.

Outra questão levantada nas publicações acadêmicas sobre o tema e que atualmente deve ser repensada diz respeito à idéia de que os grupos construtores dos Cerritos descendem da tradição Umbu. Uma primeira questão teórica sobre esse tema e já bastante discutida na arqueologia, tanto em nível nacional como internacional, é que as tradições arqueológicas foram calcadas na idéia de dispersão e caracterização tecnológica e não na idéia de culturas indígenas. Ou seja, o termo tradição Umbu diz respeito à dispersão de uma dada tecnologia de indústria sobre lascas e núcleos com a ocorrência de pontas de flecha feitas em materiais líticos que se distribui, no Brasil, entre os Estados de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul. Este fenômeno tecnológico em ampla distribuição em nada ajuda a compreender o histórico dos grupos Charrua e Minuano no sul do Brasil e Uruguai. A noção de descendência cultural não pode ser correlacionada à dispersão tecnológica da tradição Umbu sem que estudos mais aprofundados nesse sentido sejam realizados.

Seguindo nesta mesma linha, podemos pensar que a discrepância entre as camadas basais (predomínio de materiais líticos) e superiores dos Cerritos (com ocorrência de cerâmica, chamada de tradição Vieira) possa estar relacionada a aspectos funcionais e/ou simbólicos e não necessariamente ser considerada a cristalização de um processo de evolução social e tecnológica. Aliás, tenho minhas dúvidas se tal discrepância realmente existe, pois, em minha experiência com este tipo de sítio arqueológico, nunca vi tal composição estratigráfica tão demarcada, havendo, pelo contrário,

uma composição mais “misturada” das camadas e dos seus componentes artefatuais.

Outro tema a ser tratado é a intenção do autor em traçar uma linearidade histórica entre os grupos ameríndios pampianos, pensados como pertencentes a uma nação e o povo gaúcho atual. Esta é uma questão importante e muito cara para a historiografia dedicada à temática dos grupos ameríndios Charrua e Minuano. Em um estudo recente Klaus Hilbert (2009) demonstrou como historiadores e intelectuais uruguaios e brasileiros, desde o século XIX, dedicaram-se hora sim, hora não, a correlacionar a sua origem identitária como nação aos grupos Charrua e Minuano. Por um lado, considerados abigeatários, ladrões, sem religião e improdutivos, os grupos indígenas pampianos foram desconsiderados da linhagem civilizatória espanhola e portuguesa que compõe a atual matriz cultural; por outro lado, alguns intelectuais viram exatamente na coragem e resistência Charrua e Minuano a semente de uma cultura aguerrida, que costumeiramente se diz serem elementos simbólicos que compõem a identidade gaúcha e uruguiaia.

Logo, frente a esta constante mudança de idéias sobre os grupos ameríndios e a sua contribuição à identidade e cultura dos povos atuais, que abrange quase dois séculos, não poderíamos deixar de pensar como essa construção de discursos foi constituída. Basicamente, podemos dizer que em raros momentos os grupos indígenas foram ouvidos para compor essa construção, pois, pelo contrário, a fonte para essa narrativa genérica é a gama de documentos históricos escritos pelos colonizadores sobre os indígenas. Além disso, se por um lado vemos uma intenção em correlacionar o passado indígena às presentes populações gaúcha e uruguiaia, vemos também uma conformação dos intelectuais em considerar que as batalhas de *Salsipuedes* e *Mataojos* foram os marcos de extermínio dos grupos indígenas e, neste caso, por extermínio, devemos entender aniquilação e assassinato em massa, ações estas que geraram o fim das populações Charrua e Minuano.



Por outro lado, recentemente antropólogos têm publicado a existência de uma comunidade Charrua na aldeia Polidoro, em Porto Alegre – RS, indicando que o extermínio nunca ocorreu de fato e que os Charrua sobrevivem de forma marginalizada na sociedade gaúcha atual (Baptista da Silva, 2008), assim como no Uruguai, um grande movimento de resistência Charrua vem sendo desenvolvido desde os anos 1970, pelo menos. Neste sentido, fica uma reflexão: não está na hora de, ao invés de falarmos sobre os indígenas Charrua e Minuano e pensar a sua contribuição cultural para a atual sociedade, não seria mais interessante passarmos a ouvir o que eles têm a dizer sobre esse assunto?

O livro de Claudio Pereira levanta uma série de questões importantes e que, felizmente, recomeçam a pulular no meio acadêmico. A contribuição do autor para uma região “incógnita” do ponto de vista arqueológico traz à tona esta discussão sobre as particularidades históricas dos grupos Charrua e Minuano na região pampiana e a comunidade acadêmica recebe com muita reflexão essa contribuição. Alguns conceitos teóricos devem ser revistos sob pena de reificarmos permanentemente uma matriz dedutiva na arqueologia. A contribuição dos conceitos antropológicos e uma releitura das fontes etnohistóricas serão úteis, mas é importante também que uma nova postura teórica seja planificada na matriz da produção do conhecimento. O livro em questão reascende uma discussão importante e que esteve bastante adormecida na arqueologia regional, cabe a nós, pesquisadores interessados no tema, acordar e retomar a temática dos Cerritos na pauta científica da arqueologia do sul do Brasil, pois, no Uruguai, a sonolência teórica, reflexiva e institucional que envolve a produção de conhecimento sobre os Cerritos nunca se abateu!

## Bibliografia

- BASILE-BECKER, Ítala Irene. *Os Índios Charruas e Minuanos na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. Categorias socio-cosmológico-identitárias indígenas recentes e processos de consolidação de novos sujeitos coletivos de direito: os Charrua e os Xokleng no Rio Grande do Sul. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro, FAGUNDES, Luiz Fernando Caldas (Orgs.). *Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008. p. 25-35.
- CARLE, Ana Cristina Baptista; CARLE, Cláudio Baptista; CARLE, Mirian Baptista. *Relatório descritivo de dois esqueletos de indivíduos encontrados em trabalho arqueológico no Capão Seco, Rio Grande-RS, pelo pesquisador Pedro Augusto Mentz Ribeiro*. Porto Alegre: PUC-RS. (Monografia), 2002.
- HILBERT, Klaus. Charruas e Minuanos entre Ruptura e Continuidade. In: KERN, Arno, SANTOS, Maria Cristina dos, GOLIN, Tau. *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009. p. 179-206.
- OLIVEIRA, Kelly de. Um sítio de pesca na margem ocidental da lagoa dos Patos: RS-RG-48. *Pesquisas*. n. 63. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006. p. 307-336.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas. (Tese de Livre Docência), 1976.

Recebido em: 26/03/2008

Aprovado em: 26/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Sítio Oficina Lítica em Caxias do Sul<sup>1</sup>

Cláudio Baptista Carle<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O objetivo do estudo era de reconhecer os locais de ocupação pretérita em área no Município de Caxias do Sul, no sentido de possibilitar a ocupação da área para um condomínio (Alfavelle) e o estudo efetivamente cumpriu seus objetivos. A área foi trabalhada em sua totalidade e no momento de deslocamento para o interior da mesma foi possível identificar um sítio oficina lítica que deve receber a devida proteção. Para este sítio sugerimos a conservação in loco do mesmo, pois são blocos de basalto vermelho que estão compondo no terreno uma área que não afetará a ocupação total da área do empreendimento.

---

**PALAVRAS-CHAVE:** *Lítico, Caxias do Sul, Oficina.*

**ABSTRACT:** The objective was to recognize the local area in bygone occupation in the city of Caxias do Sul, in order to allow the occupation of the area for a condominium (Alfavelle) of study effectively fulfill their goals. The area was worked out in its entirety and at the time of transfer to the inside of it was possible to identify a lithic workshop site that should be given due protection. For this site and suggest conservation in the same spot as they are basalt stones that are red writing on the ground an area that will not affect the total occupation of the development area.

---

**KEY-WORDS :** *Lytic, Caxias do Sul, Workshop*

---

## Introdução

O trabalho de levantamento arqueológico em área semi-rural no município de Caxias do Sul- RS é parte da etapa de valorização de possíveis Unidades Arqueológicas deste Município e

---

<sup>1</sup> Relatório de pesquisa

<sup>2</sup>Prof. Dr. em Arqueologia, Curso de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil. E-mail: cbcarle@yahoo.com.br

seve ao Estudo de Impacto Ambiental desenvolvido pela Sigeplan, na permissão de ocupação como Condomínio Privado Alfaville, como exige a legislação vigente.

O estudo possibilitou uma ampliação no conhecimento sobre o patrimônio arqueológico da região. Não foi localizado nenhum sítio dentro da área a ser destinada a instalação do empreendimento, mas próximo a esta foi possível identificar um sítio oficina que é raro para a região e deve ser levado em conta. Este estudo serviu para identificar e propor a preservação do sítio localizado fora da área em estudo, mas que é importante para a valorização do patrimônio arqueológico local. Para este achado não acreditamos ser necessária uma sua coleta, mas a preservação in locu e sua pesquisa como bem cultural único e que seja garantida sua conservação no local original, através dos meios técnicos adequados para isso.

O nosso trabalho foi cumprido no momento que possibilitou, mesmo que em área externa a ser alterada pela ocupação, pois reconheceu a presença humana em períodos pretéritos na área. O trabalho foi pioneiro, pois jamais havia sido realizado este tipo no local, sendo um trabalho sistemático de levantamento arqueológico. A pesquisa contribuiu na construção e valorização da Memória Cultural relacionada à ocupação e ao cotidiano da sociedade antes do estabelecimento colonial na região.

### **A investigação arqueológica**

Esta investigação seguiu a proposta de multi-estágios desenvolvida por Redman (1973), de Unidade Sociológica desenvolvida por Funari (1988) associadas para o reconhecimento das ocupações antigas na área, relacionando a ocupações circunvizinhas. Os multi-estágios estão divididos em quatro etapas: Reconhecimento geral da área e do entorno a ser pesquisado; levantamento intensivo nos sítios das áreas de atividade, tais como: fogões, dormitórios, silos, etc.; coletas superficiais sistemáticas (o

que não foi realizado, pois não haviam objetos a serem coletados e não tínhamos autorização para tanto); investigação através de tradagens, sondagens, trincheiras e escavação (o que só pode ser realizado com a devida autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).

A realização do levantamento foi por linhas de caminhamento sistemático, que cobriram toda a área. As linhas de caminhamento foram organizadas conforme as curvas de nível já determinadas em planta da área a qual serviu como base para nosso trabalho. Sobre estas linhas foram realizados os levantamentos.

A nossa investigação desenvolveu os dois primeiros momentos, sem uma intervenção direta no sítio localizado fora da área em ocupação e sem retirada de artefatos do local. O sítio passível de escavação no nosso entendimento deve ser preservado in loco, para estudos futuros que possam valorizá-lo através de propostas efetivas de investigação.

A partir da realização do levantamento não foi possível identificar áreas dentro do local do futuro loteamento que pudessem configurar Unidades Sociológicas. A única Unidade Sociológica sem uma possível determinação cronológica foi encontrada fora da área e corresponde a um sítio oficina lítica, com evidências de lascamento bruto para retirada de lascas grandes que serviriam como núcleo para produção de implementos. Era um local de blocos de lascamento e está nas coordenadas UTM Zona 22J 475.002mE 6.771.713mN fora da área do empreendimento.

A Unidade Sociológica refere-se ao cotidiano sincrônico de neste caso uma oficina lítica sendo esta a única deposição arqueológica reconhecida sobre o solo, pode corresponder ao estrato superior de níveis atualmente subterrâneos de ocupações passadas, dispostas de forma harmônica e invisível hoje.

O sítio é composto por rochas de basaltos vermelhos com amplas marcas de lascamento que estão visíveis ao olho experiente do arqueólogo.

O sítio está em área plana e os basaltos se destacam no terreno. Sendo que está fora da área em estudo, a maior parte da área em estudo é em declividade acentuada.

É importante considerar que o achado está fora da área e este foi localizado quando iniciamos o trabalho de prospecção na área. Os estudos visuais feitos na área tiveram seu início na parte sudoeste em área com presença grande de eucaliptos formando uma mata de bosque com presença ampla de pequenos arvores em crescimento e arbustos espinhentos.

O perfil da área em pesquisa é bastante acentuado com queda para noroeste. Isto não criou dificuldades para o estudo pois as linhas de caminhamento seguiram as curvas de nível do terreno, sendo que tínhamos uma planta topográfica e de vegetação a qual nos facilitava o estudo da área.

O estudo de situação que levou a estabelecer as linhas de caminhamento seguindo as curvas de nível possibilitaram marcar uma margem de ação entre vinte e vinte metros, os três pesquisadores se dividiram e cobriam uma faixa de até 30 metros por cada linha coberta. Assim realizando caminhamentos de ida e vinda de um limite a outro da área seguindo as curvas de nível foi possível em menor tempo, 6 horas no total, cobrir toda a área.

No vértice de coordenadas UTM 474.500mE e 6.771.900mN existe uma pedreira antiga que deve ter servido para extração de pedras para as construções locais, não é um ponto expressivo e na área aberta pela extração hoje há presença de Pinus, como forma de reflorestamento.

O estudo não se limitou a área com eucaliptos ou campos, mas os pesquisadores entraram em duas amplas áreas de capoeira, além de uma pequena área com ligustro, planta exótica utilizada para reflorestamento junto a fontes de água.

O estudo cobriu a totalidade da área, sendo que esta corresponde uma formação bastante desnivelada, o que dificulta a existência de qualquer estrutura de habitação do período pré-histórico, não foi localizado no interior da área nenhum vestígio de artefato que se caracteriza algum tipo de sítio. O desnível bastante elevado da área deve ter configurado esta para uso em coletas e em caças não correspondendo a área de habitação.

O estudo arqueológico da área então pode constatar que esta no passado não se prestou a ocupação humana, mais recentemente foi utilizada para extração de rochas provavelmente para arruamentos e edificações. Foi possível também identificar fora da área, em estrutura topográfica mais plana, a presença de um sítio oficina que em nada será afetado pela instalação do condomínio, mas devendo o mesmo ser protegido de ações furtivas que possam danificar o mesmo. É importante salientar que o proprietário da área provavelmente é o Hotel Samuara, pois corresponde ao Parque Samuara.

### **Considerações finais**

Considerando que o objetivo do estudo era de reconhecer os locais de ocupação pretérita em área no Município de Caxias do sul, no sentido de possibilitar a ocupação da área para um condomínio (Alfaville) o estudo efetivamente cumpriu seus objetivos. A área foi trabalhada em sua totalidade e no momento de deslocamento para o interior da mesma foi possível identificar um sítio oficina lítica que deve receber a devida proteção. Para este sítio sugerimos e conservação in loco do mesmo, pois são blocos de basalto vermelho que estão compondo no terreno uma área que não afetará a ocupação total da área do empreendimento.

A equipe realizou o Levantamento Arqueológico Sistemático no interior da área e no envolvente do local do empreendimento o que possibilitou identificar os vestígios do sítio oficina com

características arqueológicas bastante marcantes. Este está fora da área.

O potencial arqueológico deste é amplo, mas a área é pequena e não deve afetar a instalação do empreendimento, as atividades desenvolvidas eram de extração de núcleos lascados para produção de artefatos provavelmente em outro local. Não há impacto direto ou indireto sobre o sítio, pois este está distante da área do empreendimento em 200 metros não sendo área de circulação de veículos, apenas servindo a moradores locais para apicultura (há várias caixas de abelhas na área).

Esta Unidade Sociológica única caracteriza a ocupação anterior de caçadores coletores que produziam implementos em pedra lascada, datáveis na região entre 8.000 anos A.P. até a chegada dos colonos no século XIX e XX. Foi feita uma leitura superficial dos artefatos reconhecidos e este relatório é seu meio de divulgação.

A interpretação mais detida só poderá ser efetivada com projeto específico para o mesmo. O estudo forneceu os subsídios necessários à conservação do sítio e vestígios encontrados para sua manutenção e valorização.



## Figuras



**Figura 01: Visão aérea da área trabalhada que servirá para o empreendimento.  
Imagem Google Maps**



Figura 02: Local onde foi encontrado o vestígio de um sítio pré-histórico.  
Área do sítio - ampliação – Google Maps



Figura 03: Blocos de basalto vermelho com marcas de extração em todo o seu entorno.



Figura 04: Bloco de basalto vermelho com marca de extrações de matéria prima.



Figura 05: Bloco com retiradas



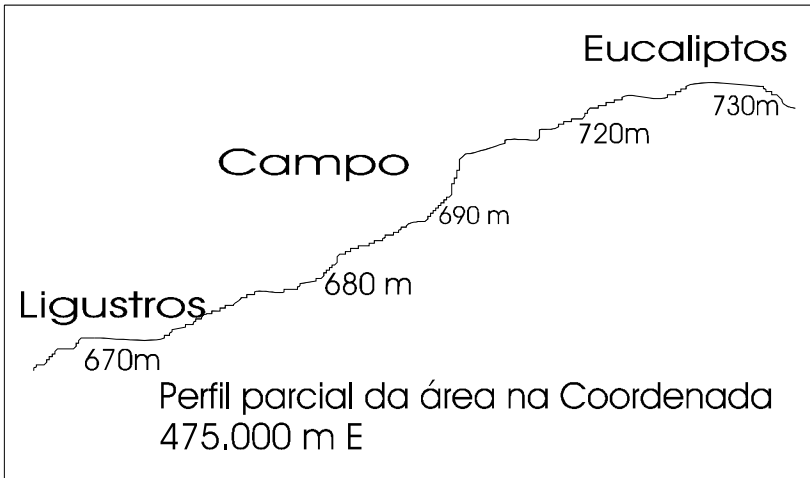
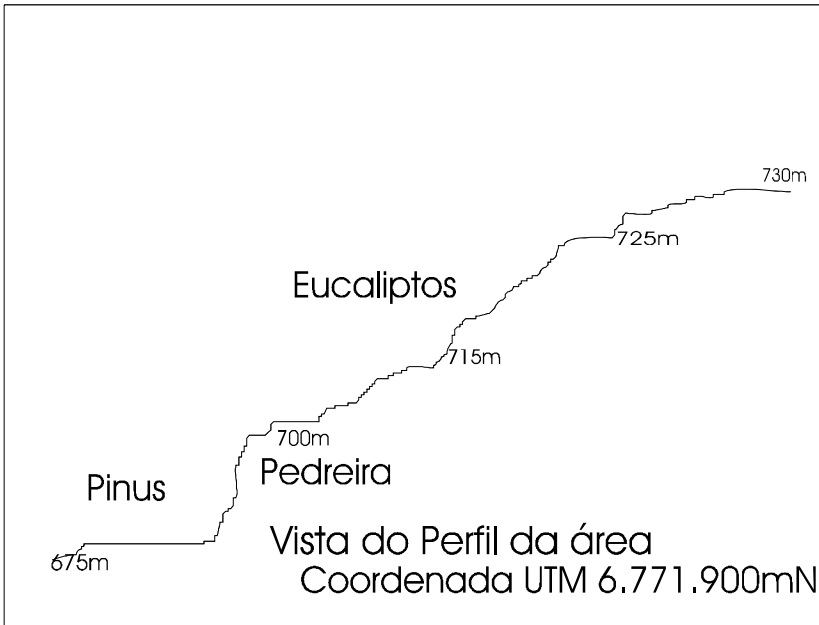
**Figura 06; Blocos indicados com marcas de extração.**



**Figura 07: Vista ampla da área onde se encontram os blocos de basalto vermelho com retiradas**



**Figura 08: Área do levantamento em meio aos eucaliptos e vegetação arbustiva é possível verificar o desnível do terreno.**



**Figuras 09 e 10: Perfis de área com a vegetação correspondente, baseado na planta topográfica e de vegetação – Produzida pela Cabistrani Topografia em 30/11/2007.**



**Figura 11: Foto demonstrando a estrutura de desnível acentuado do terreno, a vegetação densa, as distâncias entre as linhas de caminhamento, sendo que a fotógrafa esta a dez metros do primeiro pesquisador e a vinte do segundo mais acima. Neste sentido é possível ver que em mais ou menos 20 metros há um desnível de 15 a 20 metros.**





**Figura 12: Vista da área da pedreira com destaque do desnível de mais de 15 m de diferença entre o ponto onde está o pesquisador e a área com forte incidência de luz solar topo da pedreira.**



**Figura 13: Capoeira densa, pesquisador ao centro, no interior da mesma.**



**Figura 14: Vista externa para a área**

### **Bibliografia**

- BALDERRAMA, Marta. Bacia do rio da Prata - Geologia Organização dos Estados Americanos, Unidade de Recursos Naturais, Escritório de Desenvolvimento Regional, OEA, Waschington. DC . 1970.
- FOSSARI, Teresa. A Pesquisa Arqueológica do Sítio HISTÓRICO São José da Ponta Grossa. In: *Anais do Museu de Antropologia (1987/88)*. Florianópolis: UFSC. 19, (XIX e XX), mar, 1992.
- FUNARI, Pedro P. Abreu. *Arqueologia*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueologia*. Barcelona: Ed Crítica, 1998.

- IBGE. *Geografia do Brasil*: Região Sul. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Dir. de Divulgação, Centro de Serviços Geográficos. 5, 1977.
- IBGE. Folha sh.22 Porto Alegre e parte das folhas sh.21 Uruguaiana e si.22 Lagoa Mirim: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Ed RADAM Brasil, 1986.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *A Cultura Material no estudo das Sociedades Antigas*. São Paulo: Depto de História, FFLCH - USP, s/d.
- MILLER, Tom O. Etnoarqueologia: Implicações para o Brasil. In: *Arquivos do museu de História Natural*. Belo Horizonte: Museu de História Natural. VI, VII, 1981/82.
- NEVES, Walter Alves. A Evolução do Levantamento Arqueológico na Bacia do Alto Guareí, SP. In: *Revista de Pré-história*. São Paulo: Ed USP. 6, 1984.
- NOELLI, Francisco Silva. *Coletas superficiais: uma metodologia arqueológica no projeto Arqueologia Histórica Missioneira (1987-1989)*. Porto Alegre: DH/ IFCH/ PUCRS. (Monografia), 1989.
- ORSER JR., Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte, 1992.
- REDMAN, Charles L. Multistage Fieldwork and Analytical Techniques. In: *American Antiquity*. 38, (1), 1973.
- ROUSE, Irving. Padrões de Estabelecimento em Arqueologia. In: *Textos de Arqueologia*. Trad. Marilandi Goulart. Florianópolis: UFSC, Museu de Antropologia. 10, 1974.
- WHEELER, Mortimer. *Arqueologia de Campo*: Fondo de Cultura Econômica. México, 1961.

Recebido em: 11/03/2008  
Aprovado em: 24/08/2008  
Publicado em: 03/10/2008

## **Relatório das atividades de campo do Projeto de Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas-RS/Brasil (período 2006-2007)**

Fábio Vergara Cerqueira<sup>1</sup>  
Estefânia Jaékel da Rosa<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O *Projeto de Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas-Rs/Brasil* consiste em uma pesquisa de arqueologia histórica em meio urbano que realiza atividades de levantamento e preservação de sítios arqueológicos desde o ano de 2002. Inicialmente, o projeto foi desenvolvido para atender as demandas do Programa Monumenta (o qual prevê a restauração da Praça Cel. Pedro Osório e dos mais imponentes prédios de seu entorno) e atuou nos projetos de restauração dos casarões 8 (sítio PSGPe-1, escavado em 2002) e 2 (Sítio PSGPe-2, escavado em 2003). Atualmente, o projeto atende a todas as obras de impactação em prédios históricos e sítios arqueológicos da área urbana pelotense, bem como do patrimônio histórico das áreas periféricas. A responsabilidade técnica pelo trabalho, junto ao **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)** - registrado sob número de processo 01512.000006/2005 – 92 - é do **Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ – UFPEL)**, coordenado pelo Arqueólogo Dr. Fábio Vergara Cerqueira (CERQUEIRA *et al.*, 2004a; CERQUEIRA e LOUREIRO, 2004b).

**PALAVRAS-CHAVE:** *Arqueologia histórica – Salvamento Arqueológico – Pelotas oitocentista*

---

Os anos de 2006 e 2007 foram profícuos para a realização de intervenções arqueológicas em meio urbano, uma vez que o

---

1 Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de História e Antropologia, Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil. Professor do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

2 Acadêmica do curso de História no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (ICH/UFPEL), Brasil; Bolsista BIC FAPERGS. Estagiária do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ/UFPEL), Brasil.

potencial econômico, cultural e turístico do Patrimônio Histórico da cidade de Pelotas motivou constantes investimentos em obras de recuperação de prédios e espaços históricos, gerando empreendimentos financiados pela iniciativa pública (Programa Monumenta, Prefeitura Municipal de Pelotas e UFPEL) e privada (*Construtora Ricardo Ramos*). Em vista disso, no período entre o primeiro semestre de 2006 e o segundo semestre de 2007, o LEPAARQ realizou o monitoramento de cinco obras no centro histórico, das quais três foram interrompidas para a realização de intervenções controladas.

Em linhas gerais, o Projeto de Salvamento objetiva mapear e caracterizar os sítios arqueológicos que formam o centro histórico pelotense, pois, apesar de apresentarem uma composição tipológica similar, estarem interligados espacialmente e aparentemente ter sua formação num mesmo momento cronológico, estes sítios apresentam diferenças sutis quanto a sua funcionalidade. Para cumprir tal meta, o projeto prevê, além do levantamento dos sítios e a análise tecno-tipológica dos materiais coletados, o diagnóstico da formação do registro arqueológico destes sítios, de forma individual e em conjunto.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados das intervenções de campo realizadas em 2006 e 2007, apontando o método utilizado e a caracterização dos sítios arqueológicos, a qual é feita a partir de observações empíricas e conceitos teóricos pré-estabelecidos para interpretação do registro arqueológico. A cultura material está apresentada ao longo do texto, contudo não é o objetivo deste estudo, apenas é descrita enquanto componente do sítio arqueológico. O desígnio é analisar os contextos arqueológicos dos sítios históricos do núcleo urbano pelotense, não uma análise técnico-tipológica dos materiais exumados, o que será explorado em trabalhos posteriores.

## Metodologia

No intuito de sistematizar o trabalho de campo do Projeto de Salvamento, o LEPAARQ desenvolveu uma metodologia<sup>3</sup> básica a ser empregada em todas as intervenções realizadas em sítios arqueológicos do centro histórico. Este método foi desenvolvido com o desígnio de preservar e evitar a destruição total dos sítios arqueológicos, pois só realiza intervenções naqueles que serão expostos a obras.

Esta metodologia contempla principalmente os sítios sujeitos à impactação ou destruição por obras de recuperação do patrimônio histórico ou de readequação urbana, uma vez que implica, primeiramente, no monitoramento de remoções de pisos e sedimentos a fim de detectar o potencial arqueológico da área, para realizar escavações somente em uma fase seguinte (REDMAN, 1973; RENFREW, 1993. TRIGGER, 2004).

Assim, os procedimentos adotados cumprem as seguintes etapas:

### ✓ Acompanhamento das obras

Diante da eminência de evidenciar materiais arqueológicos, efetua-se o acompanhamento sistemático de todas as intervenções que demandam interferência nos pisos, solo ou calçadas. Com exceção das duas primeiras intervenções (*Casa 8* e *Casa 2*), este acompanhamento é realizado, em maior ou menor grau, com previsão, na medida em que, anteriormente ao início das obras de engenharia, a equipe possa analisar minuciosamente a planta baixa indicando as intervenções que serão acarretadas pela obra, como foi o caso na *Casa da Banha*, cuja planta analisada indicava as áreas com impactação no sub-

---

<sup>3</sup>A metodologia descrita neste trabalho concerne apenas às intervenções de campo, não contemplando as atividades laboratoriais.

solo em virtude das instalações hidráulicas e elétricas. Nesta fase, além do monitoramento das remoções, realiza-se a revisão e/ou o peneiramento de todo o sedimento removido, com o escopo de constatar a ocorrência de vestígios arqueológicos.

### ✓ **Sondagens com controle por níveis artificiais**

Verificado o potencial da área, as obras são interrompidas e realiza-se a abertura de sondagens, as quais consistem em cortes estratigráficos para verificar a distribuição espacial dos artefatos e a profundidade do sítio. Geralmente, estas sondagens caracterizam-se por quadriculas de 1m<sup>2</sup>, situadas em uma malha de quadriculagem estabelecida para o sítio. As quadriculas são escavadas por camadas artificiais, convencionadas como níveis de 10 cm, e os materiais são coletados dentro destes níveis, garantindo o controle altimétrico dos materiais em relação à topografia do terreno.

### ✓ **Levantamento topográfico geral**

Este método é aplicado principalmente no entorno da Praça Cel. Pedro Osório, onde a proximidade viabiliza a utilização do mesmo ponto de referência altimétrica para todos os sítios. Partindo do pressuposto de que toda a área possui a mesma formação geológica, o levantamento topográfico em conjunto permite compreender a formação estratigráfica dos sítios e os diferentes processos de aterramento existentes no local, contribuindo para a identificação da funcionalidade dos sítios arqueológicos.

## Resultados

### **Pesquisa histórica: Processo de Urbanização da Área Central de Pelotas no século XIX e a composição do substrato arqueológico**

A formação do povoado que originou a cidade de Pelotas iniciou efetivamente por volta do início do século XIX, quando os



contingentes cada vez maiores de moradores do entorno do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo formaram o primeiro núcleo urbano. Até então, as charqueadas e estâncias desta planície faziam parte de um distrito de Rio Grande.

Em 1812, o crescimento econômico e demográfico deste povoado resultou no estabelecimento da *Freguesia São Francisco de Paula*. Após várias discussões, o local estabelecido para a construção da capela foi o terreno localizado nas terras de Antônio Francisco dos Anjos, onde foram planejados e vendidos os primeiros lotes urbanos. No decorrer de poucos anos, o pequeno aglomerado urbano cresceu e estendeu-se em direção ao Sul, proporcionando à recém criada freguesia o status necessário para alcançar sua autonomia administrativa. Em 1830, Pelotas foi elevada à condição de vila, a qual foi efetivamente instalada tão-somente em 1832. E, em 1835, foi definitivamente elevada à cidade. (MAGALHÃES, 1993; ARRIADA 1994; GUTIERREZ, 1999).

Com o desenvolvimento econômico e a autonomia administrativa, tornou-se novamente necessária uma readequação urbana. Com isso, o loteamento que já se estendia na direção sul requisitou a ampliação do plano urbanístico, que se deu sobre as terras de Mariana Eufrásia da Silveira. Procedeu-se então ao chamado segundo loteamento, planejado e executado pelo engenheiro alemão Eduardo Kretschmar, o qual deu seqüência ao plano quadricular já estabelecido com o primeiro loteamento. Esta readequação urbana previu também um deslocamento do ponto central da cidade, visto que a praça, com a Igreja Matriz e os principais prédios públicos, deveria localizar-se no ponto central do novo loteamento urbano. O planejamento determinou o local onde hoje se localiza a praça Cel. Pedro Osório para abrigar o núcleo urbano, onde, nos primeiros anos, edificaram-se o *Theatro Sete de Abril*, a *Câmara Municipal*, a primeira Escola Pública, bem como os principais casarões da elite; foram reservados espaços para uma nova Igreja Matriz (transferência que nunca passou da pedra

fundamental); mais tarde, nos anos 1880, foram inaugurados os prédios da *Câmara Municipal* (poucos anos depois, com a queda do Império, albergando a sede da *Intendência* e posteriormente a *Prefeitura Municipal*), e a *Biblioteca Pública Pelotense*, entre outros importantes edifícios, com a vizinhança do *Mercado Público*, inaugurado nos finais dos anos 1840 (MAGALHÃES, 1993; ARRIADA, 1994; GUTIERREZ, 1999; ANJOS, 2000).

O espaço da praça central foi inicialmente denominado de “Campo” e, pouco depois, de “Regeneração”, recebendo ainda na década de 1830, em seu centro (onde hoje é o chafariz), o pelourinho, símbolo da autonomia administrativa, bem como do poder de repressão da ordem escravocrata vigente. Contudo, o local caracterizava-se por uma grande várzea alagadiça, onde em períodos chuvosos era praticamente impossível transitar. O local reservado para ser a praça – elemento indispensável para o conceito de vida urbana moderna que pouco a pouco se urdia – não se caracterizava como um espaço para o lazer e a sociabilidade; outros sim, caracterizava-se mais por ser um terreno baldio, alagadiço e intransitável. Isso, somado à falta de saneamento básico, inexistindo até este momento um serviço de limpeza urbana eficiente, fez do local alvo constante do derramamento de dejetos. (PAULA, 2005)

Remontam igualmente à década de 1830 outras edificações do entorno da praça (por exemplo, a *Casa 2* e a *Casa da Banha*, prédios ainda conservados e recentemente reformados/restaurados). Todavia, foi apenas a partir da década de 70 do século XIX que o local recebeu as devidas melhorias urbanas, momento em que começam a ser erguidos os palacetes dos charqueadores, tais como a *Casa 8*, *Casa 6* e a ampliação e remodelagem da *Casa 2*. Durante este período, o núcleo central da cidade ficou exposto ao despejo de lixo, já que o centro e alguns espaços do entorno constituíam-se em terrenos baldios. Em 1873, o chafariz importado da França, cópia diminuta do seu similar instalado em Edimburgo/Escócia, foi instalado no centro da praça.

No entanto, foi somente em 1887 que o poder municipal solicitou o aterramento e a construção de calçamentos na área (MAGALHÃES, 1993; GUTIERREZ, 1999; PAULA, 2005).

Essas informações, adicionadas aos dados arqueológicos dos sítios escavados pelo Projeto de Salvamento até o momento, confirmam a hipótese de que o centro histórico foi alvo do descarte coletivo de lixo, até fins do século XIX, e em alguns pontos até o início do XX, período em que os espaços foram ocupados, outras edificações construídas e as regras de convivência urbana modernizadas. A partir de 1870, o Conselho Municipal começou a debater questões higiênicas da cidade; em 1878, artigos reguladores das *Posturas Municipais* proibiram o deságüe de esgoto em locais públicos; em 1881, as casas começaram a ser inspecionadas pelas *visitas higiênicas*; em 1885 o *Código de Posturas* determinou regras de urbanidade para os habitantes da cidade; entretanto, foi necessário esperar o alvorecer do século XX para Pelotas receber um regulamento sanitário, o poder público começando então a agir de forma mais incisiva no controle do saneamento e da limpeza urbana (SOARES, 2001).

### **Pesquisa arqueológica: as intervenções na Praça Cel. Pedro Osório e seus entornos**

#### **✓ Sítio PSGPe-3 - Praça Cel Pedro Osório (1º e 2º semestre de 2006)**

Em janeiro de 2006, a Prefeitura Municipal de Pelotas aplicou os recursos financeiros do Programa Monumenta no Projeto de Revitalização da Praça Cel. Pedro Osório, devendo cumprir um cronograma de nove meses (os quais se estenderam até o primeiro semestre de 2007), prevendo a reforma de todos os canteiros, dos banheiros públicos, das instalações hidráulicas e elétricas, dos brinquedos e bancos, assim como a restauração da estrutura do lago e dos monumentos. Esse conjunto de obras previstas, com seu

respectivo impacto sobre o subsolo, somada ao conhecimento prévio do potencial arqueológico da área, foi a base para a intervenção realizada pelo LEPAARQ, garantido o acompanhamento permanente das obras de intervenção no subsolo.

Desde o ano de 2002, o LEPAARQ realiza trabalhos de campo na Praça *Cel. Pedro Osório*. A primeira campanha, ainda em 2002, consistiu no acompanhamento das obras no chafariz, local onde foi verificada uma grande incidência de materiais; a segunda ocorreu no ano de 2004, quando se realizou a abertura de poços de sondagem em todos os canteiros da praça, detectando-se um local com maior concentração de materiais, que foi retomado na campanha do ano seguinte, com a abertura de duas trincheiras (2x1m). A escavação destas comprovou a hipótese de que o local foi depositário de uma grande lixeira coletiva no século XIX, pois se evidenciaram grandes concentrações de materiais arqueológicos, com fragmentos grandes e passíveis de reconstituição, associados a restos de alimentação e vestígios orgânicos, que compõem uma camada homogênea situada entre a camada natural e extensas camadas de aterro.

O conhecimento prévio da formação estratigráfica do sítio facilitou o monitoramento das obras, uma vez que a abertura em níveis artificiais não causava impactação na camada arqueológica. De acordo com o levantamento topográfico geral, a altimetria inicial do terreno é de aproximadamente 80cm, abaixo da superfície existindo camadas de formação antrópica que terminam em aproximadamente 230m, onde inicia o estrato geológico natural. Por isso, desde o principio, a obra que mereceu maior atenção foi a reforma dos banheiros públicos, já que estes estavam instalados em um prédio cuja área de circulação situa-se a 1,50m abaixo do nível do chão atual, circundada por barrancos que correspondem à superfície do terreno, o que aponta que qualquer intervenção no local afetaria toda a camada de construção cultural.

A área de circulação deste local foi ampliada e muros foram construídos ao seu redor; para isso, grandes valas foram abertas no

local, resultando em uma impactação direta do substrato arqueológico. A perturbação nos barrancos, que possuíam aproximadamente 1,20m de profundidade, evidenciou uma grande quantidade de materiais, louças de diversas formas e decorações, garrafas de vidro inteiras (garrafas de diferentes bebidas, tônico capilar, etc.) restos alimentares, vasos cerâmicos, entre outros fragmentos relevantes, caracterizando, assim, uma camada arqueológica de descarte de lixo do século XIX. Constatado, portanto, o potencial arqueológico da área, as obras foram interditas, fazendo-se necessário o salvamento sistemático deste trecho do sítio por meio de uma escavação controlada.

A área determinada para a escavação foi de 3x2m na superfície do barranco, acima da vala aberta pelas obras. A primeira etapa do trabalho consistiu em situar esta área dentro da malha de quadriculagem já estabelecida para o sítio desde 2004, demarcando-se subseqüentemente cinco quadrículas de 1m<sup>2</sup>. Devido ao conhecimento da estratigrafia do terreno, já exposta com a intervenção, bem como ao curto prazo estabelecido para a realização da escavação, convencionaram-se três níveis para controlar a escavação: o primeiro, caracterizava-se pelo aterramento (nível formado por diferentes camadas de aterro, com incidência de pequenos fragmentos de materiais arqueológicos); o segundo, pelo estrato arqueológico caracterizado como refugio secundário (camada homogênea escura formada de restos de alimentação e material orgânico decomposto, com a presença de objetos inteiros e fragmentos de artefatos, passíveis de reconstituição, remanescentes do século XIX); e o terceiro, formado por camada argilosa escura, que consiste na formação geológica natural do terreno.

A escavação das quadrículas se deu em ritmo acelerado, uma adequação imposta pelas circunstâncias das obras, pois três quadrículas já haviam sido perturbadas e alguns materiais danificados pela ação dos pedreiros. Assim, o sedimento foi

removido e peneirado de acordo com os três níveis, indo até a camada estéril, a qual se localiza a aproximadamente 2,30m de profundidade em relação ao ponto altimétrico geral. A maior incidência de materiais deu-se de fato no 2º nível, identificado como lixeira coletiva do século XIX, entre os quais se destacam fragmentos de peças de faiança fina com selos ingleses, fragmento de garrafa de grés com selo holandês, garrafas de vidro inteiras, uma moeda datada de 1889, entre outros vestígios. A escavação foi encerrada e os perfis das quadrículas registrados em desenhos estratigráficos.

No entanto, o trabalho prosseguiu em forma de acompanhamento, uma vez que foi impossível impedir a continuidade das obras devido aos prazos impostos pelo cronograma e também porque a área a ser impactada possuía extensões muito grandes, impossíveis de serem escavadas de forma controlada em um curto período de tempo.

Na seqüência das obras, a área em volta ao banheiro foi ampliada no intuito de construir rampas para facilitar o acesso. A área impactada pelas obras media aproximadamente um total de 20x4m no entorno do banheiro masculino e 24x4m na área do banheiro feminino (local onde foram abertas as quadrículas). Assim como o previsto, essa área apresentou uma grande incidência de vestígios arqueológicos, onde a única forma de garantir o salvamento dos materiais foi o acompanhamento diário das intervenções no local. A dispersão de materiais não era linear, mas, a aproximadamente 1m de profundidade com relação ao piso atual, foi possível perceber uma incidência enorme de materiais que corroboram a hipótese de uma lixeira coletiva do século XIX. Durante o monitoramento, foi resgatado um volume excepcional de materiais, uma quantidade desproporcional ao coletado até então. Esses materiais variam de louças importadas de variadas origens, formas e decorações, muitas garrafas de bebida (de vidro e grés), frascos de remédios, cosméticos, perfumes e alimentos, moedas,

ferro de passar roupa, muitos ossos, enfim, um grande depósito de lixo oitocentista.

✓ **Sítio PSGPe-4 - Largo Edmar Fetter (1º semestre 2006)**

Concomitante ao trabalho de intervenção na *Praça Cel. Pedro Osório*, o escritório pelotense do Programa Monumenta empreendeu as obras de reforma do Largo Edmar Fetter, situado entre o Mercado Público e a sede da Prefeitura Municipal de Pelotas. A intervenção ocorreu na área adjacente ao mercado (até então ocupada por um estacionamento de táxi), com o intuito de ampliar o Largo, para abrigar atividades culturais. O local sofreu reformas nas estruturas hidráulicas e no encanamento de esgoto, o que resultou em uma vala de pouca profundidade.

A vala aberta possuía aproximadamente 40 cm de profundidade e 1,5 m de largura, percorrendo toda a quadra situada ao longo da Rua Lobo da Costa entre as Ruas Andrade Neves e XV de novembro. Durante a remoção do sedimento, constatou-se a ocorrência de materiais arqueológicos do século XIX, tais como vidros, louças, cerâmicas, ossos, metais, etc. Os mesmos encontravam-se dispersos e fragmentados, não contextualizados como deposição primária ou secundária, enquadrados na categoria denominada refugo de fato<sup>4</sup>, ou seja, fragmentos associados ao aterro e não a lixeiras.

O trabalho realizado na área consistiu no acompanhamento das obras, revisão dos sedimentos removidos e registro fotográfico das atividades. Os materiais foram coletados de forma assistemática, sem o controle de níveis.

---

<sup>4</sup> "(...) quando o material alcança o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte" (SOUZA, M.A.T. e SYMANSKI, 1996, p. 29).

### ✓ **Sítio PSGPe-5 - Praça Conselheiro Maciel (Faculdade de Direito/UFPEL) (1º semestre 2006)**

Durante o primeiro semestre de 2006, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) empreendeu um rápido trabalho de revitalização da praça localizada em frente ao prédio desta faculdade. A intervenção nos canteiros evidenciou vestígios arqueológicos do século XIX, o que demandou o monitoramento das obras para verificar o potencial da área. Registrou-se a ocorrência de pequenos fragmentos de louça, vidro, cerâmica, grés e ossos, em uma camada de aproximadamente 30 cm . Estes vestígios, por serem dispersos e bastante fragmentados, caracterizavam-se por ser elementos agregados ao aterro.

### ✓ **Sítio PSGPe-7 - Casa da Banha (1º semestre 2007)**

Entre os meses de março e maio de 2007, a *Construtora Ricardo Ramos*, empresa privada do ramo da construção civil, empreendeu uma grande reforma no sobrado histórico localizado à Praça Cel. Pedro Osório, conhecido popularmente como *Casa da Banha*. O mesmo não possui muitos estudos acerca de sua história. A pesquisa que fornece mais dados sobre a *Casa da Banha* é de Zênia de Leon (1996): a autora afirma que o sobrado foi construído por volta da década de 30 do século XIX e que foi sede de uma grande variedade de instituições e comércios, sendo um dos mais importantes fatos relacionados à edificação sua ocupação como quartel general pelos legalistas durante a Revolução Farroupilha, tendo sido cenário de disputas entre as tropas imperiais e as revolucionárias. Essas informações, somadas aos aspectos arquitetônicos do sobrado, foram suficientes para que o poder público estadual solicitasse seu tombamento em 1999<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Tombamento publicado no Diário Oficial em 5 de maio de 1999, conforme expediente número 1869-11.00/96-SEDAC.



Com isso, o IMP (*Instituto Memória e Patrimônio*) e o LEPAARQ<sup>6</sup>, em parceria, executaram os serviços arqueológicos contratados pela *Construtora Ricardo Ramos*, para realizar um levantamento prévio do potencial arqueológico do sobrado, bem como garantir o salvamento da cultura material que viesse a ser encontrada durante as obras.

Portanto, o trabalho de campo consistiu em acompanhamentos sistemáticos das remoções de pisos e sedimentos e na abertura de cortes estratigráficos para registrar a formação arqueológica do sítio. A edificação foi enquadrada em uma malha de quadriculagem geral e as áreas interna e externa divididas em setores a fim de facilitar o acesso aos locais de intervenção; dentro destes setores, encontram-se as trincheiras, quadriculas e quadrantes. A localização topográfica do sobrado em relação ao ponto altimétrico geral é de 2m na calçada externa e de aproximadamente 1,50m na área interna; esta informação, comparada ao levantamento topográfico da Praça Cel. Pedro Osório, indica que o aterramento do sobrado tem menor profundidade (aproximadamente 80cm na área interna e apenas 30cm nas calçadas), informação constatada durante o trabalho de campo.

A intervenção nas calçadas não evidenciou materiais arqueológicos, a estratigrafia caracterizando-se por uma camada de pisos, uma fina camada de areia estéril (camada com aproximadamente 20cm de profundidade), apresentando logo abaixo um estrato argiloso e alagadiço identificado como formação geológica natural do terreno.

Na área interna do sobrado, foram removidos os pisos de quatro das cinco salas do andar térreo e dos três banheiros existentes no mesmo andar. Nestes setores, realizaram-se o monitoramento das obras e o peneiramento de todo o sedimento

---

<sup>6</sup> Sob responsabilidade do Arqueólogo Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira.

removido, assim como a abertura de poços de sondagem para verificação da formação estratigráfica do terreno. Este comprovou que o local não possuía deposições de contexto primário e secundário, apenas pequenos fragmentos associados ao aterramento. A estratigrafia da área interna pode ser dividida em três níveis: o primeiro formado por pisos (de parquet, concreto e/ou alvenaria), o segundo consiste em uma camada de aterramento (formado de areia escura com alguns vestígios arqueológicos do século XIX) e o terceiro caracteriza-se pela camada argilosa escura identificada como formação geológica natural do terreno.

Os materiais arqueológicos encontram-se no segundo nível e se caracterizam por pequenos fragmentos desarticulados, que podem ter chegado ao local junto à areia utilizada no aterramento. O único caso que não seguiu este padrão foi um fragmento de cerâmica evidenciado durante a remoção do aterro da sala 3, de grandes proporções e aparentemente descartado no próprio local, não havendo porém outros materiais associados que pudessem apontar a utilização do local como área de descarte. As tipologias mais recorrentes são ossos, cerâmica utilitária, metais, materiais construtivos, fragmentos de vidro, faiança fina e grés e algumas moedas datadas da segunda metade do século XIX. Esta última informação indica que até este período os pisos originais não eram os atuais e que a casa podia encontrar-se ainda em processo de aterramento (por exemplo, devido à necessidade de elevar o piso para evitar a umidade do solo). Como a camada de aterramento é formada por areia desagregada, com baixa incidência de materiais arqueológicos, os quais consistem em fragmentos pequenos que não se reconstituem, não é possível fazer maiores inferências acerca do sítio.

Outro local escavado foi o pátio interno do sobrado. Neste foram abertos seis quadrantes e duas quadriculas controladas por níveis artificiais de 10 cm. Também houve abertura de valas para encanamento e a remoção do banheiro que havia no pátio, realizadas sob monitoramento e com peneiramento do sedimento

removido. A altimetria deste terreno era de 1,70m (sem os calçamentos) em relação à topografia geral. Esta camada de aproximadamente 60 cm entre a superfície e o estrato natural apresentava-se bastante heterogênea, em alguns pontos do pátio havendo diferentes sobreposições de pisos (alguns recentes), em outros, variadas camadas de aterro. Encontraram-se vestígios arqueológicos em todo o perímetro impactado, estes, porém, não estavam articulados e em alguns pontos misturavam-se com lixo recente (como embalagens plásticas, tampas plásticas e metálicas de caneta e de garrafas de refrigerante, assim como dejetos da sapataria que funcionava ao lado). Isso aponta que a área do pátio foi bastante remexida, portanto não preservando o contexto de deposição dos materiais; contudo, a quantidade de materiais coletados foi superior àquela exumada no interior do prédio, além dos fragmentos apresentarem proporções maiores. Quanto às tipologias, verificou-se a presença de fragmentos de cerâmica utilitária, de grés, de faiança-fina, de vidros, assim como metais, ossos e algumas moedas do século XIX. A estratigrafia e as estruturas de piso encontradas no pátio foram fotografadas e registradas em desenhos.

✓ **Sítio PSGPe- 8 - *Casarão Senador Joaquim Augusto de Assumpção* (Atual Prédio da Faculdade de Turismo/UFPEL) (2º semestre 2007)**

No mês de dezembro, o casarão oitocentista datado de 1887, localizado à Praça Cel. Pedro Osório, na esquina das ruas Rua Lobo da Costa e Félix da Cunha, que pertenceu ao filho do Barão do Jarau, o Senador Joaquim Augusto de Assumpção, atual sede do curso de Bacharelado em Turismo da UFPEL, foi alvo de obras empreendidas pela Universidade Federal de Pelotas. A reforma tinha por finalidade construir rampas de acessibilidade para deficientes físicos. Com isso, o calçamento da entrada lateral do prédio (pela Rua Lobo da Costa) foi removido e o sedimento

encontrado logo abaixo revelou vestígios arqueológicos. A fim de evitar a destruição de um possível sítio e garantir o salvamento da cultura material evidenciada, o LEPAARQ intercedeu junto à Universidade pela paralisação das obras a fim de realizar os devidos procedimentos metodológicos para preservar o patrimônio arqueológico existente no local.

A área impactada possuía 4,80m de comprimento por 2,70m de largura. Neste espaço, foram abertas três quadriculas de 1m<sup>2</sup>, uma próxima ao portão de acesso (Norte) e duas mais ao fundo (Sul), tendo por finalidade verificar a distribuição espacial dos artefatos e a formação estratigráfica do terreno, bem como resgatar a cultura material do subsolo. A altimetria do terreno no momento da escavação apresentava uma declividade, decorrente da retirada do calçamento e das obras já iniciadas, o ponto mais baixo estando nivelado com a calçada da entrada, que se localizava a 1,95m em relação ao ponto altimétrico geral; o ponto mais alto, por sua vez, era no interior do pátio, onde não havia ocorrido impacto sobre o substrato arqueológico, a 1,60m em relação ao ponto. Portanto, a primeira quadricula (Norte) apresentava menor profundidade de aterramento, aproximadamente 30cm, caracterizada por uma terra escura, compactada, sem incidência de materiais arqueológicos, apenas alguns fragmentos de tijolos dispersos na camada superficial. Já as outras duas quadriculas (ao Sul) apresentaram uma grande densidade de materiais distribuídas em uma camada de aproximadamente 50cm (a altimetria inicial era em torno de 1,80m). Nestas quadriculas, constatou-se uma pequena camada de deposição de vestígios arqueológicos característicos do século XIX. Dentre estes, foram resgatados materiais como fragmentos de objetos de louça européia, garrafas, taças e outras peças de vidro e grés, também importadas, junto a restos de alimentação e artefatos cerâmicos de produção local/regional.

A presença de grandes fragmentos de ossos preservados, associados a vestígios de carvão e materiais orgânicos e grandes fragmentos de objetos passíveis de reconstituição, apontam o local

como uma possível lixeira. O indício é de que o local foi aterrado com areia misturada a restos construtivos devido à grande quantidade de tijolos fragmentários e telhas removidos do local. Aparentemente, a deposição de materiais tem continuidade para o interior do pátio e do prédio; a possível lixeira pode ser anterior à construção da residência (hipótese sugerida devido à semelhança aos materiais resgatados na *Casa 2*, adjacente ao prédio). O local, precedentemente à construção do **Casarão Senador Joaquim Augusto de Assumpção**, pode ter sido alvo do descarte de lixo dos moradores de outras residências.

As hipóteses lançadas são preliminares, com base apenas em observações empíricas geradas nesta curta campanha arqueológica, que precisarão ser verificadas mediante uma nova intervenção, mais extensa. Interpretações mais aprofundadas só serão possíveis após análise em laboratório.

### Considerações finais

**O Projeto de Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas-RS/Brasil** insere-se no campo da arqueologia histórica, mais especificamente na área de arqueologia urbana, compreendendo esta conforme a definição de Staski (1982 *apud* ZARANKIN, 1996. THIESEN, 1999) como “o estudo das relações entre comportamento humano e cultura material estabelecidas em meio urbano”. Este conceito é utilizado no entendimento de uma arqueologia da cidade, pois visa a analisar a relação entre vestígios e contextos arqueológicos para a compreensão dos fenômenos urbanos (STASKI, 1982 *apud* ZARANKIN, 1996; THIESEN, 1999; TOCCHETTO, 2004; OLIVEIRA, 2005). Vale-se também neste trabalho da ferramenta metodológica proposta de Cressey e Stephens (1982), o conceito cidade-sítio, o qual tem por finalidade investigar a relação entre os diversos sítios arqueológicos e a influência destes na formação da cidade, compreendendo a complexidade que

constitui a trama urbana (CRESSEY E STEPHENS, 1982 *apud* ZARANKIN, 1996; THIESEN, 1999; OLIVEIRA, 2005). Este conceito deve ser usado também em uma análise mais ampla, tendo em vista a cidade e suas relações externas:

*“(...) considerar a importância que o processo de urbanização tem em muitos aspectos da vida social e tomar a cidade como algo a ser compreendido sob uma perspectiva histórica, vendo-a como parte de uma sociedade mais ampla, observando as influências que diferentes cidades, situadas em determinado tempo e determinado local, podem exercer sobre a sociedade ali estabelecida” (THIESEN, 1999, p. 11).*

Nas análises sobre o processo de formação do registro arqueológico, são aplicadas nesta pesquisa as noções acerca das categorias de práticas de deposição criadas por Schiffer (1972) e South (1977) e utilizadas por Souza e Symanski (1996) no estudo dos sítios históricos de Porto Alegre. Estes são definidos por Schiffer (1972 *apud* SOUZA e SYMANSKI, 1996) conforme três categorias de refugo: refugo primário, onde o vestígio arqueológico é encontrado no local em que foi usado; refugo secundário, que está relacionado ao local de descarte, não ao de utilização do artefato; e refugo de fato que é aquele material desarticulado do local de uso e de descarte, o qual alcançou o contexto arqueológico de forma indireta, ou seja, de descarte não intencional (SOUZA e SYMANSKI, 1996, p. 28). A noção de refugo secundário foi complementada por South (1977), sendo dividida em adjacente, refugo ligado à edificação de que foi descartado, e periférico, lixo descartado longe da edificação ou em terrenos baldios.

*“Grande parte do material doméstico exumado em sítios históricos foi transportado do local de atividade, sendo uma das características desses sítios, o caráter de deposição secundária da maior parte do refugo produzido. (...) a identificação das categorias de descarte são extremamente úteis para a compreensão dos processos de formação cultural do registro arqueológico” (SOUZA & SYMANSKI, 1996, p. 29).*

Os registros arqueológicos dos sítios trabalhados pelo Projeto de Salvamento enquadram-se, principalmente, nas duas últimas definições de refugo.

O sítio PSGPe-3 (*Praça Cel. Pedro Osório*) apresenta momentos diferenciados de deposição: o primeiro, em que o local era alvo do descarte coletivo de lixo, enquadrando-se na categoria de *refugo secundário periférico*; e um segundo, momento onde esta lixeira foi “lacrada” por grandes camadas de aterro, a qual apresenta materiais arqueológicos dispersos que se enquadram na categoria de *refugo de fato*. A diferença entre as duas camadas é percebida pela composição morfológica dos estratos e também pela fragmentação do material. A primeira camada, o aterro, é composta por várias camadas de areia (com diferentes colorações e graus de granulometria) e os vestígios arqueológicos encontrados são muito pequenos (dimensão inferior a 3 cm ) e desarticulados, não possibilitando a reconstituição de objetos. Já a segunda camada, a lixeira, é formada por uma grande concentração de materiais orgânicos em decomposição (ossos, escamas de peixe, casca de ovo, entre outros associados a fragmentos de carvão), agregados a fragmentos grandes que se reconstituem e a artefatos inteiros. As diferenças entre as duas camadas foram reforçadas pelos dados

históricos que apontam o local como descuidado e sujo, cuja situação só melhorou após o aterramento realizado ao final do século XIX.

Os sítios PSGPe- 4 (*Largo Edmar Fetter*) e PSGPe-5 (*Praça Conselheiro Maciel*) não permitem maiores inferências interpretativas, pois as intervenções foram rápidas e pautadas pelo acompanhamento de obras, o que não possibilitou explorar melhor o potencial dos sítios. Contudo, com base em observações empíricas preliminares, ambos os sítios também podem enquadrar-se na categoria de *refugo de fato*, uma vez que os vestígios encontrados são muito fragmentados, não se associando a nenhuma estrutura, estando envoltos de grandes camadas de areia de aterro.

O sítio PSGPe- 7 (*Casa da Banha*) é gerador de controvérsias, pois o registro arqueológico apresentou-se bastante perturbado, impactado e remexido. Isso decorre principalmente da excessiva ocupação do sobrado e sua utilização para fins variados, o que resultou na construção e desconstrução de salas, pisos e divisórias que afetaram o registro arqueológico do terreno. O aterramento do interior do prédio é bastante nítido, um estrato homogêneo composto de areia escura e desagregado com alguns vestígios arqueológicos muito fragmentados, caracterizando também um *refugo de fato*. Conforme já mencionado, a única exceção verificada no local foi um artefato cerâmico de grandes proporções encontrado abaixo do aterro. Como este não está associado a outros materiais, é inseguro apontar o local como lixeira; contudo, esta informação, somada às quantidades maiores de materiais encontradas no pátio, sugerem que também tenha havido descarte na área, mesmo que em pequena quantidade. Isso indica que o local também foi alvo do descarte de *refugo secundário adjacente* ou mesmo de *refugo primário*, pois alguns materiais (por exemplo, as moedas), podem ter alcançado o registro arqueológico de forma não intencional. Somando estas informações ao registro histórico, observa-se também que, como o período de construção da casa data do início da urbanização (por volta da década de 30 do



século XIX), o terreno não pode ter servido de lixeira anterior à construção da casa (pois sequer havia casas no seu entorno) e o lixo proveniente do sobrado poderia ser descartado nos vários terrenos baldios do local e não no pátio ou no interior do prédio.

O sítio PSGPe-8 (*Casarão Senador Joaquim Augusto de Assumpção*) também pode ser analisado na categoria de *refugo secundário periférico* porque, apesar da camada antrópica ter pouca profundidade, ela apresenta uma grande quantidade de vestígios orgânicos (em alguns pontos havia costelas bovinas praticamente inteiras e preservadas) e fragmentos grandes (que possibilitavam a reconstituição de objetos) agregados. Dentre os materiais encontrados, os mais recorrentes foram ossos e cerâmicas utilitárias de produção local/regional, o que pode apontar uma datação mais recuada para o sítio, sugerindo a hipótese da utilização do local como lixeira por moradores do entorno, enquanto o terreno não era ocupado. Isso é reforçado por informações como a própria data de construção do casarão (1887), pois, nesta época, já havia uma preocupação acerca da higiene que impediria os moradores de jogar lixo no pátio de sua própria residência.

Quanto à funcionalidade dos sítios, foram identificadas três tipologias, as quais seguem as definições de unidade doméstica, lixeira coletiva e aterro.

Compreende-se como unidade doméstica uma estrutura que relaciona diversos tipos de vestígios e espaços em uma unidade de assentamento e integra-se a um espaço dinâmico que é a cidade e sua periferia (TOCCHETTO, 2004). O estudo destes sítios revela elementos importantes acerca do comportamento daqueles que habitaram ou transitaram pela residência (SYMANSKI, 1997). Este conceito pode ser utilizado na interpretação do sítio PSGPe-7 (*Casa da Banha*), pois, por mais discutível que seja a formação do registro arqueológico, é inegável que este foi formado pelos diversos proprietários do sobrado. A análise da funcionalidade do sítio a partir deste conceito facilita compreensão do local, justamente

porque a natureza do registro arqueológico revela a própria natureza da ocupação do sobrado: variada, diversificada, marcante e ininterrupta.

As lixeiras coletivas são entendidas como peculiares ao meio urbano, pois, em locais em que existem aglomerados populacionais, as pessoas tendem a descartar lixo onde outras já o fizeram. Estas lixeiras convergem vestígios de diferentes grupos e de diferentes locais, proporcionando um contexto arqueológico rico e diversificado, profícuo para o estudo da dinâmica e da complexidade social e cultural do meio urbano (OLIVEIRA, 2005; SANTOS, 2005). Esta funcionalidade é claramente adaptada ao contexto do sítio PSGPe-3 (*Praça Cel. Pedro Osório*), visto que o próprio local implica na convergência da ação de descarte, pois está no centro de várias residências. Do mesmo modo, o sítio PSGPe-8 (*Casarão Senador Joaquim Augusto de Assumpção*) caracteriza-se por uma lixeira e, como a princípio não está relacionado ao casarão, pode ter sido formada coletivamente por moradores vizinhos ao terreno, então baldio, anteriormente à construção da residência.

Os aterros, por sua vez, são evidências de que ações antrópicas modificaram o ambiente natural, além de guardarem vestígios pretéritos, mesmo que descolados de seu contexto original. *“As análises dos aterros são fundamentais, para o entendimento da dinâmica das transformações do espaço urbano e a formação da paisagem urbana atual. Além de ser extremamente importante para a compreensão da existência e conservação de vestígios arqueológicos.”* (OLIVEIRA, 2005, p. 152). Esta funcionalidade está evidenciada em todos os sítios pesquisados, uma vez que o aterramento consiste em um método eficaz de conter a umidade e evitar alagamentos, então recorrentes no local em que o centro histórico foi construído. Em grande ou pouca profundidade, acima da camada geológica natural da área do segundo loteamento sempre há aterramento, pois apenas com este foi possível edificar prédios e permitir a circulação em espaços públicos sem maiores transtornos. Os vestígios encontrados em

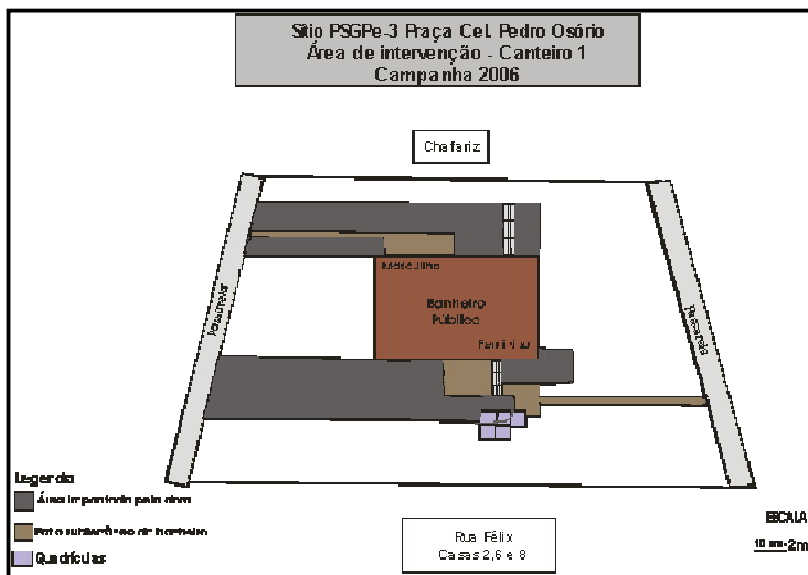
meio a estes aterros indicam que sítios arqueológicos de outros locais podem ter sido impactados, com a remoção de terra ou areia, para resultar na formação do núcleo urbano, mas preservando, de certa forma, um pouco da história do local.

Com base nesses pressupostos teórico-metodológicos, este projeto objetiva não só garantir o salvamento dos sítios sujeitos à destruição e preservar o patrimônio arqueológico, mas também realizar uma ampla análise da formação do contexto urbano pelotense com o fito de compreender o processo dinâmico das tramas cotidianas e das relações sócio-econômicas e culturais da sociedade pelotense oitocentista. Estas interpretações serão empreendidas com o andamento do projeto e a partir da análise em laboratório dos vestígios materiais resgatados nos sítios urbanos, bem como com os subsídios proporcionados pelo estudo das fontes escritas, previstos para etapas posteriores.

Figuras



Figura 01 – Localização dos sítios no Centro Histórico.



**Figura 02 – Áreas de Intervenção na Praça Cel. Pedro Osório em 2006 (Sítio PSGPe-3).**



Figuras 03 e 04 – Garrafas de vidro coletadas no sítio PSGPe-3 em 2006.



Figuras 05 e 06 – Pratos de Faiança Fina coletados no sítio PSGPe-3 em 2006.



Figuras 07 e 08 – Objetos de grés e um ferro de passar roupas coletados no sítio PSGPe-3 em 2006.

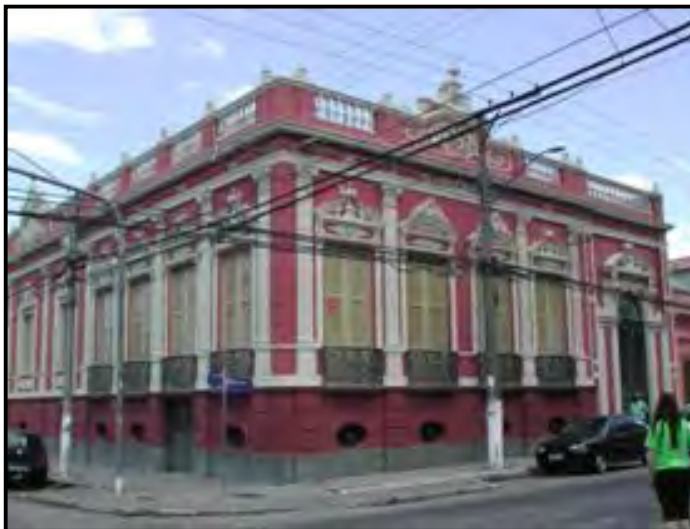




Figura 09 e 10 – Largo Edmar Fetter durante obras de ampliação (Sítio PSGPe-4) e cultura material coletada.



Figuras 11 e 12 – *Casa da Banha* antes da reforma (Sítio PSGPe-7) e cerâmica evidenciada durante o acompanhamento da sala 3 deste sítio.



**Figuras 13 e 14 – Casarão do Senador Joaquim Augusto de Assumpção, atual Prédio do Curso de Bacharelado em Turismo/UFPEL (Sítio PSGPe-8) e materiais associados que caracterizam uma lixeira oitocentista no pátio do casarão.**

## Bibliografia

- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Coleção História e Etnias*. Pelotas: Editora da UFPEL. 1, 2000.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835)*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1994.
- CERQUEIRA, Fábio vergara *et al.* A Arqueologia “Salvando” o Patrimônio Cultural da Cidade de Pelotas / RS: “Salvando” o Quê?. In: *Techné*. Portugal: IPT. 9, 2004a. pp. 325 - 356.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara e LOUREIRO, André Garcia. Relatório do Mapeamento Arqueológico de Pelotas e Região (Atividades desenvolvidas entre março de 2002 e fevereiro de 2003). *Cadernos do LEPAARQ*. 1, (1), 2004b. pp. 87 – 108.
- CRESSEY, P.J.; STEPHENS, J.F.; SHEPHERD, S.J.; MAGID, B.H. The core-periphery relationship and the archaeological record in Alexandria, Virginia. In: DICKENS, R.S. (ed.). *Archaeology of Urban America: The Search for Pattern and Process*. New York: Academic Press, 1982. pp. 14-73.
- GUTIERREZ, Éster J. B. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Porto Alegre: PUC/RS. (Tese de Doutorado), 1999.
- LEÓN, Zênia de. *Pelotas, casarões contam sua história*. São Lourenço do Sul: Hofstätter, 1998.
- LIMA, Tânia Andrade *et al.* A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro. *Dédalo*, Publicações Avulsas, 1, 1989. pp. 205-230.
- MAGALHÃES, Mario Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPEL, 1993.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares Duarte de. *Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico*

- de Porto Alegre. Porto Alegre: PUCRS. (Dissertação de mestrado), 2005.
- PAULA, Débora Clasen de. *Praça Pedro II: a construção de um espaço de sociabilidade (1861-1889)*. Pelotas: UFPEL. (Monografia), 2005.
- REDMAN, Charles L. Multistage Fieldwork and Analytical Technics. *American Antiquity*. 38, (1), 1973. pp. 61-79.
- RENFREW, Colin e BAHN, Paul. *Arqueologia: Teoria, Método e Prática*. Madri: Akal, 1993.
- SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. *Contentores de bebidas alcoólicas: Usos e significados na Porto Alegre oitocentista*. Porto Alegre: PUC/RS. (Dissertação de mestrado), 2005.
- SCHIFFER, M. B. Archaeological Context and Systemic Context. *American Antiquity*. 37 (2), 1972. pp. 156-165.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do Século XX*, História em Revista, Pelotas, v.7, n.1, 2001. pp.65-92.
- SOUTH, Stanley. *Method and Theory in Historical Archeology*. New York: Academic Press, 1977.
- SOUZA, M.A.T. e SYMANSKI, L.C.P. Análise distribucional Intra-Sítio em Arqueologia Histórica : Algumas Aplicações. In: *Revista de Arqueologia*. 9, 1996.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. *Grupos Domésticos e Comportamento de Consumo em Porto Alegre no Século XIX: O Solar Lopo Gonçalves*. Porto Alegre: PUC/RS. (Dissertação de mestrado), 1997.
- THIESEN, Beatriz Valladão – *As paisagens da cidade: arqueologia da área central da Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre: PUCRS. (Dissertação de mestrado), 1999.
- TOCHETTO, Fernanda. *Uma Experiência em Arqueologia Urbana em Porto Alegre*. (Comunicação apresentada no Projeto II Porto Alegre em Buenos Aires), 1997.

- TOCHETTO, Fernanda. *Fica Dentro ou Joga Fora? Sobre Práticas Cotidianas em Unidades Domésticas na Porto Alegre Oitocentista*. Porto Alegre: PUCRS. (Tese de Doutorado), 2004.
- TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
- ZARANKIN, Andrés. Arqueologia Urbana: Hacia el Desarrollo de una Nueva Especialidad. In: *Arqueologia Histórica na América Latina*. Columbia- USA: University of South Carolina. 2, 1994. pp. 31-40.
- ZARANKIN, Andrés. "Una Aproximación Teórica al trabajo en Arqueologia Urbana". In: *Arqueologia Histórica na América Latina*. Columbia-USA: University of South Carolina. 14, 1996. pp. 162-163.

Recebido em: 01/03/2008

Aprovado em: 13/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

## **Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas: Praça Cel. Pedro Osório, da Casa 8 e Casa 2**

Fábio Vergara Cerqueira<sup>1</sup>

Jorge de Oliveira Viana<sup>2</sup>

Luciana da Silva Peixoto<sup>3</sup>

---

**RESUMO:** este relatório busca apresentar as atividades relativas ao projeto de salvamento arqueológico da Área Urbana de Pelotas, mais especificamente os trabalhos realizados na Praça Cel. Pedro Osório, Casa 8 e Casa 2, desenvolvidas no período de 2002 a 2004.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Arqueologia histórica – Pelotas oitocentista – Patrimônio cultural*

---

### **Aspectos institucionais e objetivos do projeto de salvamento arqueológico**

O Projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas é um projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL) e coordenado pelo Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira. É vinculado ao Programa Monumenta (BIC / MINC), realizado com auxílio técnico da Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas (SECULT) e da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SOA), contando com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de História e Antropologia, Coordenador do Laboratório de Ensino Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil. Professor do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL.

<sup>2</sup> Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil.

<sup>3</sup> Arqueóloga, Mestre pelo programa de pós-graduação em memória e patrimônio da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

## **Aspectos históricos da cidade, da área e benfeitorias atingidas pelas escavações**

### ***Histórico da cidade de Pelotas***

O município de Pelotas se localiza no sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, numa zona de intersecção entre a região serrana conhecida como Serra dos Tapes e a margem ocidental da planície sedimentar interna da Laguna dos Patos e Canal São Gonçalo. A ocupação da região iniciou em 1779, em virtude da exploração empresarial do charque (carne bovina salgada). Às margens do arroio Pelotas, lentamente formou-se o povoado. Em 1812 – ainda submetida à autoridade da Câmara Municipal da vila de Rio Grande, mas já com um expressivo aglomerado populacional – foi elevada à condição de freguesia, denominada Freguesia de São Francisco de Paula, a qual, em 1814, contava com 2.416 pessoas. A elevação ao status de Vila de São Francisco de Paula, que significava a autonomia política, foi efetivada em 1832, devido ao crescimento progressivo da empresa charqueadora, bem como à crescente urbanização e crescimento populacional. Em 1835, foi elevada à categoria de cidade, recebendo a denominação de Pelotas, em homenagem a uma embarcação de couro usada na região pelos primeiros habitantes. O enriquecimento de Pelotas se deu através da produção de charque com base numa estrutura de trabalho escravista. A utilização da mão-de-obra escrava se desdobrava numa rede de atividades pecuárias, charqueadoras, domésticas e fabris (olarias, produção de velas, sebo, cal) A penúria e sofrimento do trabalhador escravo, imagem invertida do enriquecimento dos latifundiários, proprietários das charqueadas, se contrapunha a uma vida de luxo e requinte desses últimos. A consistência do desenvolvimento econômico gerado pela atividade saladeril tornou Pelotas uma cidade atraente para investidores e imigrantes. Desse modo, num primeiro momento, estabelecem-se fábricas a partir da rede produtiva baseada no gado (produção industrial de sebo, velas e cal); num segundo momento, porém, Pelotas vê surgirem



indústrias independentes do complexo saladeril, como as fábricas de cerveja e as tecelagens. Ao longo da segunda metade do séc. XIX, a cidade passou por um processo de desenvolvimento bastante significativo, no que se refere à modernização arquitetônica e urbanística. Na década de 1860, o centro da cidade já se encontrava com uma malha urbana em formato de xadrez, constituída de 52 quarteirões e 8.838 pessoas na zona urbana num total de 13.537 pessoas no município.

### ***Histórico da área atingida pela escavação***

#### *Praça Cel. Pedro Osório:*

A *Praça Coronel Pedro Osório* e suas edificações delimitam a primeira etapa dos trabalhos de arqueologia histórica referentes ao projeto de Salvamento Arqueológico da Área Urbana de Pelotas. A área envolvida no projeto corresponde ao núcleo do segundo loteamento de urbanização da cidade, datado de 1832.

Conforme mapa da cidade de Pelotas de 1835, a antiga Praça da Regeneração (atual Praça Cel. Pedro Osório) ficou ao centro do núcleo urbano com traçado geométrico. A praça, criada com o nome de Praça da Regeneração, posteriormente foi denominada, durante o Segundo Império, Praça Dom Pedro II.

Em 1832, foram erigidas, diante da praça, em seu limite setentrional, a **Câmara Municipal** e a **Escola Pública**, e, entre esses dois prédios, o **Theatro Sete de Abril**, palco de entretenimento e cultura que animavam a nova comunidade. Como símbolo da autonomia administrativa, foi na Praça da Regeneração que se colocou o **Pelourinho**.

No referido mapa de 1835, aparecem poucas edificações nos entornos da praça, entre elas, a *Casa 2* (então residência do charqueador José Vieira Viana). A praça, no entanto, permaneceu durante muitos anos, bastante alagadiça; sua efetiva urbanização ocorreu somente nos anos 70, quando se torna o centro de todo um

sistema hidráulico, com a instalação do chafariz. Entre os finais da década de 70 e inícios da década de 80, os entornos da praça tornaram-se um verdadeiro canteiro de obras, recebendo as edificações da atual **Prefeitura Municipal, Biblioteca Pública Pelotense, Casa 8, Casa 6**, reformas da *Casa 2*.

### *Casa 8 (Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel):*

Construída em 1878 para o Conselheiro do Império Francisco Antunes Maciel, grande proprietário de terras e charqueador da cidade de Pelotas, homem de renomada vida pública, tendo sido Deputado Provincial e Deputado Geral pelo Partido Liberal em cinco legislaturas, chegando a Conselheiro do Império e Ministro no Gabinete Lafaiete.

### *Casa 2 (Residência Barão de Butuí):*

Construída no início da década de 1830, em estilo luso-brasileiro, pertenceu originalmente a José Vieira Viana, proprietário de charqueada, com olaria e fábrica de sabão. Posteriormente, a casa foi adquirida pelo charqueador José Antônio Moreira (Barão de Butuí), que a presenteou ao seu primogênito Ângelo Gonçalves Moreira. Em 1880, sofreu grande reforma, “modernizando-a” para adaptá-la, substituindo a aparência colonial pelo aspecto clássico do ecletismo histórico.

## **Intervenções de campo: as escavações**

### *1ª Fase de Campo: a escavação na Casa 8*

O salvamento arqueológico foi realizado, entre abril e outubro de 2002, numa situação limite, uma vez que as obras de consolidação e fortalecimento das estruturas do referido imóvel já haviam iniciado e corriam em ritmo acelerado, com a priorização da construção de um sistema de drenagem em virtude da elevada umidade do solo. Adotou-se então a técnica do acompanhamento

arqueológico junto ao trabalho dos operários, que foram treinados para identificar material arqueológico.

2ª Fase de campo: a escavação na Casa 2

As escavações foram desenvolvidas, após o estabelecimento da malha, em três etapas, entre novembro de 2002 e janeiro de 2004. A terceira etapa foi dedicada à estrutura de tijolos com vestígios de cal, identificada como uma caieira (estrutura produtiva destinada ao fabrico de cal a partir da queima de ossos).

3ª Fase de campo: a escavação na Praça Cel. Pedro Osório

Em junho de 2004, depois de estabelecida a malha, foram aleatoriamente definidos mais de uma dezena de postos de sondagem. A escavação dos mesmos transcorreu em 4 semanas, revelando em uma área próxima ao chafariz central, uma importante lixeira. Nesta ocasião foi programada para o ano de 2005 uma escavação mais ampla desta lixeira.

## Resultados

A equipe do LEPAARQ está desenvolvendo a descrição e interpretação dos dados arqueológicos, avançando na explicação das evidências observadas em campo e na caracterização da cultura material exumada, procurando estabelecer critérios de comparação entre os três sítios escavados (*Praça Cel. Pedro Osório, Casa 2 e 8*). Os materiais arqueológicos estão sendo objeto de estudo particularizado por integrantes da equipe. Até o momento, foram concluídos estudos referentes ao material ósseo e à faiança fina.

Figuras



**Figura 01: Estrutura encontrada na Casa 2 (acervo: LEPAARO)**



**Figura 02: Fachadas das Casas 2, 6 e 8 (da direita para a esquerda).  
[acervo: LEPAARO]**

### **Bibliografia**

- NOBRE, Chimene Kuhn. *Projeto de Salvamento Arqueológico da Zona Urbana de Pelotas/RS: Catálogo do Material Arqueofaunístico do sítio Casa 8*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. (Monografia), 2003.
- PEIXOTO, Luciana da Silva. *Catálogo de Faiança Fina da Residência Conselheiro Maciel*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. (Monografia), 2004.

Recebido em: 09/03/2008

Aprovado em: 16/08/2008

Publicado em: 03/10/2008

# Planejamento de Estruturação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPEL) – estratégia de implementação, metas e histórico das ações

Fábio Vergara Cerqueira<sup>1</sup>  
Jorge de Oliveira Viana<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia foi criado com o objetivo de desenvolver a pesquisa científica nestes campos das Ciências Humanas, com o fito de garantir a preservação do patrimônio material e imaterial, respectivamente objetos de estudo da Arqueologia e Antropologia, e promover ao mesmo tempo a conscientização sobre a importância deste patrimônio, por meio de projeto de educação patrimonial e de exposições. No primeiro ano de funcionamento do LEPAARQ foram desenvolvidas diversas atividades: implementação da estrutura física do laboratório, com espaços adequados às duas áreas; campanha de doação de material arqueológico; qualificação dos estagiários por meio de estágios práticos de escavação e laboratório, e por meio de intercâmbios internacionais; os projetos **Mapeamento cultural da cidade de Pelotas, Mapeamento arqueológico da região de Pelotas, Pesquisa e salvamento arqueológico do patrimônio arquitetônico em processo de restauração**; exposições sobre Pré-história e etnia italiana; trabalho de laboratório (limpeza, secagem, classificação, catalogação, registro e acondicionamento de material arqueológico).

PALAVRAS-CHAVE: *Arqueologia; Antropologia; Patrimônio*

---

---

<sup>1</sup> Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor do Departamento de História e Antropologia, Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil. Professor do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

<sup>2</sup> Pesquisador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ-UFPEL), Brasil.

## Objetivos

1. Estimular a pesquisa em Arqueologia e Antropologia, áreas até então pouco desenvolvidas em Pelotas. Essa ausência vinha trazendo sérias conseqüências, como a perda irreparável do patrimônio cultural material e imaterial, fato agora em processo de reversão.
2. Formar acervo, com vistas à constituição de um Museu.
3. Divulgar pesquisas arqueológicas e antropológicas por meio de pesquisa, publicações, exposições, vídeos, visitas e divulgação na imprensa.
4. Produzir a Carta Arqueológica da região de Pelotas, prevendo-se o registro dos sítios junto ao IPHAN.
5. Produzir Mapeamento Cultural do Patrimônio Imaterial Pelotense (crenças religiosas, gastronomia, lendas, gostos, canções, etc.).
6. Articular pesquisas com o desenvolvimento do turismo cultural, com ênfase a sítios arqueológicos e à preservação de peças e coleções com potencial museológico.
7. Desenvolver recursos humanos na área de Arqueologia.
8. Desenvolver projeto de educação patrimonial.

## Metodologia

1. O projeto de área física do LEPAARQ tomou como referência outros laboratórios existentes, inspirando-se sobretudo no modelo do LEPAN/FURG, gentilmente disponibilizado pelo Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro.
2. Os estagiários foram sendo treinados pelo orientador, instruídos em leituras, ao mesmo tempo que lhes foram possibilitadas oportunidades de estágios práticos e intercâmbios internacionais, possibilitados pela política de parcerias e relações interinstitucionais.

3. O Mapeamento Cultural, coordenado pela antropóloga Dra. Flávia Maria Silva Rieth baseou-se na ida a campo em bairros de Pelotas, com uma equipe composta por vários estagiários de diferentes unidades da UFPEL, que realizaram *observação participante* do patrimônio imaterial das comunidades.

4. A campanha de doação de material arqueológico foi articulada a partir de contatos com a comunidade, de forma articulada à divulgação na imprensa e ao contato com o público por meio de exposições.

5. As exposições propuseram-se apresentar resultados preliminares do trabalho do LEPAARQ, com textos básicos de divulgação de cultura arqueológica e apresentação de exemplares de nosso acervo.

6. A pesquisa e salvamento arqueológico do patrimônio arquitetônico em restauração vem sendo feita pela escavação de porões, pátios e calçadas, bem como no acompanhamento do trabalho dos pedreiros durante o restauro.

7. O mapeamento arqueológico da região encontra-se em fase inicial, sendo travados contatos com informantes das comunidades rurais e organizadas as primeiras idas a campo, viabilizadas por convênio com o Exército.

### **Resultados alcançados (fundamentado em histórico do laboratório)**

#### **a) Implementação do projeto e área física:**

O projeto Laboratório de Arqueologia e Antropologia foi institucionalizado na Unidade e na universidade no final do ano de 2000, com o propósito de criar um laboratório nas áreas de Arqueologia e Antropologia com o fito de estimular a pesquisa, a extensão e o ensino nas respectivas áreas, interagindo ao mesmo tempo com vários cursos de nossa universidade (História, Geografia,



Ciências Sociais, Arquitetura, Biologia, Artes). Para tanto, foi necessário implementar a estrutura física do laboratório e investir na qualificação dos estudantes para atuarem como estagiários.

No que respeita à estrutura física, elaborou-se um detalhado projeto de necessidades físicas para o laboratório, para as áreas de Arqueologia e Antropologia, sendo na verdade o mínimo necessário ao início do funcionamento. Com amplo apoio da administração central da universidade, e após longa negociação da direção da unidade para liberar a área destinada ao laboratório que se encontrava ocupada por um serviço de cópias reprográficas, no mês de agosto de 2001 finalmente conseguimos inaugurá-lo, realizando uma pequena exposição das primeiras peças. O laboratório passou então a chamar-se Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia, carinhosamente identificado pela sua sonora sigla, LEPAARO.

**b) Qualificação dos estagiários:**

Visando à qualificação dos estagiários, investimos nos estágios práticos por meio de intercâmbios e relações interinstitucionais. Dois alunos participaram de escavações realizadas em Rio Grande, promovidas pelo LEPAN/FURG e coordenadas pelo Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro. Propiciamos estágios em Portugal (verão de 2001 e de 2002) a quatro alunos da universidade, por meio do intercâmbio com o Instituto Politécnico de Tomar. No final de 2001, negociamos o estágio prático de um mês, em Santo Antônio da Patrulha, na escavação coordenada pela arqueóloga Adriana Schmidt Dias (UFRGS), realizado em janeiro de 2002, com a participação de três alunos. Hoje contamos com um núcleo básico de estagiários bastante qualificados, que estão repassando seus conhecimentos a outros alunos que integram a equipe (hoje num total de 9 alunos), por meio do projeto de ensino Grupo de Estudos em Arqueologia (GEA).

## **Desenvolvimento das áreas de Antropologia e Arqueologia:**

Mesmo antes de conquistarmos o espaço físico de nosso laboratório, já havíamos iniciado a etapa inicial de atuação nas áreas de Arqueologia e Antropologia.

### **c) Mapeamento cultural de Pelotas:**

A professora Flávia Rieth, iniciou em cooperação com a Secretaria Municipal de Cultura o projeto Mapeamento Cultural de Pelotas, juntamente com o antropólogo Edgar Barbosa, com a participação de estudantes de vários cursos (História, Ciências Sociais e Turismo). A equipe de antropólogos e estagiários foi várias vezes a campo, concentrando-se no bairros Três Vendas e Colônia Z-3: inventariaram *bens imateriais*, tais como crenças religiosas, histórias, lendas, padrões de relacionamento social e familiar, gastronomia, canções, bem como registros fotográficos.

### **d) Campanha de conscientização e doação de material arqueológico:**

Na área de Arqueologia, sob minha coordenação, iniciamos uma campanha de conscientização da importância do patrimônio arqueológico, bem como de doação de material. Surpreendemos com os excelentes resultados, garantindo-nos hoje, somente por meio de doações, uma excelente coleção de material pré-histórico, com destaque ao zoólito em forma de tubarão, obra-prima da arte pré-histórica brasileira, peça de aproximadamente 5 mil anos de idade, que por si só já justifica a existência de nosso laboratório. Constituímos um acervo básico de material lítico e cerâmico, extremamente representativo, como exemplificam as urnas funerárias e os zoólitos. A campanha de doação seguramente tornou-se uma campanha de salvamento de material arqueológico, como no caso do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas

(IHGPEL), que nos doou uma vasta coleção que corria o risco de ser perdida pela falta de condições adequadas para sua guarda e cuidado.

**e) Divulgação: exposições, imprensa, palestras.**

Após a inauguração do laboratório, elegemos como prioridade a divulgação do mesmo, por meio da realização de exposições e intensa penetração na imprensa local, estadual e até mesmo nacional. Foram realizadas duas exposições, com objetivos bastante distintos.

A primeira, promovida pelo SESC durante a FECRIANÇA 2001, foi considerada, pelos promotores do evento, como o maior sucesso entre o público, mais do que o próprio parque do Beto Carreiro instalado durante a feira. Os estagiários do LEPAARQ, a partir de um material básico produzido pelo centro nacional de pesquisas do SESC, incrementaram e reinterpretem a exposição. Centenas de crianças, adolescentes e pais visitaram o túnel do tempo: viram do Australopithecus ao homem moderno, orientados pelos empolgados alunos Chimene Kuhn Nobre e Rafael Guedes Milheira, observando a atuação do artista popular pelotense, por nós convidado, Cid Tropeço, que representava nossos ancestrais em diferentes fases evolutivas. Da forma interativa como os coordenadores do evento – os estagiários Rafael Guedes Milheira e André Garcia Loureiro – conceberam a exposição, houve a participação de estudantes do Instituto de Letras e Artes, com a oficina de cerâmica e a explicação da pintura rupestre, bem como de estudantes da Biologia e Ciências Sociais, que atuaram como monitores.

As exposições simultâneas Arqueologia Pré-histórica da Região de Pelotas e Vila Maciel: História da Colônia Italiana em Pelotas, realizadas durante a Feira do Livro e promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura, foram também grande atração de público. Nos últimos dias da exposição, vários visitantes vinham

aflitos para não perderem a oportunidade de conhecerem o zoólito em forma de tubarão. Estas exposições obtiveram grande repercussão na imprensa. Exemplo disso foi a divulgação em rede nacional, na Globo News, do tubarão, peça que causa grande expectativa no meio científico bem como no grande público, a qual seguramente será uma atração turística no futuro Museu Arqueológico.

Durante seminário organizado pelo IHGPEL em 2001, o estagiário do LEPAARQ André Garcia Loureiro fez uma exposição sobre resultados preliminares de nossas pesquisas.

Uma vez cumpridos os objetivos iniciais de iniciar a conscientização patrimonial, a campanha de doação de material, a implementação da estrutura física, a realização de exposições e a divulgação na imprensa, foram acionadas as metas seguintes: desenvolvimento de pesquisa na área de Arqueologia Pré-histórica e Arqueologia Histórica.

### **f) Mapeamento arqueológico da região de Pelotas:**

Encaminhamos à FAPERGS o projeto Mapeamento arqueológico da região de Pelotas, com vistas à identificação dos sítios e registro dos mesmos junto ao IPHAN; obtivemos uma Bolsa de Iniciação Científica para esse projeto, com a indicação do acadêmico André Garcia Loureiro. Elegemos o mapeamento como prioritário numa etapa inicial de pesquisa arqueológica em Pelotas, pois somente por meio deste podemos radiografar o potencial arqueológico da região e identificar áreas prioritárias para escavação.

### **g) Pesquisa e salvamento arqueológico do patrimônio arquitetônico em processo de restauração – Pelotas, RS:**

Pelotas foi escolhida, entre poucas cidades brasileiras, para a implementação do projeto Monumenta (BID/IPHAN), com o objetivo de restauração de centros históricos. Identificamos então uma oportunidade única para o desenvolvimento da Arqueologia Histórica em Pelotas. Fizemos então contato com os responsáveis pelo referido projeto em Pelotas e no IPHAN, bem como com a Secretaria de Cultura. Contatamos então o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul (MARSUL) para, em parceria técnica, desenvolvermos a pesquisa. Iniciamos então, ainda em finais de 2001, a elaboração do projeto e hoje estamos, desde finais de março, realizando intensos trabalhos de escavação na Casa 8, o que nos abre excelentes perspectivas de pesquisa. O material ósseo proveniente deste sítio, por exemplo, está sendo estudado em cooperação com o laboratório do Instituto de Biologia, sob orientação do Dr. J. E. Dornelles. Afora o material ósseo, as escavações estão revelando material de grande valor de pesquisa e com potencial museológico.

**h) Análise de laboratório:**

O material proveniente das doações e das escavações da Casa 8 (Residência Conselheiro Francisco Antunes Maciel) está sendo acondicionado nas dependências do LEPAARQ. O material das doações já se encontra catalogado e classificado. O material das escavações é sistematicamente transferido da Casa 8 para o LEPAARQ, passando sucessivamente pela limpeza, secagem, pré-classificação por tipo de material e acondicionamento com identificação da proveniência no sítios, para posterior análise. Os diferentes tipos de material (louça, cerâmica, vidro, metal, ósseo) serão objeto dos trabalhos de conclusão de curso dos estagiários, devendo converter-se futuramente em dissertações de mestrado.

**Análise das repercussões junto às populações alvo**

O público alvo do LEPAARQ divide-se em diferentes categorias, conforme o tipo de ação: (i) estudantes do ICH preparados para se tornarem estagiários em Arqueologia e Antropologia; (ii) estudantes aos quais se proporciona aprofundamento de conhecimentos, com vistas à sua qualificação como futuros professores; (iii) estudantes do ensino básico e médio, dentro de um planejamento de educação patrimonial; (iv) turistas; (v) comunidade local em geral.

Qualitativamente, em todas as categorias alcançamos resultados iniciais em termos de conscientização do valor do patrimônio arqueológico, o que se traduz nas importantes doações recebidas. O grande público que afluiu às exposições mostrou-se sensibilizado e interessado pela Arqueologia e Antropologia, como se reflete no volume de público e na qualidade do público que se interessou, por exemplo, em ver o zoólito em forma de tubarão, que atraiu visitantes de outras cidades, demonstrando o potencial turístico de um Museu Arqueológico. Os estagiários foram beneficiados por estágios no Brasil e em Portugal, refletindo-se em grande crescimento acadêmico e técnico. Muitos estudantes participaram da produção e monitoria de exposições, permitindo-lhes importante aprendizado. Esses dados podem ser quantificados:

1. Curso: **Introdução à Arqueologia** – 10 e 11/2000 - Público;; Organização;;
2. Exposição: **Rio Grande do Sul – 12 mil anos de História** – 10 e 11/2000 - Público;; Produção;; Monitoria
3. Exposição: **Colônia Maciel – a imigração italiana em Pelotas** – 06/2001 - Público;; Produção;; Monitoria
4. Exposição **O homem e sua trajetória** – 09/2002 - Público;; Produção;; Monitoria
5. Exposição: **Arqueologia Pré-histórica da Região de Pelotas** – 10 e 11/2001 - Público;; Produção;; Monitoria

6. Exposição: **Vila Maciel: História da Colônia Italiana em Pelotas** – 10 e 11/2001 - Público;; Produção;; Monitoria
7. Intercâmbio – **Instituto Politécnico de Tomar / Portugal** - 01 a 03/2001 e 02 a 04/2002 – 4 estagiários
8. Estágios - **Práticos em Arqueologia** – 14 estagiários
9. Estágio – **Prática de Campo em Antropologia** – 15 estagiários

Recebido em: 19/03/2008

Aprovado em: 29/08/2008

Publicado em: 03/10/2008